



PPCDQ ACRE

PLANO ESTADUAL
DE PREVENÇÃO E
CONTROLE DO
DESMATAMENTO E
QUEIMADAS NO ACRE

**PLANO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE
DE DESMATAMENTO E QUEIMADAS NO ACRE**

PPCDQ-AC 2023 - 2027



GOVERNO DO
ACRE

Trabalho para cuidar das pessoas

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

Mailza Assis da Silva
Vice-Governadora do Estado do Acre

Jonathan Xavier Donadoni
Secretário de Estado da Casa Civil

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento

Kelly Cristina Lacerda
Secretária Adjunta de Estado de Planejamento

Julie Messias e Silva
Secretária de Estado de Meio Ambiente

Renata Silva e Souza
Secretária Adjunta de Estado do Meio Ambiente

Comitê Gestor Institucional – CGI do PPCDQ

André Luiz Pereira Hassem
Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC

Assuero Doca Veronez
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre - FAEAC

Assurbanípal Barbary de Mesquita
Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia – SEICT

Bruno Pena Carvalho
Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - EMBRAPA

Carlos Alberto Alves Nasserala
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEIA

Coronel Carlos Batista da Costa
Coordenadoria Estadual de Prevenção e Defesa Civil - CEPDEC

Coronel Charles da Silva Santos
Corpo de Bombeiro Militar do Acre - CBMAC

Danilo Lovisaro do Nascimento
Ministério Público do Estado do Acre - MPE/Centro de Apoio
Operacional de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio
Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo - CAOP-MAPHU

Elcio Severino Manchineri
Fundação Nacional do Índio - FUNAI (Coordenação Regional Alto Purus)

Eldo Carlos Shanenawa
Fundação Nacional do Índio - FUNAI (Coordenação Regional do Juruá)

Gabriela Ramos Câmara
Instituto de Terras do Acre – ITERACRE

Ítalo Almeida Lopes
Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP

Iuçara Andrade Costa Souza
Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC

Janete Melo d'Albuquerque Lima de Melo
Procuradoria Geral do Estado - PGE

Jonathan Xavier Donadoni
Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC

José Adriano Ribeiro da Silva
Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC

José Amarísio Freitas de Souza
Secretaria de Estado da Fazenda do Acre - SEFAZ

José Américo de Souza Gaia
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP

José Francisco Thum
Instituto de Defesa Agropecuária de Floresta do Acre - IDAF

José Henrique Maciel Ferreira
Secretaria de Estado de Polícia Civil

José Luiz Schafer
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

José Raimundo Barroso Bestene
Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE

José Roberto de Lima Murad
Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Acre – DERACRE

Julie Messias e Silva
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Leonardo das Neves Carvalho
Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC

Márcio Rodrigo Alecio
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Margarida de Aquino Cunha
Universidade do Estado do Acre – UFAC

Melissa de Oliveira Machado
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Nayara Maria Pessoa Lessa
Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM

Paulo Roberto Correia da Silva
Secretaria de Estado da Administração – SEAD

Paulo Volnei Garcia
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Pedro Pascoal Duarte Pinheiro Zambon
Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE

Rafael Pinto Costa
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM

Ricardo Brandão dos Santos
Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

Rosana Cavalcante dos Santos
Instituto Federal do Acre - IFAC

Rynaldo Lúcio dos Santos
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre - EMATER

Sebastião Bocalom Rodrigues
Associação dos Municípios do Acre - AMAC

Tenente Coronel Cláudio Falcão de Sousa
Defesa Civil do Município de Rio Branco - COMDEC

CEL Luciano Dias Fonseca
Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Acre – PMAC

TC PM Kleison José Oliveira de Albuquerque
Comandante do Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA

Equipe Técnica de Elaboração

Adrielle Nascimento Oliveira

Analista Ambiental/ SEMA

André Schatz Pellicciotti

Diretor de Meio Ambiente/SEMA

Claudio Roberto da Silva Cavalcante

Chefe do Centro Integrado de Geoprocessamento
e Monitoramento Ambiental - CIGMA/SEMA

Dhuliani Cristina Bonfanti

Analista Ambiental/SEMA

Geisiane Pereira de Oliveira

Analista Ambiental/SEMA

Jomara Katrine Vitoriano de Souza

Chefe do Núcleo de Gestão do Plano Estadual de Prevenção
e Controle do Desmatamento e Queimadas - NUPPCDQ/SEMA

Julie Messias e Silva

Secretária de Estado/SEMA

Marcelo Augusto Barros de Oliveira

Analista Ambiental/SEMA

Marcelo José Silveira Lima

Analista Ambiental/SEMA

Quelyson Souza de Lima

Coordenador de Projetos Especiais/SEMA

Apoio Técnico

Cooperação Técnica Alemã – GIZ / Emboé Consultoria

Dan Pasca

Coordenador da Consultoria Internacional/GFA Consulting Group

Guilherme Abdala

Consultor GFA Consulting Group

Roseneide Sena

Coordenadora-Geral do Programa REM Acre Fase 2/SEPLAN

Diagramação e Arte

Dan Pasca

Coordenador da Consultoria Internacional/GFA Consulting Group

Mayara Montenegro

Consultora de Marketing e Design Gráfico UCP-REM/SEPLAN

Fotos: acervo SECOM/AC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G721p Acre, Governo do Estado

Plano estadual de prevenção e controle de desmatamento e queimadas no Acre: 2023 – 2027 / Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre. – Rio Branco: SEMA, 2023.

156 p. : il. col.

Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 978-85-60678-35-8.

1. Desmatamento – Aspectos ambientais – Acre (Estado). 2. Queimadas - Aspectos ambientais – Acre (Estado). 3. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

Bibliotecária Maria do Socorro de O. Cordeiro – CRB 11/667

Apresentação



Gladson Cameli
*Governador do Estado
do Acre*

Ao mesmo tempo em que a atenção do mundo está voltada para a conservação da Amazônia enquanto patrimônio natural da humanidade, as comunidades locais dependem diretamente dos seus recursos naturais para sobreviver e perpetuar seu modo de vida.

Nesse sentido, o Estado do Acre tem buscado soluções, por meio da adoção de um conjunto abrangente de ações e atividades que apoiam a preservação e conservação da floresta sem deixar de lado os processos produtivos.

O Acre é exemplo mundial na preservação da natureza, ao mostrar que é possível conciliar o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. O Estado tem trabalhado para aliar a proteção da floresta e o desenvolvimento do nosso povo.

Para isso, estabelecemos alternativas viáveis e urgentes para garantir a continuidade das futuras gerações em meio às situações críticas que vivenciamos com as mudanças climáticas e com os eventos extremos, por meio do diálogo sobre inovação, finanças e natureza, com representantes de diversos setores e sob diferentes olhares, mostrando a importância da Amazônia e a necessidade urgente de soluções que associem economia, sociedade e meio ambiente.

Dentre os instrumentos de gestão que alinham-se fortemente às políticas estaduais e federais de controle do desmatamento, preservação da floresta, conduzindo a um desenvolvimento econômico, social, de forma sustentável, está o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre - PPCDQ/AC em sua terceira fase de atualização (2023-2027).

O PPCDQ/AC (2023-2027), mediante os objetivos e metas estabelecidos, tem como compromisso garantir o desenvolvimento do estado, aplicando as políticas ambientais com respeito e compromisso. Queremos continuar destacando o nome do Acre, mostrando nossos potenciais, com posicionamento estratégico, prezando pelo progresso.

O Acre está atento às pautas globais, seguindo em direção ao uso racional dos recursos naturais, tão importantes para o equilíbrio do meio ambiente em que vivemos.

Apresentação



Julie Messias
*Secretária de
Estado do Meio
Ambiente*

Apresentamos o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ-AC (2023-2027), uma iniciativa que envolve uma abordagem integrada, combinando medidas legais, fiscalização, comando e controle ambiental; incentivos para práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade, visando um equilíbrio entre desenvolvimento humano e a conservação ambiental.

Com estratégias que buscam parcerias colaborativas e medidas proativas, buscamos conter os impactos adversos do desmatamento e das queimadas, promovendo o manejo sustentável de nossos recursos naturais, buscando soluções viáveis que permitam a integração do desenvolvimento econômico e social, valorizando as potencialidades florestais e a população local.

A colaboração entre diversos setores é fundamental para alcançarmos resultados eficazes, entendendo isso, o PPCDQ-AC (2023-2027) apresenta como inovação em sua revisão e atualização um espaço de governança participativa e colaborativa, utilizando uma metodologia que possibilitou a construção de ferramentas para orientar o monitoramento das ações. Essa estratégia permitiu a conexão das iniciativas das instituições em um ecossistema de inovação ambiental, com os diferentes setores das esferas Federais, Estaduais, Municipais e a Sociedade Civil, um marco significativo em nossos esforços coletivos para preservar e proteger nosso valioso patrimônio ambiental.

Durante a elaboração do Plano, o Estado assumiu o compromisso de alcançar até o ano de 2027 uma redução da taxa de desmatamento de 50%, que está elencado a ações e atividades propostas em quatro eixos: Ordenamento Territorial e Fundiário; Incentivos Econômicos aos Sistemas Produtivos Sustentáveis; Comando e Controle Ambiental; e Gestão e Governança.

A fim de traçar estratégias para que o PPCDQ-AC (2023-2027) torne-se além de um documento, uma ferramenta de implementação efetiva das políticas públicas estaduais (para melhor uso e monitoramento da aplicação do instrumento), foi criado como modernização em relação a Fase II (2017-2022) o **eixo Gestão e Governança**. Esse eixo traz como inovação sua organização que está estruturada em três níveis: o estratégico, de coordenação e de operação/implementação. Cada nível determina o comando político e estratégico entre as instituições que envolvem desde o Governador e Secretários de Estado (nível estratégico) a todos os membros que compõem a CGI, assumindo a função de fortalecimento da gestão, implementação e monitoramento das ações, determinando atividades descentralizadas e compartilhadas.

O conjunto de ações direcionam a prevenção, controle e o combate do desmatamento e queimadas no Estado, contribuindo por meio de ações diretas de fiscalização, de educação ambiental, de fortalecimento das instituições e da promoção de ações permanentes e/ou temporárias de assistência aos produtores rurais e extrativistas. Dessa forma, o Estado do Acre apresenta à população um plano de ação completo e aplicável que propõe ir além da fiscalização, oferecendo meios e oportunidades para o desenvolvimento social e econômico.

Este documento não é apenas um guia estratégico, mas um compromisso coletivo em enfrentar os desafios ambientais com determinação e visão de longo prazo. Por meio da implementação do Plano, o Governo do Estado reafirma o comprometimento com a construção de um futuro sustentável para o Acre, assegurando que as gerações presentes e futuras possam desfrutar da riqueza e diversidade de nossa biodiversidade. Unidos, enfrentaremos os desafios ambientais com determinação e responsabilidade. Que este documento sirva como um guia norteador para ações concretas e conscientes, impulsionando o desenvolvimento sustentável e preservando o patrimônio natural que é tão precioso para todos nós.



Sumário

<i>Lista de Siglas</i>	11
<i>Lista de Figuras</i>	14
1. Introdução	17
2. Resumo Executivo	20
3. Avanços, Desafios e Lições Aprendidas	22
4. Dinâmica do Desmatamento e das Queimadas no Acre	30
4.1 Desmatamento consolidado (1988-2021)	30
4.2 Dinâmica recente e vetores	44
4.3 O setor produtivo e o desmatamento	63
4.4 Projeções de risco e vulnerabilidade ao desmatamento	70
5. Contexto Político-Institucional	73
5.1 Quadro Nacional e Regional	73
5.2 Quadro Estadual	75
5.2.1 Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre	75
5.2.2 Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Estado	80
5.3 Capacidades Institucionais e eventuais Riscos	87
6. Metas e Estrutura do PPCDQ-AC	91
6.1 Compromissos do Estado do Acre e Resultados Esperados	92
6.2 Diretrizes e Objetivos Estratégicos do PPCDQ-AC	96
6.3 Eixos e Resultados Estratégicos	97
6.4 Estrutura de Governança do Plano	99
6.5 Matriz de Ações e Atividades	101
6.6 Indicadores Agregados – lista inicial para Monitoramento	117
Anexos	
<i>Anexo 1: Avanços, Desafios e Lições Aprendidas</i>	123
<i>Anexo 2: Quadros sintéticos dos grandes Projetos Internacionais relacionados aos Eixos e Resultados do PPCDQ-AC</i>	144
<i>Anexo 3: Análise das Capacidades Institucionais e dos Riscos</i>	152

Lista de Siglas

AAFI - Agente Agroflorestal Indígena

ACT - Acordo de Cooperação Técnica
ALEAC - Assembleia Legislativa do Estado do Acre
AMAIAIC - Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre
AMAC - Associação dos Municípios do Acre
ANM - Agência Nacional de Mineração
ANP - Área Natural Protegida
APA - Área de Proteção Ambiental
APP - Área de Preservação Permanente
ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
ARL - Áreas de Reserva Legal
ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ART-TREES - *Architecture for REDD+ Transactions – The REDD+ Environmental Excellence Standard* (Arquitetura para Transações de REDD – Padrão de Excelência Ambiental REDD+)
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BB - Banco do Brasil
BEIS - *Department of Business, Energy and Industrial Strategy*, Gov. do Reino Unido; atualmente DESNZ - Department of Energy Security and Net Zero
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
BASA - Banco da Amazônia
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPA - Batalhão de Policiamento Ambiental

CAIMA - Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente
CAGEACRE - Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre
CAL - Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
CAOP-MAPHU - Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CBMAC - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre
CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica
CDRFS - Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável
CDRU - Concessão de Direito Real de Uso
CDSA - Companhia de Desenvolvimento e Serviços Ambientais do Acre
CEA - Coordenação de Educação Ambiental
CEF - Conselho Estadual de Floresta
CEGDRA - Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais
CEMAF - Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta
CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEPDEC - Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil
CEVA - Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento
CF - Código Florestal
CFE - Ex-Conselho Florestal Estadual, atualmente fundido no CEMAF
CGI - Comitê Gestor Interinstitucional
CGMC - Comitê Gestor de Mudanças Climáticas do Estado do Acre
CIGMA - Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental
CIMA - Centro Integrado de Meio Ambiente
CIOPAER - Centro Integrado de Operações Aéreas
CNAL - Conselho Nacional da Amazônia Legal
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
COMDEC - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
COMEEA - Comissão Estadual de Educação Ambiental
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAVEG - Comissão Executiva para Controle do Desmatamento e Recuperação da Vegetação
COOPERACRE - Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre
COP - Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)
CPI - Comissão Pró-Índio do Acre
CT - Câmara Temática

DERACRE - Departamento de Estradas de Rodagem do Acre
DETER - Sistema de Alerta Desenvolvido Metodologicamente para Suporte à Fiscalização

EDF - Grupo *Électricité de France*
EII - *Earth Innovation Institute*
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
EPI - Equipamento de proteção individual

FA - Fundo Amazônia do BNDES
FAEAC - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre
FAPAC - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre
FDS - Fundo de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre
FEPHAC - Federação do Povo Huni Kui do Estado do Acre
FETACRE - Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Acre
FIEAC - Federação das Indústrias do Estado do Acre
FLOES - Floresta Estadual
FPE - Floresta Pública Estadual

FREL - *Forest Reference Emissions Level* (Nível de Referência de Emissões Florestais por Desmatamento)
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FUNTAC - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

GCF - *Governors' Climate & Forests Task Force* (Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas)
GEE - Gases de Efeito Estufa
GEF - *Global Environment Facility*
GFA - Consulting Group / Consultoria Internacional do Programa REM Acre
GGE/ABC+ - Grupo Gestor Estadual do Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC+)
GIZ - Cooperação Técnica Alemã
GTZ - Cooperação Técnica Alemã (sigla até 2011), atualmente GIZ

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal
IEPTEC - Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica Dom Moacyr
IFAC - Instituto Federal do Acre
IMAFLOA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IGEE - Inventário de Gases de Efeito Estufa
ILPF - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
IMAC - Instituto de Meio Ambiente do Acre
IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IMC - Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPC - Incrementos a Produtividade Comunitária
ISA - Incentivos por Serviços Ambientais
ITERACRE - Instituto de Terras do Acre

KfW - Banco Alemão de Desenvolvimento

LabGAMA - Laboratório de Geoprocessamento Aplicado ao Meio Ambiente
LEAF - *Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance* (Coalizão público-privada para Reduzir Emissões Acelerando o Financiamento Florestal)
LI - Licença de Instalação
LO - Licença de Operação
LP - Licença Prévia

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPE - Ministério Público do Estado do Acre
MPF - Ministério Público Federal
MRV - Mensuração, Reporte e Verificação de emissões

NDC - Contribuições Nacionalmente Determinadas
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NUPPCDQ - Núcleo de Gestão do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMMA - Órgão Municipal de Meio Ambiente
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OPIRE - Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira
OPIRJ - Organização dos Povos Indígenas do rio Juruá
OPITAR - Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá
OTL - Ordenamentos Territoriais Locais

PA - Projeto de Assentamento Federal
PAB - Programa Alimenta Brasil
PAD - Projetos de Assentamento Dirigido
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PARNA - Parque Nacional
PCIGMA - Plataforma Cigma
PDC - Planos de Desenvolvimento Comunitários
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDSA - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre
PSAM - Paisagens Sustentáveis na Amazônia
PEVS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PF - Polícia Federal
PGAI - Projeto de Gestão Ambiental Integrada
PGE - Procuradoria-Geral do Estado
PGTI - Plano de Gestão de Terras Indígenas
PLANAVEG - Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNMC - Política Nacional de Mudanças Climáticas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA - Plano Operativo Anual
PPA - Plano Plurianual do Acre
PPCDAM - Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
PPCDQ-AC - Plano Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas no Acre
PPCDQm - Plano Municipal de Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais
PRA - Programa de Regularização Ambiental
PRADA - Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas
PRCAL - Programa Regional de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas
PREVFOGO - Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
PRF - Polícia Rodoviária Federal
PROACRE - Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Acre
PROAMP - Programa Acre Mais Produtivo
PRODES - Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PROFISC - Projeto de Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia
PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
PROSER - Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre
PRPCD - Programa Regional de Prevenção e Combate ao Desmatamento
PRV - Plano de Recuperação Verde
PRV - Programa Recuperação Verde
PSA - Pagamentos por Serviços Ambientais

RAPPAM - Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação
REDD+ - Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal
REM - Programa REDD+ *Early Movers* (REDD+ para Pioneiros)
RESEX - Reservas Extrativistas

SAF - Sistema Agroflorestal
SANEACRE - Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre
SEAD - Secretaria de Estado da Administração
SEAGRI - Secretaria de Estado de Agricultura
SEANP/AC - Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre
SEAPROF - Ex-Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar, atualmente SEAGRI
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECC - Secretaria de Estado da Casa Civil
SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação
SEE - Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes
SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda
SEICT - Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia
SEINFRA - Ex-Secretaria de Estado de Infraestrutura, atualmente SEOP
SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEMEIA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEOP - Secretaria de Estado de Obras Públicas
SEPA - Ex-Secretária de Estado de Produção e Agronegócio, atualmente SEAGRI
SEPI - Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas
SEPLAG - Ex Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, atualmente SEPLAN
SEPLAN - Secretaria de Planejamento
SEPROD - Ex Secretária de Estado de Produção
SERFAL - Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
SESACRE - Secretaria de Estado da Saúde
SESP - Serviço Especial de Saúde Pública
SETE - Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo
SFB - Serviço Florestal Brasileiro
SIAGRO - Sistema de Informações Agrícolas
SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SISA - Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Estado do Acre
SITACRE - Sistema Estadual de Terras
SITOAKORE - Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia
SPA - Secretaria de Política Agrícola
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TCA - Termo de Compromisso Ambiental
TCO - Termos Circunstanciados de Ocorrência
TI - Terra Indígena

UC - Unidade de Conservação
UCGEO - Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da SEMA
UFAC - Universidade Federal do Acre
UGAI - Unidade de Gestão Ambiental Integrada
UMF - Unidades de Manejo Florestal
UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

VBP - Valor Bruto da Produção
WWF-Brasil - *World Wildlife Fund* (Fundo Mundial para a Natureza)
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

Lista de Figuras

<i>Figura 1: Mapa de Atores do PPCDQ-AC</i>	18
<i>Figura 2: Eixos temáticos e Resultados estratégicos do PPCDQ-AC</i>	21
<i>Figura 3: Dinâmica do Desmatamento no Acre (km²) e Fases do PPCDAM e PPCDQ-AC</i>	23
<i>Figura 4: Divisão Regional e Municipal do Acre</i>	30
<i>Figura 5: Desmatamento consolidado no Acre entre 1988 e 2022</i>	31
<i>Figura 6: Taxas de desmatamento na Amazônia Legal (1988-2022, km²)</i>	32
<i>Figura 7: Taxas de desmatamento dos estados da Amazônia Legal (2010-2022, km²)</i>	32
<i>Figura 8: Taxas de desmatamento no Acre (1988-2022, km²)</i>	33
<i>Figura 9: Proporção de remanescente florestal X desmatado por Regional - 2022</i>	33
<i>Figura 10: Proporção de áreas preservadas X desmatadas por Município - 2022</i>	34
<i>Figura 11: Distribuição espacial das principais categorias fundiárias do Acre</i>	35
<i>Figura 12: Desmatamento acumulado por classe fundiária 1988-2022</i>	36
<i>Figura 13: Comparativo do desmatamento por Categoria Fundiária 1988-2022</i>	36
<i>Figura 14: Desmatamento e queimadas segundo zonas do ZEE Fase II</i>	37
<i>Figura 15: Percentual de desmatamento (1988-2021) por zonas do ZEE/AC</i>	38
<i>Figura 16: Distribuição das zonas do ZEE Acre, Fases II e III</i>	39
<i>Figura 17: Percentuais de áreas desmatadas e preservadas segundo zonas do ZEE/AC</i>	40
<i>Figura 18: Dez Assentamentos com maior nível de desmatamento em 2022</i>	41
<i>Figura 19: Dez Unidades de Conservação com maior nível de desmatamento em 2022</i>	41
<i>Figura 20: Dez Terras indígenas com maior nível de desmatamento em 2022</i>	42
<i>Figura 21: Fluxos migratórios recentes atuando como vetores da valorização da terra</i>	44
<i>Figura 22: Comparativos do desmatamento por quadriênios nas Regionais</i>	46
<i>Figura 23: Comparativo do desmatamento nos quadriênios 2014-17 e 2018-21</i>	47
<i>Figura 24: Comparativo de queimadas entre o quadriênio 2014-2017 e o quinquênio 2018-2022</i>	48
<i>Figura 25: Distribuição espaço-temporal das rodovias no Estado do Acre 2007-2019</i>	49
<i>Figura 26: Expansão da rede rodoviária no Acre, 1985-2019</i>	50
<i>Figura 27: Desmatamento acumulado em dois quadriênios 2014-2017 e 2018-2021</i>	52
<i>Figura 28: Desmatamento (km²) por Regionais no quinquênio 2018-2022</i>	53
<i>Figura 29: Desmatamento em projetos de assentamento nos quadriênios 2014-2017 e 2018-2021</i>	55
<i>Figura 30: Comparativos do desmatamento por categorias fundiárias nos dois quadriênios</i>	57
<i>Figura 31: Desmatamento nas UCs nos dois quadriênios 2014-2017 e 2018-2021</i>	59
<i>Figura 32: Queimadas em TIs no quadriênio 2014-2017 e no quinquênio 2018-2022</i>	60
<i>Figura 33: Evolução do desmatamento por classe de tamanho de polígonos</i>	61
<i>Figura 34: Valor Bruto da Produção dos principais produtos agropecuários do Acre</i>	64
<i>Figura 35: Evolução dos indicadores da Pecuária Bovina no Acre, 2013-2021</i>	65
<i>Figura 36: Comparativo entre projetado e realidade do gado e das pastagens no Acre</i>	66
<i>Figura 37: Cobertura e uso do solo no Acre, 2017 e 2021</i>	67
<i>Figura 38: Evolução da área coberta por pastagens no Acre e respectiva qualidade</i>	68
<i>Figura 39: Evolução do valor anual de produção dos principais produtos do extrativismo vegetal do Acre</i>	69
<i>Figura 40: Distribuição espacial da exploração madeireira e incêndios florestais no Acre</i>	70
<i>Figura 41: Mapa de vulnerabilidade ao desmatamento 2022</i>	71
<i>Figura 42: Mapa de vulnerabilidade a queimadas 2022</i>	70
<i>Figura 43: Linhas de Ação do PRCAL</i>	75
<i>Figura 44: Mapa das zonas de gestão territorial no âmbito do ZEE Acre Fase III</i>	79
<i>Figura 45: Modelo de governança do SISA</i>	83
<i>Figura 46: Modelo de articulação de recursos, programas e beneficiários do SISA</i>	84
<i>Figura 47: Desafios e fatores de sucesso do SISA</i>	86
<i>Figura 48: Palavras chave mais usadas na busca de Estratégias de Solução</i>	90
<i>Figura 49: Fluxo processual de revisão do PPCDQ-AC</i>	92
<i>Figura 50: Ferramentas de construção e monitoramento do PPCDQ-AC</i>	92

<i>Figura 51: Níveis de referência de emissões florestais (FREL) para o Estado do Acre</i>	94
<i>Figura 52: Média do desmatamento no Acre nos últimos três quinquênios</i>	95
<i>Figura 53: Projeção da redução do desmatamento no Acre (km²), de 2023 a 2027</i>	96
<i>Figura 54: Meta e projeção de Saldos de Desmatamento e de Emissões até 2027</i>	97
<i>Figura 55: Resultados Estratégicos por Eixo</i>	99
<i>Figura 56: Estrutura de Governança do PPCDQ-AC</i>	100
<i>Figura 57: Atribuições dos três níveis de Governança</i>	101



1. Introdução

Em 2010, o Estado do Acre lançou seu primeiro PPCDQ-AC, com uma série de ações previstas dentro de segmentos temáticos como: Educação e Comunicação, Combate à Queimadas, Práticas Sustentáveis e Fiscalização do desmatamento. Como outros planos estaduais de mesmo teor, alinhava-se fortemente com as políticas federais de controle do desmatamento, em especial com o PPCDAM - Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia¹.

Em 2017, ainda fortemente alinhado ao PPCDAM, o PPCDQ-AC é revisado e lançado em formato mais estruturado e com caráter executivo. Nesta versão dispôs-se, por exemplo, a previsão de metas de redução de desmatamento e queimadas que deveriam ser alcançadas, assim como, foram segmentados “Eixos de Ação” que congregavam as atividades por afinidade temática. O envolvimento dos municípios com os chamados PPCDQm (Planos Municipais de Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais) também foi destacado neste Plano de 2017, cujo período de vigência reportava-se de 2017 a 2020.

Considerando, nos últimos anos, a tendência de crescimento da responsabilização para os entes subnacionais, especialmente para os estados, sobre questões de controle da ilegalidade de desmatamento e queimadas, o PPCDQ-AC é revisto com um olhar mais centrado nas capacidades e competências estabelecidas regionalmente, não só de órgãos estaduais, mas de órgãos parceiros federais. Uma releitura sobre possibilidades de interações com os poderes públicos municipais também é feita. Preocupação existe sobre disposição de recursos para todas as ações elencadas, ou seja, nesta versão, algumas ações indicadas ainda tem suas fontes de financiamento a serem definidas.

De qualquer forma, neste Plano o Estado exercita a real possibilidade de protagonizar, no conjunto de atores envolvidos (de diferentes níveis federativos), o comando e a direção das ações previstas para serem realizadas dentro de seu território, sobre os temas auferidos, tanto de conservação, como de desenvolvimento.

¹ Plano do Governo Federal lançado em 2004, que em 2016 já se encontrava em sua 4ª fase. Com a instituição do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), em 2019, outras diretrizes para a política de prevenção e combate ao desmatamento foram tomadas no âmbito federal, como por exemplo o Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, aprovado pela Comissão Executiva para Controle do Desmatamento e Recuperação da Vegetação - CONAVEG, instituída por meio do Decreto Presidencial 10.142/2019.

Vinculações Institucionais e Programáticas

O PPCDQ-AC articula-se como um centro de convergência (*hub*) de ações e atividades, de planos, programas e projetos afins, existentes ou previstos em diferentes órgãos e instituições.

Em 2019 foi criado o Comitê Gestor Interinstitucional (CGI) do PPCDQ-AC (Portaria SEMA 183/2019), com a função de gerir, acompanhar e monitorar o PPCDQ-AC. Atualmente, o CGI, instituído por meio da Portaria 169 de agosto de 2022², é composto por **38** entidades/membros, todas com potencial de interveniência com ações do Plano. Não obstante, por meio de planejamento participativo, vislumbra-se o PPCDQ-AC, em sua terceira fase, com uma composição de **85** entidades articuladas enquanto atores chave, primários, ou de apoio (Figura 1):

- *Atores Chave* = principais envolvidos na execução do plano;
- *Atores Primários* = diretamente afetados/intervenientes no plano, como beneficiários/as ou interessados/as;
- *Atores de Apoio* = participam indiretamente do plano.

Figura 1: Mapa de Atores do PPCDQ-AC



Fonte: Oficinas participativas do CGI

Em 2017, o PPCDQ-AC destacava alguns alinhamentos programáticos importantes em sua concepção, especialmente relacionados a políticas e programas federais e estaduais, como fundamentos subsidiários normativos, de estratégias políticas (ambientais, sociais e econômicas) e/ou, mesmo, de suporte financeiro às ações congregadas no Plano. Enquanto parte dessas

² Iniciada com a Portaria 183/2019, a composição do CGI evoluiu com as Portarias 169/2022, 193/2022, 203/2022 e 062/2023, com a entrada de novas entidades-membro e/ou correção de representações destas.

políticas/programas devem perdurar para o próximo ciclo do PPCDQ-AC, outras já se encontram finalizadas, ao tempo em que, também, novas políticas/programas devem ser lançadas. Em especial, destacam-se:

No âmbito Federal:

- O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, 5a versão revisada e lançada em 06/06/2023;
- A Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC);
- O “Novo Código Florestal” e suas principais ferramentas: o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA);
- O Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde/MMA;
- A Estratégia Nacional para REDD + (ENREDD);
- A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - (PNGATI);
- O Programa Áreas Protegidas da Amazônia, ARPA - FUNBIO/MMA;
- O Programa Guardiões do Bioma (MMA e MJ), que teve interação direta com operações de comando e controle desenvolvidas pelo Estado;
- O Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia (PSAM - MMA/GEF);
- O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura Plano ABC (MAPA).

No âmbito Estadual:

- O ZEE Acre, Fase II e III;
- O Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Estado do Acre - SISA;
- O Programa ISA Carbono do SISA;
- O Programa REDD+ Early Movers Acre – REM Acre Fase II;
- O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - PDSA II/BID;
- O Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER / Banco Mundial - BIRD.
- A Agenda Acre 10 Anos - Plano Estratégico de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Estado do Acre 2023-2032
- O Projeto do Estado do Acre para o Fundo Amazônia – parado desde 2018 –, que foi revisado e atualizado no início de 2023;
- O Programa Acre Mais Produtivo – PROAMP / BID 2023-2025.

Recentemente, o Governo do Acre lançou o seu Plano Estratégico **“Agenda Acre 10 Anos”**, com diretrizes para o alinhamento do PPCDQ-AC, tanto em relação à proteção da floresta, quanto ao incentivo à produção sustentável. Neste âmbito, vale frisar que o Governo do Estado prevê ainda a elaboração de seu **Plano Estadual de Biodiversidade**, como instrumento de política pública

inovadora que virá fortalecer o crescimento econômico com inclusão social aliada a conservação da biodiversidade amazônica. O Plano Estadual será alinhado ao *Plano Nacional de Bioeconomia*, cuja elaboração está prevista no âmbito do PPCDAm até 2024. Serão identificadas as cadeias de valor prioritárias e elaboradas orientações para o fortalecimento da competitividade dos produtos nos mercados nacionais e internacionais, considerando arranjos produtivos de baixo carbono e visando não apenas avanços obtidos com recursos tecnológicos e industriais, mas também aqueles resultantes dos saberes tradicionais e do uso sustentável da biodiversidade.

Outro centro propulsor de articulações interinstitucionais que pode vir a exercer papel importante para o PPCDQ-AC é o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL) que dispõe de programas como o de Recuperação Verde (PRV) e o Programa Regional de Prevenção e Combate ao Desmatamento (PRPCD) com diretrizes que se alinham reciprocamente.

O Plano Plurianual do Acre (PPA) sempre se constituiu também em importante subsídio ao PPCDQ-AC, da mesma forma que algumas emendas parlamentares e alguns projetos não previstos, originalmente, ou sem correlação clara com o Plano. Ou seja, como um “congregador dinâmico” de ciclos de ações que entram e findam dentro do Estado, faz-se importante entender o PPCDQ-AC como um “programa vivo”, que mostra capacidade de evoluir e adaptar-se à dinamicidade de ciclos ou, mesmo, inconstâncias de políticas públicas. O importante é a manutenção e perseguição de seus objetivos primordiais: preservação da floresta e desenvolvimento sustentável.

2. Resumo Executivo

O Plano de Prevenção e Combate do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre (PPCDQ-AC) dispõe as diretrizes que norteiam as estratégias, metas e ações do Estado com o objetivo principal de reduzir o desmatamento e a degradação da vegetação nativa, bem como controlar as queimadas e os incêndios florestais, garantindo assim a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

O PPCDQ-AC não se limita ao atendimento de compromissos associados à preservação da floresta, mas também traz a oportunidade de qualificar o projeto de desenvolvimento sustentável do Estado do Acre, por meio da promoção de um modelo de progresso social e econômico, que considera a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do patrimônio cultural e natural das populações indígenas e tradicionais.

Nesse sentido, o PPCDQ-AC articula as ações de mais de uma dezena de secretarias e órgãos estaduais, em parceria com os governos federal e municipal, buscando sinergias e procurando superar as barreiras, para alcançar os resultados almejados. Desta maneira, o PPCDQ-AC busca consolidar a gestão ambiental compartilhada, para superar os diferentes fatores e vetores que

contribuem para fomentar o desmatamento, a exploração ilegal de madeira e os incêndios florestais. Procura-se, assim, em alinhamento com a **Agenda Acre 10 Anos**, promover o desenvolvimento sustentável do Estado, com foco no bem-estar e na melhoria da qualidade de vida da população, na conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, na inovação tecnológica e na valorização da diversidade sociocultural e ecológica.

O PPCDQ-AC abrange resultados e ações organizadas em quatro eixos temáticos (Figura 2).

Figura 2: Eixos temáticos e Resultados estratégicos do PPCDQ-AC



Fonte: Oficinas participativas do CGI

Para cada resultado esperado foram definidas ações prioritárias e cada ação se desdobra em várias atividades, como demonstrado no **Capítulo 6**, que apresenta a estrutura completa do Plano, com suas metas.

Em nível nacional, o PPCDQ-AC busca contribuir para a implementação da Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil.

A revisão e atualização do PPCDQ-AC contou com o apoio da SEPLAN, por meio da Consultoria Internacional (GFA Consulting Group) do Programa REM Acre Fase 2, que colocou à disposição um consultor especializado, para apoiar na construção e estruturação do Plano.

A elaboração do Plano contou ainda com o apoio metodológico da Emboé Consultoria e GIZ – Cooperação Técnica Alemã, principalmente no que diz

respeito à elaboração e aplicação de ferramentas de construção, monitoramento e gestão do Plano.

No âmbito de quatro Oficinas participativas com todos os membros do **Comitê Gestor Interinstitucional (CGI)**, composto por 38 instituições, foram construídas as principais ferramentas do PPCDQ/AC:

- O Modelo de Resultados para cada Eixo Temático do Plano;
- A Matriz de Ações, Atividades e Metas / Quadro Lógico do Plano;
- O Mapa de Atores envolvidos na elaboração e implementação do Plano;
- A Estrutura de Governança do Plano;
- O Plano de Monitoramento do PPCDQ-AC;
- A Análise das Capacidades Institucionais e dos potenciais Riscos assim como
- A elaboração da Meta de Redução do Desmatamento.

Neste âmbito, após análise da dinâmica do desmatamento no Acre desde 2006 e dos últimos três níveis de referência de emissões florestais por desmatamento (*Forest Reference Emissions Levels - FRELs*) do Acre, os membros do CGI analisaram vários cenários de redução e tomaram a decisão de instituir uma **meta de redução do desmatamento de 50% até 2027**, tomando como linha de base a média do desmatamento dos últimos 6 anos (2017 - 2022).

A partir desta meta foram projetadas as taxas anuais de desmatamento entre 2023 e 2027 no escalonamento necessário para se chegar na meta de 319 km² em 2027 (vide Figura 55 no Capítulo 6). Para as projeções e os cálculos de emissões, a respectiva oficina contou com o apoio de um consultor especializado da GIZ. Com base nesta diminuição escalonada do desmatamento, foi elaborada uma projeção dos saldos de emissões por ano até 2027. As projeções mostram que, se atingir a meta, o estado do Acre poderá contar com um pequeno saldo positivo de emissões já a partir de 2027.

Foi também com base nesta meta macro de redução do desmatamento e no passo a passo anual para se chegar lá em 2027, que foram definidas as **Metas** que constam da **Matriz de Ações e Atividades** (vide Cap. 6.5), onde se prevê inclusive, o delineamento de **um Plano de Monitoramento** (vide Cap. 6.6) do PPCDQ-AC.

3. Avanços, Desafios e Lições Aprendidas³

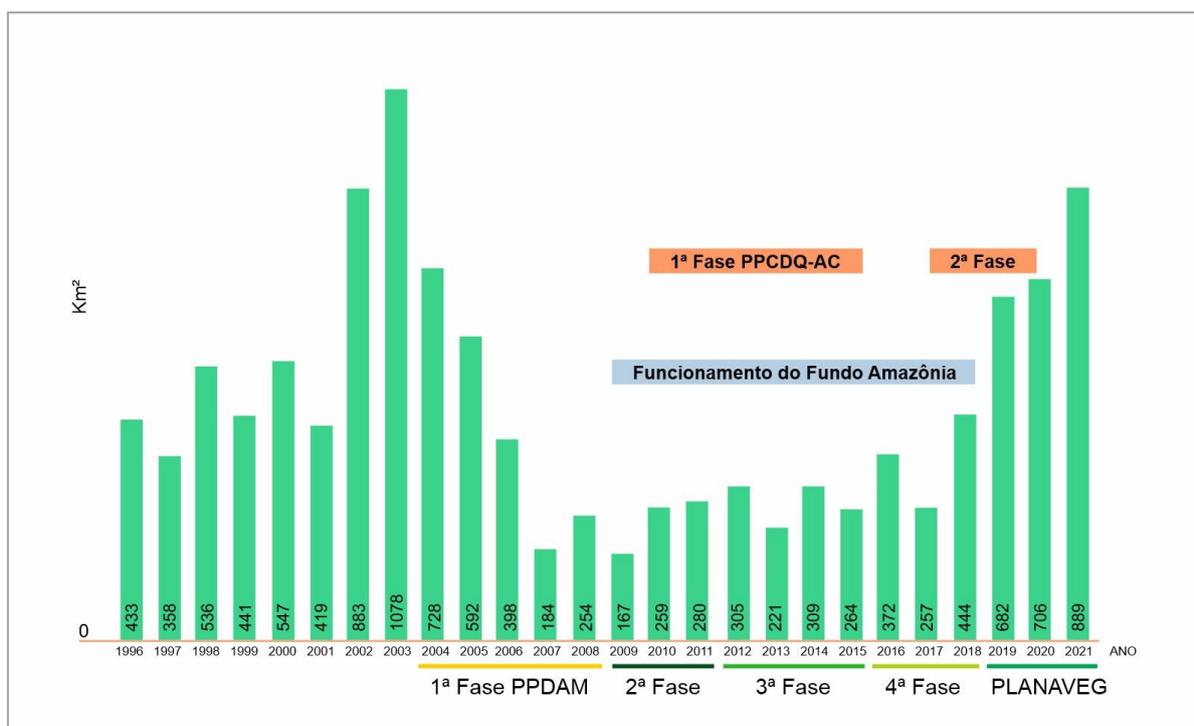
Uma distinção clara sobre resultados alcançados por planos multitemáticos e multissetoriais, como os PPCDQs, sejam eles da esfera federal, estadual e municipal, é sempre complexa. A cronologia diferenciada entre a implementação e as respostas (resultados) das múltiplas ações; a singularidade dos resultados em termos de tipologia e efetividade, e; os efeitos sinérgicos ou antagônicos entre as ações, deixam a medida do grau de sucesso de cada uma delas difícil de ser mensurada. Isso sem falar das influências contextuais (ambientais,

³ No **Anexo 1** apresentam-se reflexões mais detalhadas sobre desafios e lições aprendidas no âmbito das versões anteriores do PPCDQ-AC.

geográficas, culturais, econômicas e políticas) onde o conjunto de ações se insere.

Arelado ao PPCDAM, desde sua primeira versão, os resultados de manutenção de taxas de desmatamento em níveis “aceitáveis” no Acre são, também, reportados ao PPCDQ-AC, dentro do período de 2010-2017, especialmente (Figura 3). Trata-se de programas complementares na sua implementação e, conseqüentemente, nos resultados alcançados. Isso significa também que, quando uma falha, o outro também tende a falhar. Os altos índices reportados de desmatamento na Amazônia no último quadriênio (2018 a 2021) revelou isso para o Acre, assim como para outros estados amazônicos.

Figura 3: Dinâmica do Desmatamento no Acre (km²) e Fases do PPCDAM e PPCDQ-AC



Fonte: INPE/PRODES

Ao se observar a linha do tempo com o histórico de desmatamento no Estado associado aos planos estadual (PPCDQ-AC) e federal (PPCDAM) (Figura 3), especialmente intervenientes, algumas reflexões fazem-se importantes.

Antes do PPCDQ-AC

No período de maior queda no desmatamento, 2005-2009, o PPCDQ-AC não existia enquanto política estadual, sendo que pode-se sugerir que o mérito desse sucesso estivesse bastante ligado ao desempenho do PPCDAM⁴. Não obstante, é dentro deste período que se identifica no Estado do Acre a (re)afirmação do

⁴ O aprimoramento do monitoramento remoto e ações intensivas de fiscalização, no Eixo de Comando e Controle, e a demarcação de áreas protegidas, no Eixo de Ordenamento Territorial e Fundiário, são avaliadas como principais linhas propulsoras do sucesso do PPCDAM na queda do desmatamento nos anos subsequentes após seu lançamento em 2004.

“Governo da Floresta” que, desde 1999, priorizava a incorporação de um modelo de desenvolvimento econômico baseado no valor das florestas existentes, em vez de sua conversão para outros usos da terra. Assim sendo, não se pode descartar a significativa influência da atuação estadual sobre o declínio do desmatamento, com ações, como por exemplo:

- Foi no período de 2004 e 2005 que o Acre criou seu maior conjunto de Unidades de Conservação Estaduais, cobrindo cerca de 12 mil km² no Estado.
- Foi no período de 2003 a 2006 que o Acre consolidou a Fase II do seu Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), que mobilizou diversos segmentos sociais presentes na sociedade acreana, além das parcerias institucionais das esferas federal, estadual e municipal.
 - Durante a primeira década de 2000, foram instituídos programas focados na gestão territorial e ambiental, em saúde, educação e revitalização cultural que beneficiaram diretamente povos tradicionais, em especial indígenas e seringueiros. Em 2008, o Governo do Acre instituiu sua Política de Valorização dos Ativos Ambientais Florestais (Lei 2.204/2008).

PPCDQ-AC Fase I

No período equivalente à primeira fase do PPCDQ-AC propriamente dito, de 2010 a 2015, os níveis de desmatamento oscilam dentro de uma faixa “satisfatória”, ou seja, são mantidos abaixo do nível de referência assumido pelo estado como meta de redução, de 443 km²/ano. Importante salientar que, neste período, o Acre lança seu pioneiro Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais – SISA (Lei 2.308/2010), constituído por um robusto arcabouço jurídico, de governança e de salvaguardas socioambientais (ver Cap. 5).

Também neste período, importantes projetos relacionáveis ao PPCDQ-AC são iniciados, onde se destacam:

- PDSA II/BID⁵;
- PROSER/BIRD⁵;
- Programa REM Acre Fase I⁵;

O Acre é também contemplado com 15 projetos no Fundo Amazônia, sendo cinco destes com destinação exclusiva⁶. Tratam-se de projetos voltados à conservação ambiental, estruturação de Unidades de Conservação (UCs), fomento a atividades sustentáveis e a cadeias da sóciobiodiversidade, ordenamento fundiário, fortalecimento institucional, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), entre outros. Dentre os de destinação exclusiva, destacam-se:

⁵ Ver Quadro Resumo dos projetos no **Anexo 2**.

⁶ Projetos exclusivos são aqueles captados com aplicações previstas somente dentro do Estado. Outros projetos, não menos importantes, contemplam o Acre, além de outros estados, são os chamados de captação múltipla.

- Valorização do Ativo Ambiental Florestal - IMAC (R\$ 53 Mi);
- Acre: Incêndios Florestais Zero - CBMAC (R\$ 13,2 Mi);
- Pesca Sustentável - WWF (R\$ 3,2 Mi);
- CAR Acre - SEPLAN⁵;
- Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre - CPI Acre (R\$ 6,5 Mi);
- Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros - SOS Amazônia (R\$ 9,9 Mi);
- Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável - COOPERACRE (R\$ 4,9 Mi).





PPCDQ-AC Fase 2

Na segunda fase do PPCDQ-AC, de 2017 a 2020, as taxas de desmatamento “escapam” para níveis não previstos, ou seja, acima do compromisso assumido pelo Estado. Em 2016, quando se iniciou o processo de revisão do PPCDQ-AC, os indicativos de aumento já chamavam atenção dos gestores. Naquele ano, apesar de ainda dentro do esperado, o desmatamento na ordem de 397 km² totaliza o maior valor da década (2007-2016), o que despertou nos gestores a reflexão: “*É preciso haver ações de curto prazo para reverter o aumento na curva de desmatamento*”⁷.

Importante salientar que, neste momento, o PPCDAM (federal) adentrava em sua 4^a Fase, onde incluía, entre outros, apoio direto do Fundo Amazônia para ações de comando e controle do desmatamento e queimadas nos Estados pelos órgãos federais⁸. Com apoio do PPCDAM, o Acre consegue manter os níveis de desmatamento até 2017, ainda dentro de suas projeções. A partir de 2018 as metas são extrapoladas e, daí em diante, conflagra-se o aumento vertiginoso do desmatamento no estado, agravado com a interrupção do PPCDAM em 2019.

Por sua vez, o PPCDQ-AC, revisto em 2016 é lançado em 2017, a partir de avaliações e aprendizado em seu primeiro ciclo (2010-2015), traz orientações para seu aprimoramento, onde se destacam:

- A importância de fortalecer a compreensão sobre a necessidade de enfrentar o desmatamento e implementar a gestão florestal de forma abrangente, intensiva, e particularmente **integrada entre as diversas secretarias e órgãos do Estado**;
- Faz-se fundamental o aperfeiçoamento de mecanismos de **compartilhamento de dados e de compatibilização entre os sistemas informatizados no âmbito estadual** e em muitos casos, com instituições do governo federal;
- Importância do aprimoramento dos **sistemas de detecção do desmatamento**, incluindo **análises da degradação florestal** nas avaliações da cobertura vegetal remanescente, em especial aquelas já protegidas por unidades de conservação e terras indígenas;
- Permanece o desafio de se **referendar, na prática, a viabilidade econômica de uso sustentável dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros**. A conversão da floresta para outros usos (ex. pecuária) não arrefeceu;
- Fundamental a **continuidade do processo de implementação do Cadastro Ambiental Rural**, através do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) no Acre;
- A temática das queimadas e das **limitações ao uso do fogo deve ter prioridade**, considerando sua função no desenvolvimento das atividades agropecuárias, particularmente de produtores familiares e extrativistas;

⁷ Processo de revisão do PPCDQ-AC, junho de 2016, documento utilizado em oficinas participativas (SEMAS/IMC).

⁸ Projetos: a) PROFISC/IBAMA, início 2016, valor R\$ 56,2 Mi; b) PREVFOGO/IBAMA, início 2013, valor R\$ 14,6 Mi.

- Necessidade premente de se **estabelecer mecanismos para distinguir o desmatamento ilegal do legalmente executado**, para que se possa eliminar o primeiro e promover políticas de redução do segundo, sem prejuízo do desenvolvimento regional;
- Devem ser orientadas as ações governamentais e não governamentais para as áreas críticas/prioritárias com vistas à prevenção e controle do desmatamento, **aprimorando a delimitação de áreas estabelecidas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**, promovendo a regularização e destinação fundiárias no Estado;
- Importância do fortalecimento do **Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre** (SEANP/AC), em favor do desenvolvimento sustentável do estado.

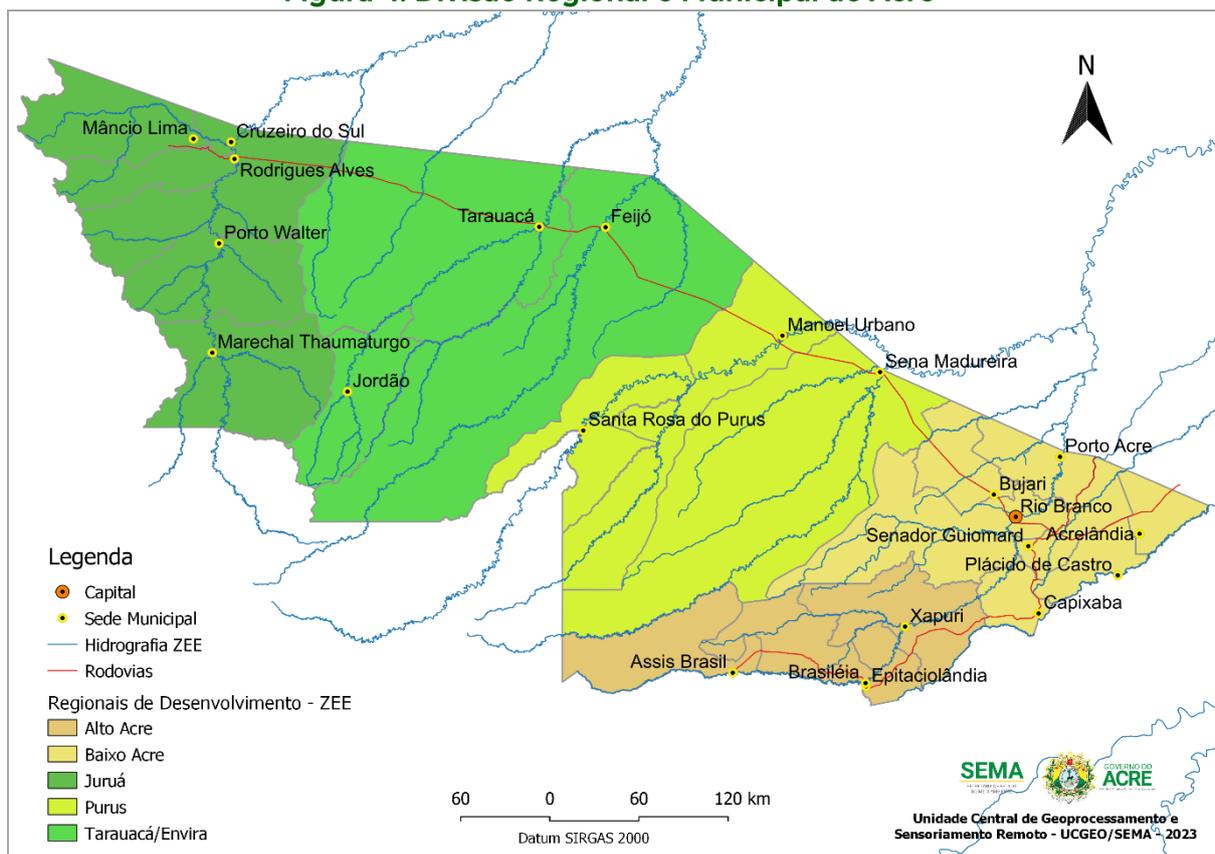
Em 2017, o PPCDQ-AC foi lançado com 65 ações, envolvendo 17 entidades em sua comissão gestora, com um custo global estimado de R\$ 331 Mi para os quatro anos de vigência, incluindo indicativo das fontes de recursos. Porém, um revés decisivo comprometeu o desempenho desta segunda versão do PPCDQ-AC, que fundamentou ações de grande importância com recursos que deveriam advir do Fundo Amazônia – FA / BNDES. Aprovada em 2018, a Carta Consulta do projeto “Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Estado do Acre”, orçado em R\$ 85 Mi, não avançou em seu deferimento e repasse de recursos devido às interrupções do trabalho deste Fundo em 2019. Várias ações, dentro dos três eixos, ficaram comprometidas.



4. Dinâmica do Desmatamento e das Queimadas no Acre

O Acre sistematizou, por meio de lei estadual, microrregiões de caráter político, econômico-administrativo e de planejamento, que agrupam seus 22 municípios. São as chamadas Regionais do Acre. Duas rodovias federais integram as cinco Regionais, as quais recebem o nome das principais bacias hidrográficas que lhes formam (ou porções das bacias), que seriam: Baixo Acre, Alto Acre, Purus, Tarauacá-Envira e Juruá, como mostram as Figuras 4 e 5.

Figura 4: Divisão Regional e Municipal do Acre

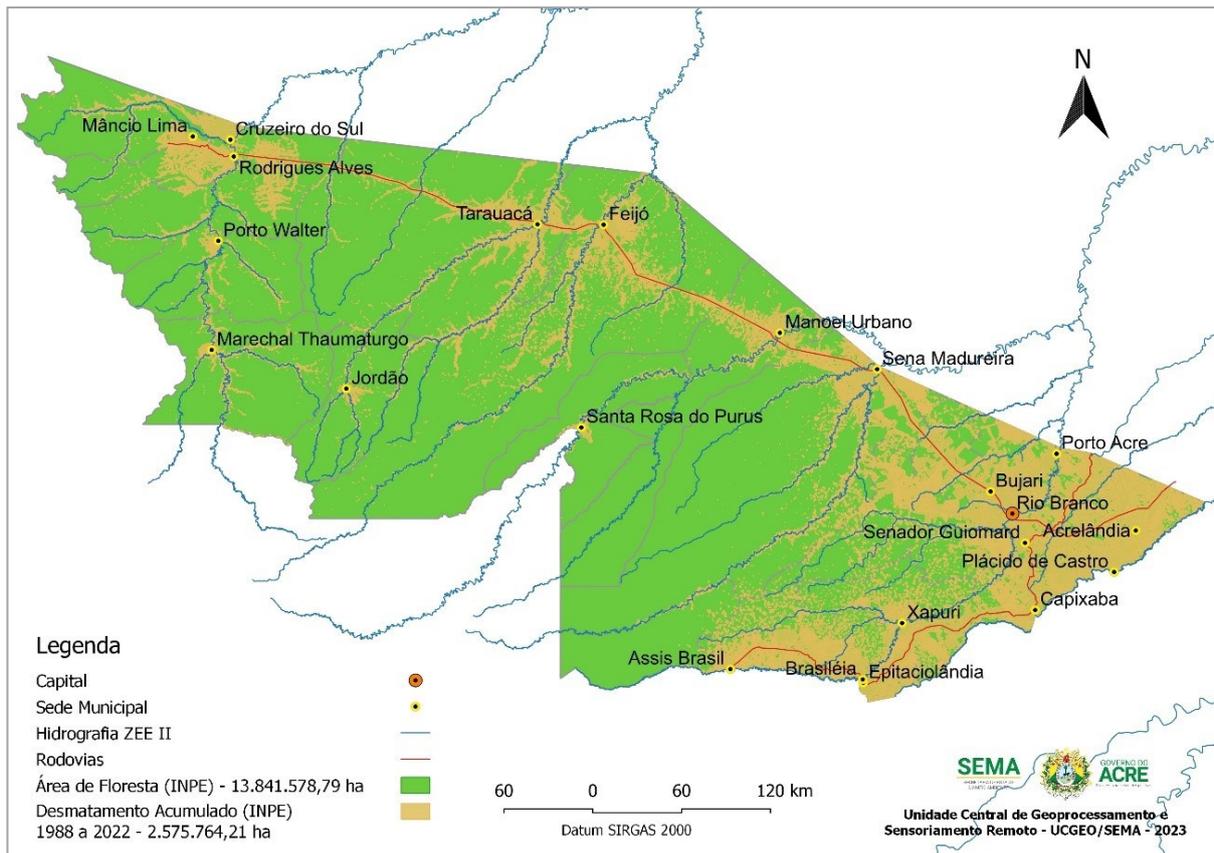


Fonte: UCGEO.

4.1 Desmatamento consolidado (1988-2022)

Apesar do crescimento inesperado do desmatamento em anos mais recentes, o Acre, com seus 164.173,43 km² (16,4 milhões de hectares) ainda mantém **84,3%** de sua área (138.415,79 km²) com a cobertura vegetal nativa, o que representa um importante patrimônio florestal, de sociobiodiversidade e de produção de serviços ambientais para a sociedade brasileira (Figuras 5 e 6).

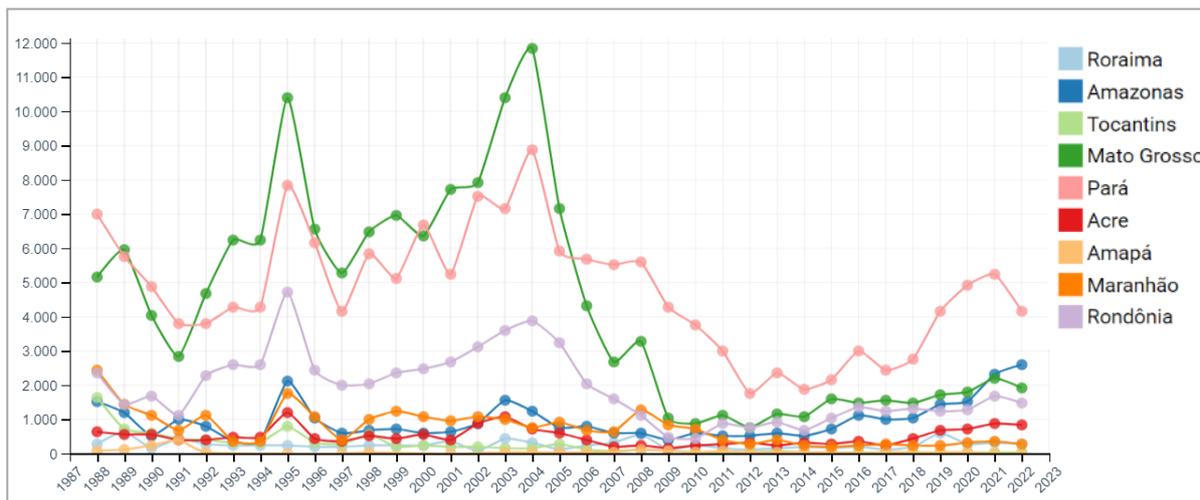
Figura 5: Desmatamento acumulado no Acre entre 1988 e 2022



Fonte: INPE/UCGEO.

No entanto, ao longo dos últimos anos, o estado do Acre vem acompanhando a tendência geral de aumento do desmatamento verificada na Amazônia como um todo (Figuras 8 e 9). Atualmente, o Estado apresenta aproximadamente **2,58 milhões de hectares desmatados** no acumulado de 1988 a 2022, sendo que o desmatamento teve uma **taxa anual média de 67 mil hectares** nos últimos quatro anos (2018-2021), valor que é **127%** maior que a média dos quatro anos anteriores (2014-2017).

Figura 6: Taxas de desmatamento na Amazônia Legal (1988-2022, km²)



Fonte: INPE/PRODES (atualizado em 28/04/2023)

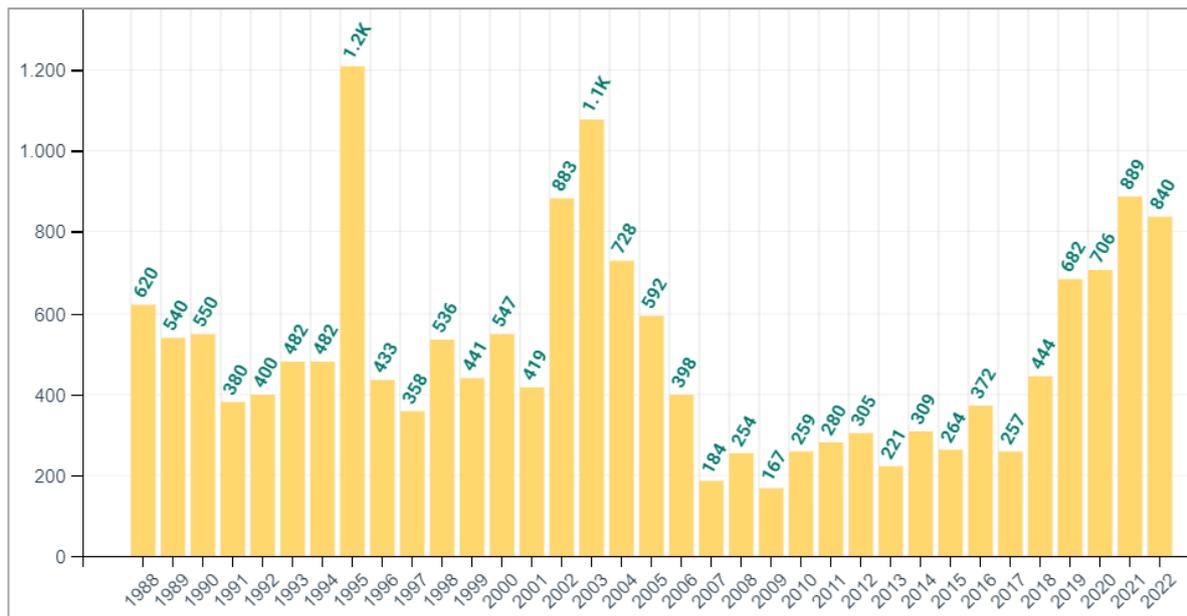
Esta mesma dinâmica pode ser observada na Figura 7, que apresenta a distribuição por estado das taxas de desmatamento da Amazônia Legal Brasileira para o período de 2010 a 2022.

Figura 7: Taxas de desmatamento na Amazônia Legal (2010-2022, km²)

Estado Ano	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	Amazônia Legal
2010	259	595	53	712	871	3.770	435	256	49	7.000
2011	280	502	66	396	1.120	3.008	865	141	40	6.418
2012	305	523	27	269	757	1.741	773	124	52	4.571
2013	221	583	23	403	1.139	2.346	932	170	74	5.891
2014	309	500	31	257	1.075	1.887	684	219	50	5.012
2015	264	712	25	209	1.601	2.153	1.030	156	57	6.207
2016	372	1.129	17	258	1.489	2.992	1.376	202	58	7.893
2017	257	1.001	24	265	1.561	2.433	1.243	132	31	6.947
2018	444	1.045	24	253	1.490	2.744	1.316	195	25	7.536
2019	682	1.434	32	237	1.702	4.172	1.257	590	23	10.129
2020	706	1.512	24	336	1.779	4.899	1.273	297	25	10.851
2021	889	2.306	17	350	2.213	5.238	1.673	315	37	13.038
2022	840	2.594	14	271	1.927	4.162	1.480	279	27	11.594
Varição 2019-2021	30%	61%	-47%	48%	30%	26%	33%	-47%	61%	29%
Varição 2020-2021	26%	53%	-29%	4%	24%	7%	31%	6%	48%	20%
Varição 2021-2022	-6%	12%	-18%	-23%	-13%	-21%	-12%	-11%	-27%	-11%

Fonte: INPE/PRODES (atualizado em 28/04/2023)

Figura 8: Taxas de desmatamento no Acre (1988-2022, km²)



Fonte: INPE/PRODES, Plataforma TerraBrasilis (atualizado em 28/04/2023)

O histórico do desmatamento no Acre traz a região do Baixo Acre como a mais afetada, onde a transformação da paisagem já se consolida há algum tempo. Na verdade, uma avaliação setorizada do Estado evidencia o desequilíbrio entre áreas preservadas e desflorestadas, tanto por regionais (Figura 9), quanto por municípios (Figura 10), com o sudoeste do Estado configurando maior transformação. Em suma, se do ponto de vista global se evidencia uma espécie de “saldo” de floresta, no cômputo setorial, situações de “potenciais dívidas” chamam atenção⁹.

Figura 9: Proporção de remanescente florestal X desmatado por regional - 2022

Regional	Área (ha)	% remanescente florestal (aprox.)	% desmatado
Alto Acre	1.589.289	72	28
Baixo Acre	2.225.048	49	51
Purus	3.194.500	92	8
Tarauacá-Envira	4.053.162	92	8
Juruá	5.350.344	92	8

Fonte: INPE/UCGEO

⁹ Nas digressões feitas sobre “equilíbrio geral” entre áreas com remanescentes X desmatadas, considerou-se a proporção de 80/20 (preservado/desmatado) descrita no Código Florestal para a Região Amazônica (CF-80/20).

Figura 10: Proporção de áreas preservadas X desmatadas por Município - 2022

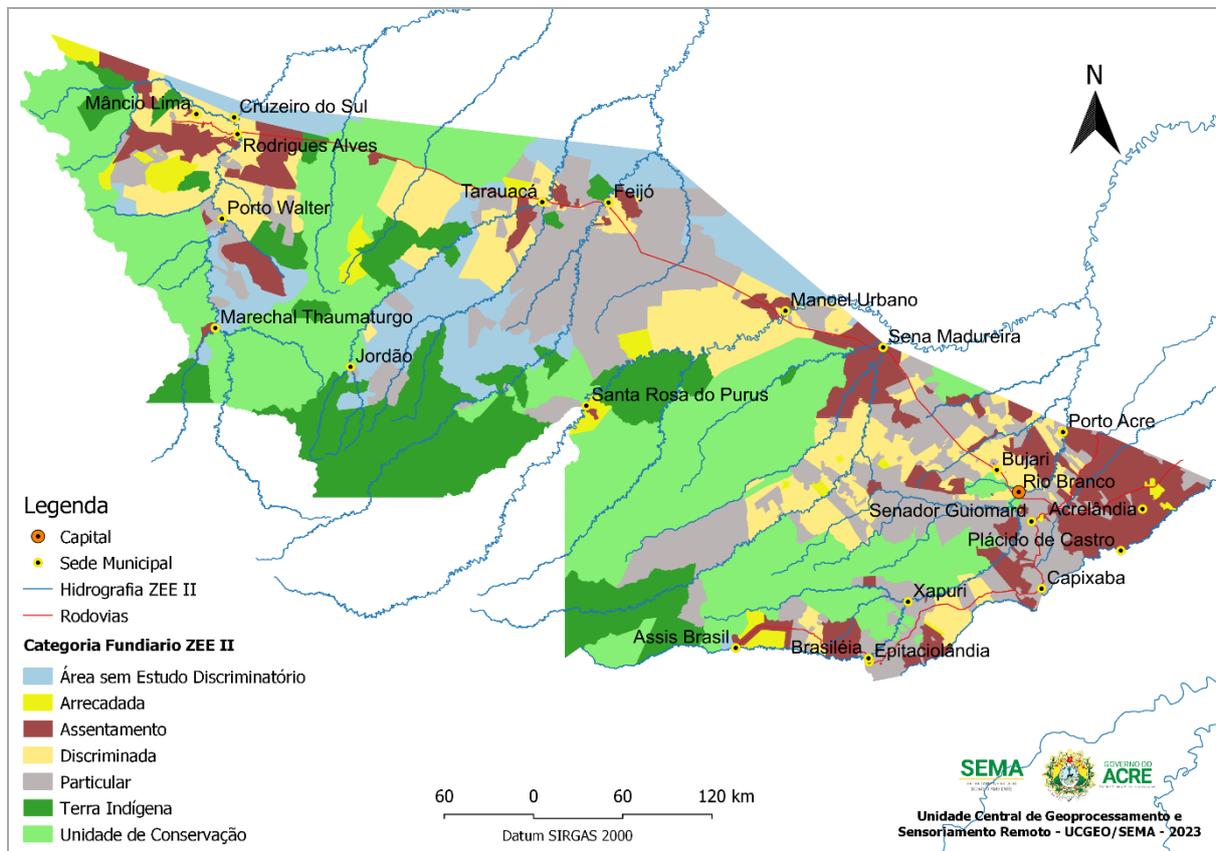
Regional	Município	Área (ha)	% remanescente florestal (aprox.)	% desmatado
Baixo Acre	Acrelândia	181.161	31	69
	Bujari	303.488	55	45
	Plácido de Castro	195.256	24	76
	Porto Acre	260.442	46	54
	Rio Branco	883.515	65	35
	Senador Guiomard	232.017	25	75
Alto Acre	Assis Brasil	497.907	93	7
	Brasiléia	392.817	60	40
	Capixaba	170.582	41	59
	Epitaciolândia	165.267	45	55
	Xapuri	535.059	70	30
Purus	Manoel Urbano	1.063.059	94	6
	Santa Rosa	615.586	98	2
	Sena Madureira	2.375.953	90	10
Tarauacá / Envira	Feijó	2.797.692	93	7
	Jordão	535.722	96	4
	Tarauacá	2.016.954	91	9
Juruá	Cruzeiro do Sul	878.349	87	13
	Mâncio Lima	545.167	92	8
	Marechal Thaumaturgo	819.094	96	4
	Porto Walter	644.638	96	4
	Rodrigues Alves	307.634	82	18

Fonte: INPE/UCGEO

Importante destacar que, além da concentração ao redor dos núcleos urbanos (sedes municipais), a desmatamento do Acre consolida-se, também, ao redor, ou melhor, ao longo das redes hidrográficas (grandes rios, como por exemplo Acre, Macauã, Iaco, Envira, Tarauacá e Purus) e rodovias do Estado, com destaque para as rodovias federais - BR 364 e BR 317. Estes eixos, com acessibilidade melhorada,

em geral, catalisam processos produtivos e comerciais (acesso a insumos, máquinas e/ou escoamento produtivo) para comunidades rurais, assentamentos e propriedades privadas, assim como, representam portas de entrada para grileiros, novos ocupantes e madeireiros ilegais.

Figura 11: Distribuição espacial das principais categorias fundiárias do Acre



Fonte: ZEE Acre / UCGEO

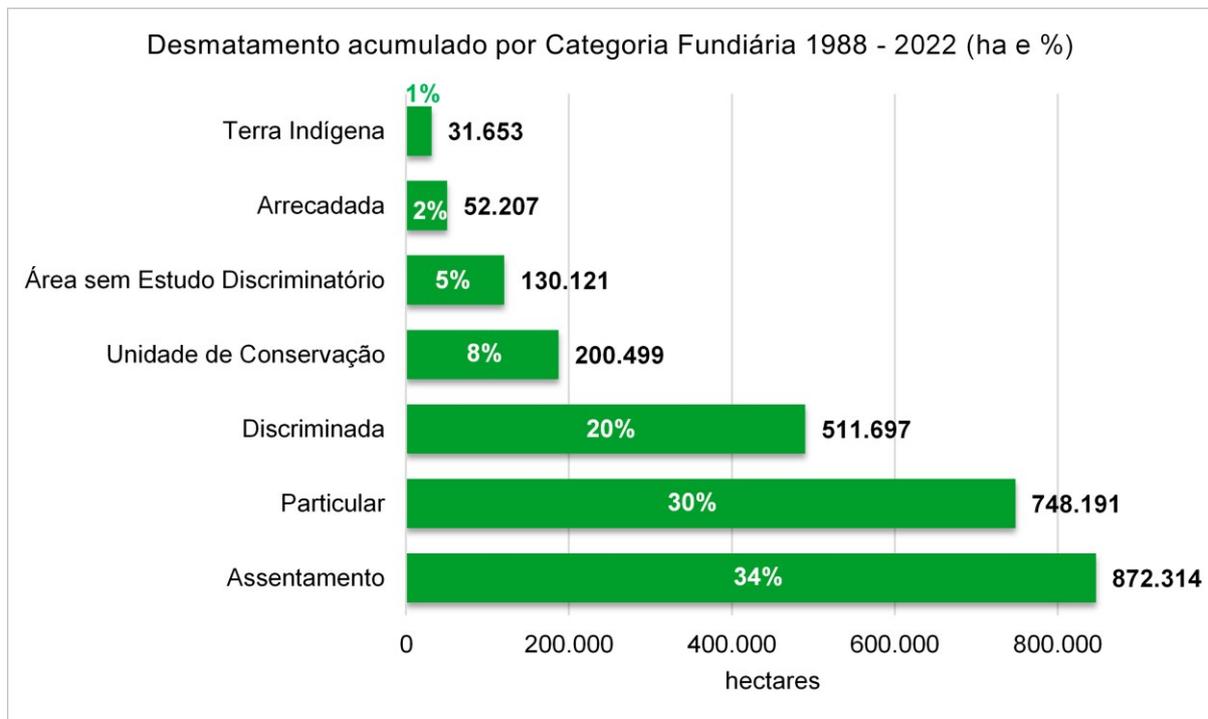
Em termos de categorias fundiárias (Figura 11), no Acre, as maiores taxas de desmatamento ocorrem nos setores que envolvem a posse explícita da terra, como assentamentos (34,2% do total desmatado) e lotes particulares (30,2% do total desmatado), em detrimento de terras indígenas e unidades de conservação, onde a posse da terra é indireta e obedece a padrões institucionais e culturais diferenciados (Figuras 12 e 13). Porém, sempre importante destacar a situação das áreas tidas como de vazios fundiários (sem informação de destinação), que englobam as categorias “não discriminada”, “arrecadada” e “discriminada”, que ainda envolvem mais de 20% de toda área do Estado e incorporam cerca de 26% do total desmatado até 2022.

Figura 12: Desmatamento acumulado por classe fundiária 1988-2022

Tipo / Categoria	Área Total (ha)	Desmatamento acumulado (ha)	% em relação ao desmatamento acumulado
Assentamento	1.635.945	872.314	34
Particular	3.114.418	776.693	30
Discriminada	2.229.416	511.697	20
Unidade de Conservação	5.167.967	200.499	8
Área sem Estudo Discriminatório	1.474.934	130.121	5
Arrecadada	313.595	52.207	2
Terra Indígena	2.485.209	31.653	1
Total geral	16.421.484	2.575.184	100%

Fonte: INPE/UCGEO

Figura 13: Comparativo do desmatamento por Categoria Fundiária 1988-2022 (ha e %)

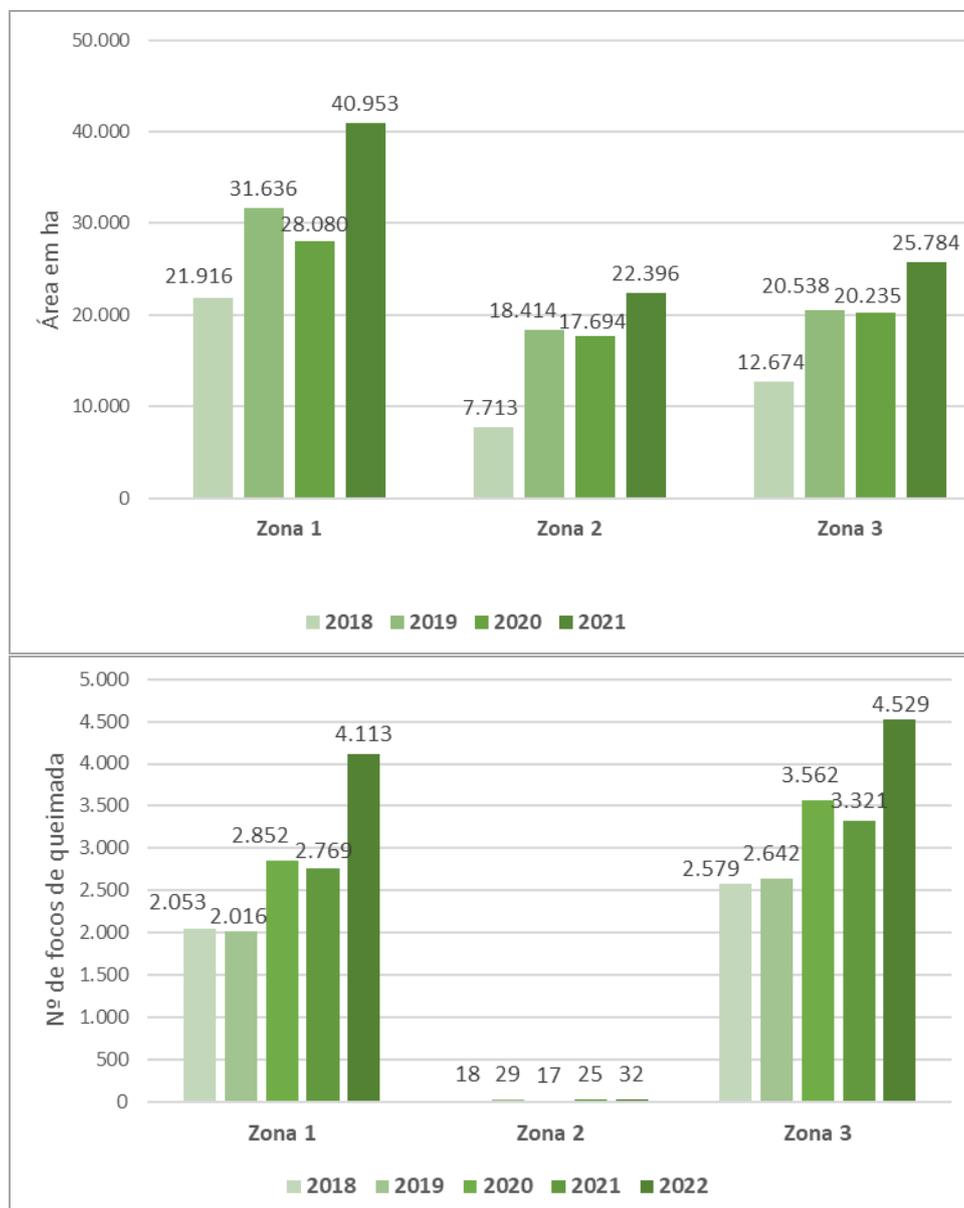


Fonte: INPE/UCGEO

Em relação aos setores do ZEE/AC (Fase 2), a Zona 1, destinada a sistemas produtivos sustentáveis, detém, como esperado, uma maior proporção de áreas transformadas, seguida pela Zona 3, definida como áreas prioritárias para

regularização fundiária. Importante observar, porém, que, ao se tratar de incidência de queimadas, essa relação se inverte, ou seja, a Zona 3 é a campeã em termos de foco de queimadas (Figura 14). A indefinição fundiária predispõe as áreas ao desmatamento, onde as queimadas estão associadas.

Figura 14: Desmatamento (ha) e queimadas (Nº de focos de queimada) segundo zonas do ZEE Fase II

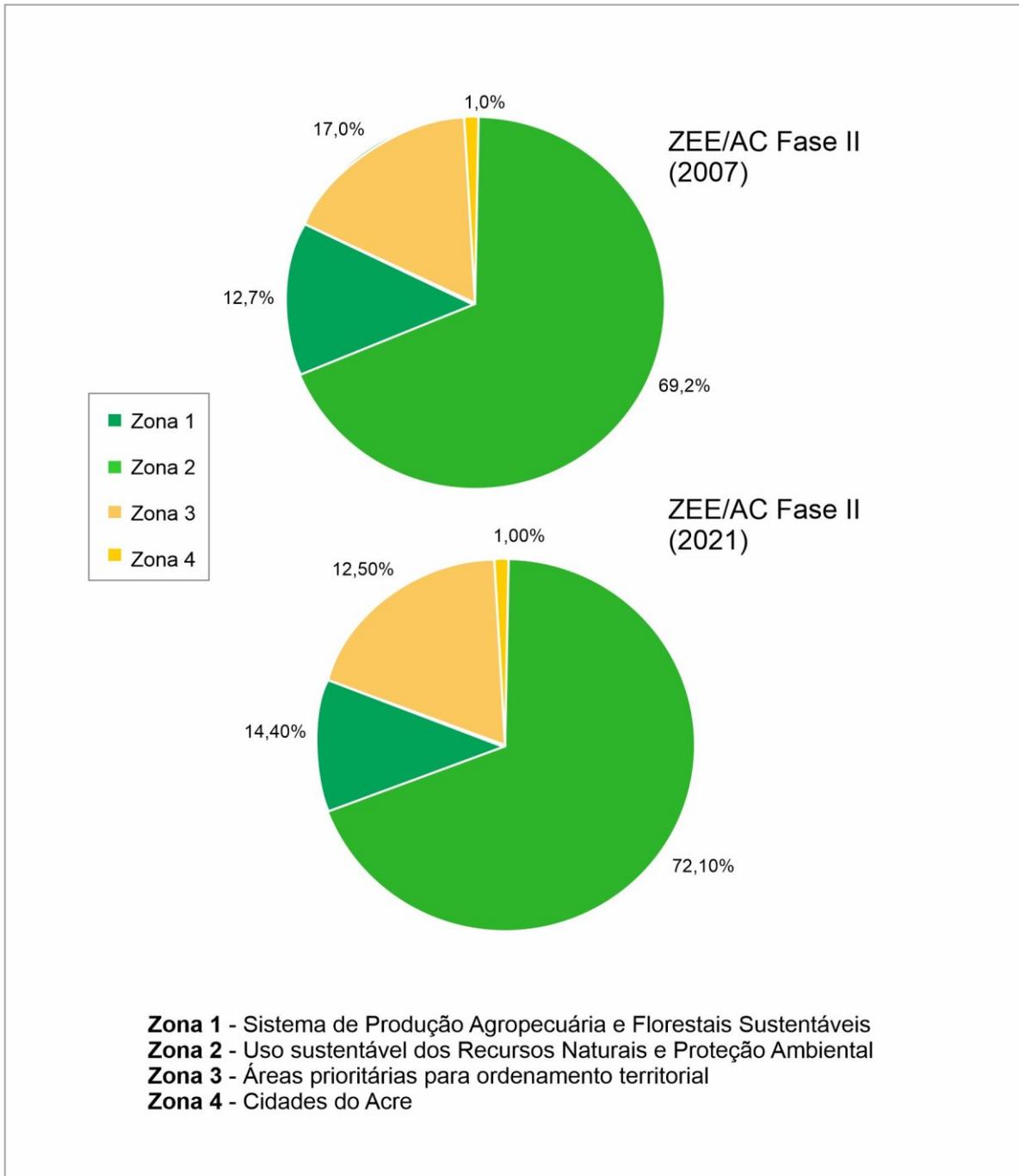


Fonte: INPE/UCGEO

Com a evolução do Zoneamento em fases, na medida em que porções do território migram da Zona 3 (Áreas prioritárias para ordenamento territorial) para as Zonas 1 e 2 (especialmente a primeira), conforme descrito na Figura 15, cresce ainda mais a contribuição da Zona 1 com o desmatamento total do Estado (Figura 16). De qualquer forma, importante salientar também que, em termos proporcionais, a contribuição da Zona 2 (Uso sustentável de recursos naturais e

proteção ambiental) mostra-se significativa, pois, com a nova configuração do ZEE/AC Fase III, esta zona cresce 4,6% em termos de área e 1,7% na contribuição do desmatamento, enquanto que a Zona 1 cresce 50,8% em termos de área e 2,9% no desmatamento (Figura 16).

Figura 15: Percentual de desmatamento (1988-2021) por zonas do ZEE/AC



Fonte: PRODES/ZEE Fase III

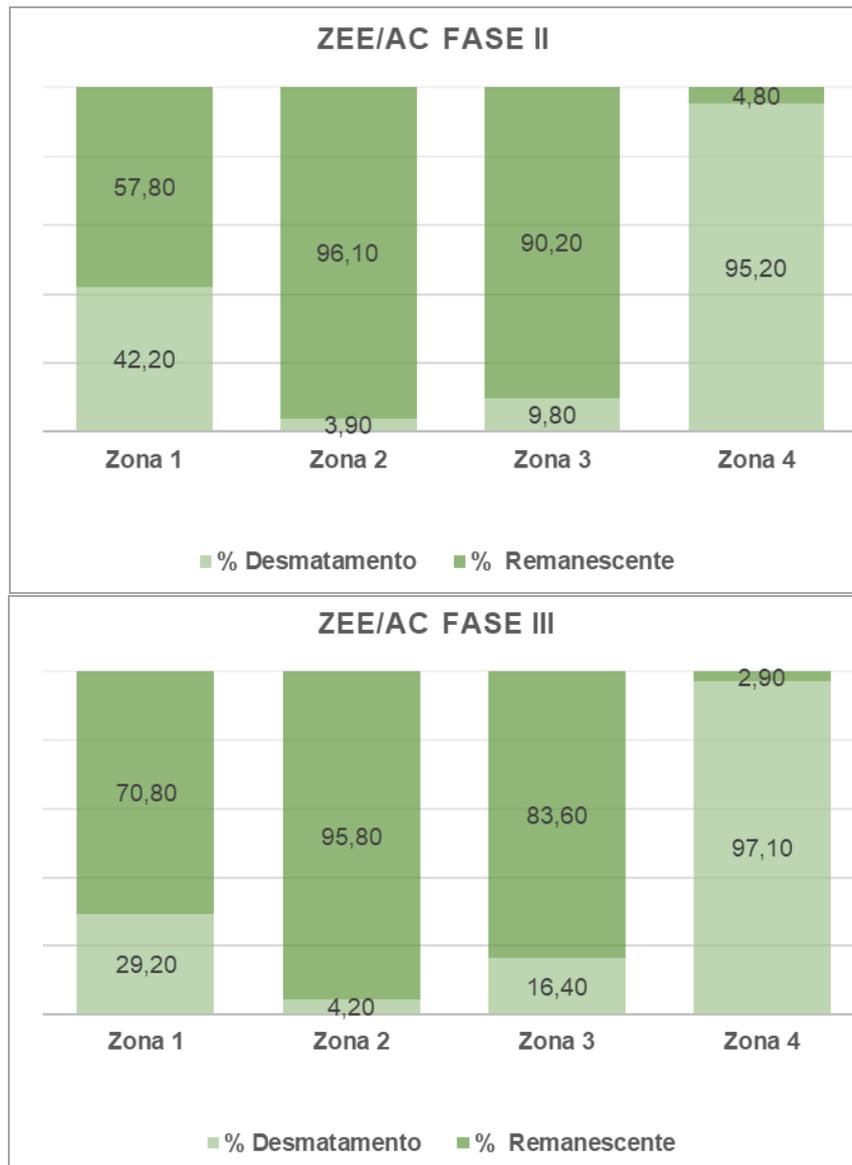
Figura 16: Distribuição das zonas do ZEE Acre, Fases II e III, destacando a evolução das áreas (ha) por zona no período de 2007 a 2020.

Zona	FASE II (2007)		FASE III (2020)		Evolução
	ÁREA	%	ÁREA	%	
Zona 1	4.054.102	24,7	6.112.695	37,2	50,8
Zona 2	8.035.751	49,0	8.404.502	51,1	4,6
Zona 3	4.296.388	26,2	1.888.800	11,5	-56
Zona 4	26.819	0,2	25.095	0,2	-6,4
	16.413.061	100,0	16.431.092	100	

Fonte: PRODES/ZEE Fase III

Do ponto de vista do balanço de áreas, entre preservadas e desmatadas, a evolução das fases do ZEE/AC traz um melhor equilíbrio para a Zona 1 em termos de percentual preservado (passa de 57,8% para 70,8%, Figura 17), o que significa que boa parte das áreas da Zona 3 que passam a vigorar mais recentemente como Zona 1, dispõe de uma proporção significativa de remanescentes florestais. Não obstante, essa situação exige atenção em termos de monitoramento futuro sobre a evolução do desmatamento nessas áreas.

Figura 17: Percentuais de áreas desmatadas e preservadas segundo zonas do ZEE/AC em suas duas fases



Fonte: PRODES/ZEE Fase III

Nas Figuras 18, 19 e 20, abaixo, reporta-se a condição do balanço (i.e. remanescentes florestais, X áreas desmatadas) em assentamentos, UCs e TIs do Estado. Sobre os primeiros, os assentamentos, um olhar expedito coloca todos os listados na condição de transgressão do padrão CF-80/20. Por outro lado, a condição das TIs, reforça o valor desta categoria em relação à manutenção de ativos da sociobiodiversidade. Condição semelhante à das UCs, porém, nesta categoria, algumas unidades já são motivo de preocupação há algum tempo, especialmente as de tipologia de uso sustentável, como ARIE e APAs.

**Figura 18: Dez Assentamentos com maior nível de desmatamento em 2022.
Balança entre áreas remanescentes e desmatadas (1988-2022)**

Assentamento	Área (ha)	% remanescente (aprox.)	% desmatado
PAD Pedro Peixoto	337.396	76,3	23,7
PAE Remanso	43.337	40,7	59,3
PAD Boa Esperança	82.487	59,5	40,5
PAE Porto Dias	24.305	33,5	66,5
PAE Riozinho	29.422	17,8	82,2
PAD Santa Luzia	64.459	45,4	54,6
PAD Quixadá	50.395	77,5	22,5
PAF Providência Capital	32.764	23,6	76,4
PDS Jamil Jereissati	42.797	16,2	83,7
PA Berlim Recreio	24.581	59,7	40,3

Fonte: INPE/UCGEO

**Figura 19: Dez Unidades de Conservação com maior nível de desmatamento em 2022.
Balança entre áreas preservadas e desmatadas (1988-2022)**

Unidades de Conservação	Área (ha)	% remanescente (aprox.)	% desmatado
APA São Francisco	30.004	30	70
FLOES do Antimary	46.911	88	12
RESEX Chico Mendes	926.066	91	9
RESEX do Alto Juruá	527.980	96	4
RESEX do Alto Tarauacá	151.846	96	4
FLOES do Mogno	140.578	96	4
FLOES do Rio Gregório	213.035	97	3
PARNA Serra do Divisor	787.798	98	2
RESEX Cazumbá Iracema	733.233	98	2
RESEX Riozinho da Liberdade	320.778	98	2

Fonte: INPE/UCGEO

**Figura 20: Dez Terras Indígenas com maior nível de desmatamento em 2022.
Balanço entre áreas preservadas e desmatadas (1988-2022)**

Terras indígenas	Área (ha)	% remanescente (aprox.)	% desmatado
TI Igarapé do Caucho	12.182	82	18
TI Kaxinawá do Rio Jordão	8.738	83	17
TI Katukina/Kaxinawá	23.562	92	8
TI Nukini	30.226	93	7
TI Poyanawa	24.619	93	7
TI Nawa	60.522	94	6
TI Kaxinawa da Praia do Carapana	60.779	97	3
TI Rio Gregório	92.790	98	2
TI Alto Rio Purus	263.686	99	1
TI Kampa Isolados do Rio Envira	233.817	99	1

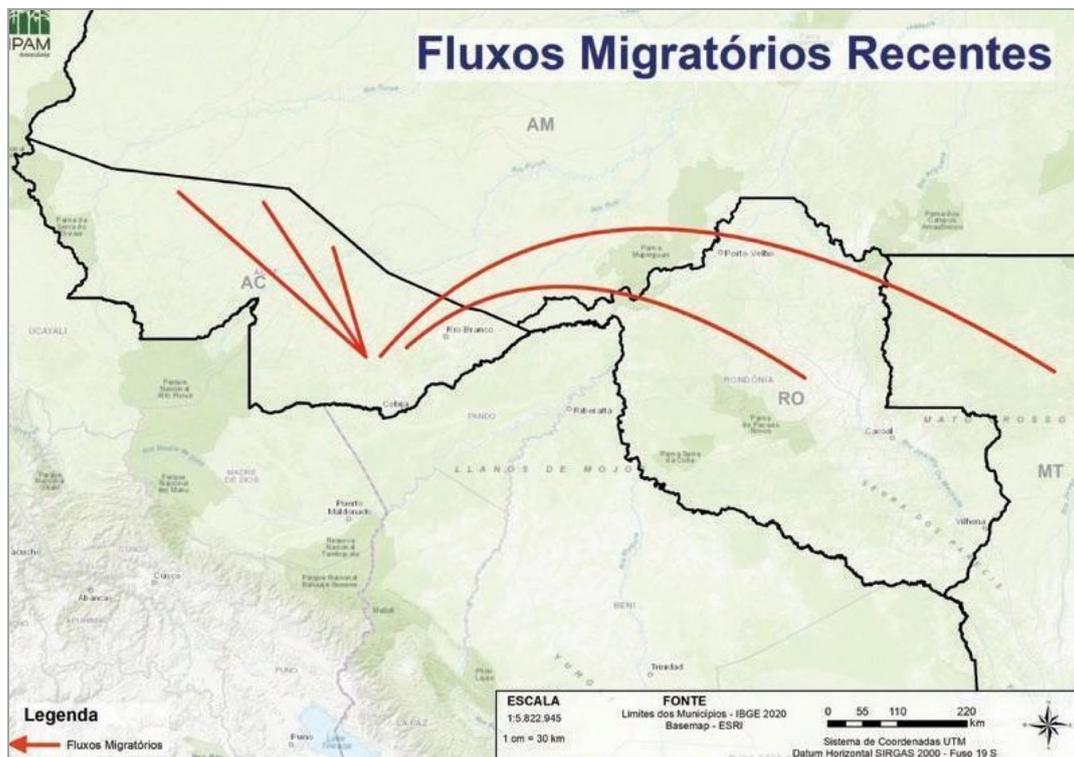
Fonte: INPE/UCGEO



4.2 Dinâmica recente e vetores

Na última década, com a redução das áreas com vegetação florestal nativa, principalmente nos municípios do Baixo Acre, vem aumentando a participação dos municípios das regionais do Purus, Tarauacá-Envira e Alto Juruá no desmatamento anual. Segundo o ZEE/AC e análises dos gestores ambientais do Estado, isso é decorrente da tendência de migração das atividades de agricultura de corte e queima e da expansão das áreas de pastagens para a pecuária bovina e para a nova fronteira de desmatamento ao longo da BR 364, no trecho entre Sena Madureira e Tarauacá. Os protagonistas da expansão da fronteira agropecuária nessa região são pequenos, médios e grandes produtores do Acre e migrantes que venderam suas terras valorizadas pela expansão da fronteira de produção empresarial de commodities agrícolas em Rondônia e Mato Grosso (Figura 21).

Figura 21: Fluxos migratórios recentes atuando como vetores da valorização da terra



Fonte: PRODES/ZEE Fase III

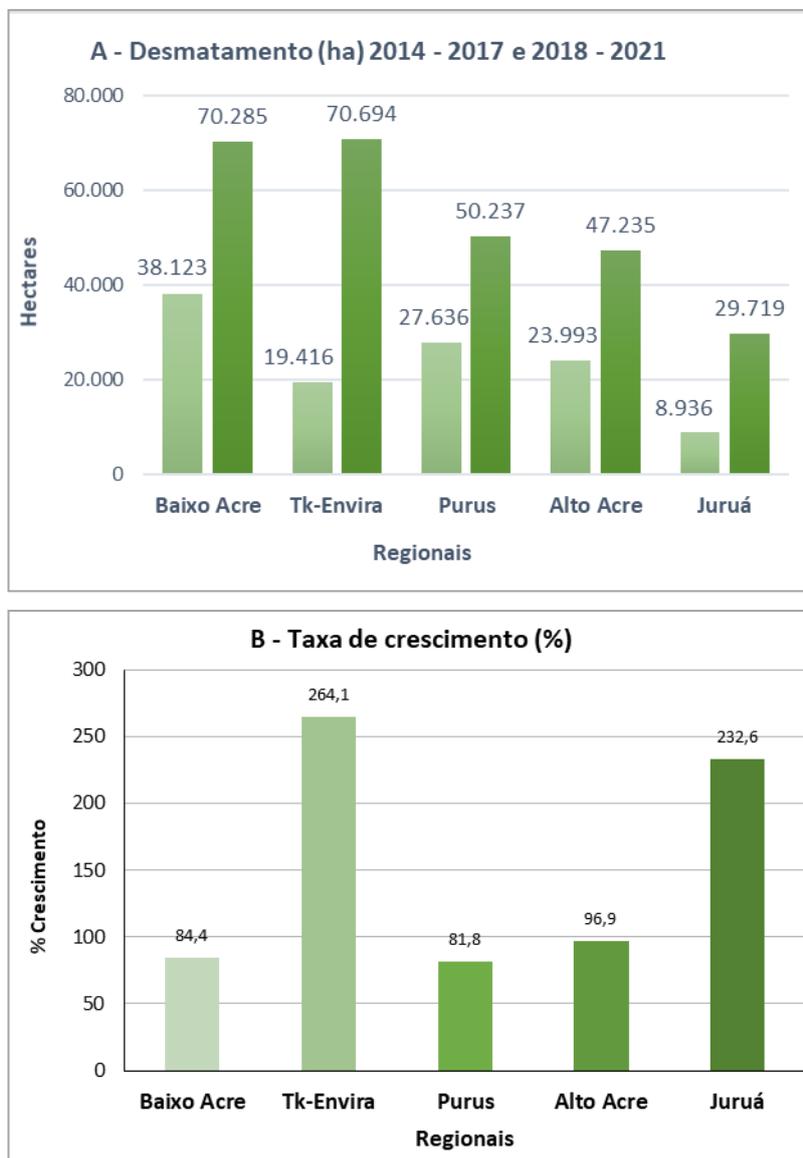
Ao se confrontar o desmatamento ocorrido nos dois últimos quadriênios no Estado (2014-2017 e 2018-2021), esta condição de dispersão, ou espalhamento, da transformação da paisagem nativa fica evidenciada (Figura 22). Em termos absolutos, o desmatamento cresce significativamente em todas as Regionais (Figura 22 A), onde, além do recrudescimento do desmatamento em áreas há muito afetadas, como a regional do Baixo Acre, adensa-se o desmatamento nas demais regionais do Estado, especialmente na regional de Tarauacá-Envira que passa, no período de 2018-2021, a concentrar as maiores proporções de todo o desmatamento do Acre (Figura 22 B).

Importante observar que as duas regionais posicionadas mais a oeste do Estado, Tarauacá-Envira e Juruá, apresentam, disparadamente, as maiores taxas de crescimento do desmatamento recente, com índices de aumento na ordem de 264,1% e 232,6%, respectivamente (Figura 22 B).



Figura 22: Comparativos do desmatamento por quadriênios (2014-2017 e 2018-2021) nas Regionais:

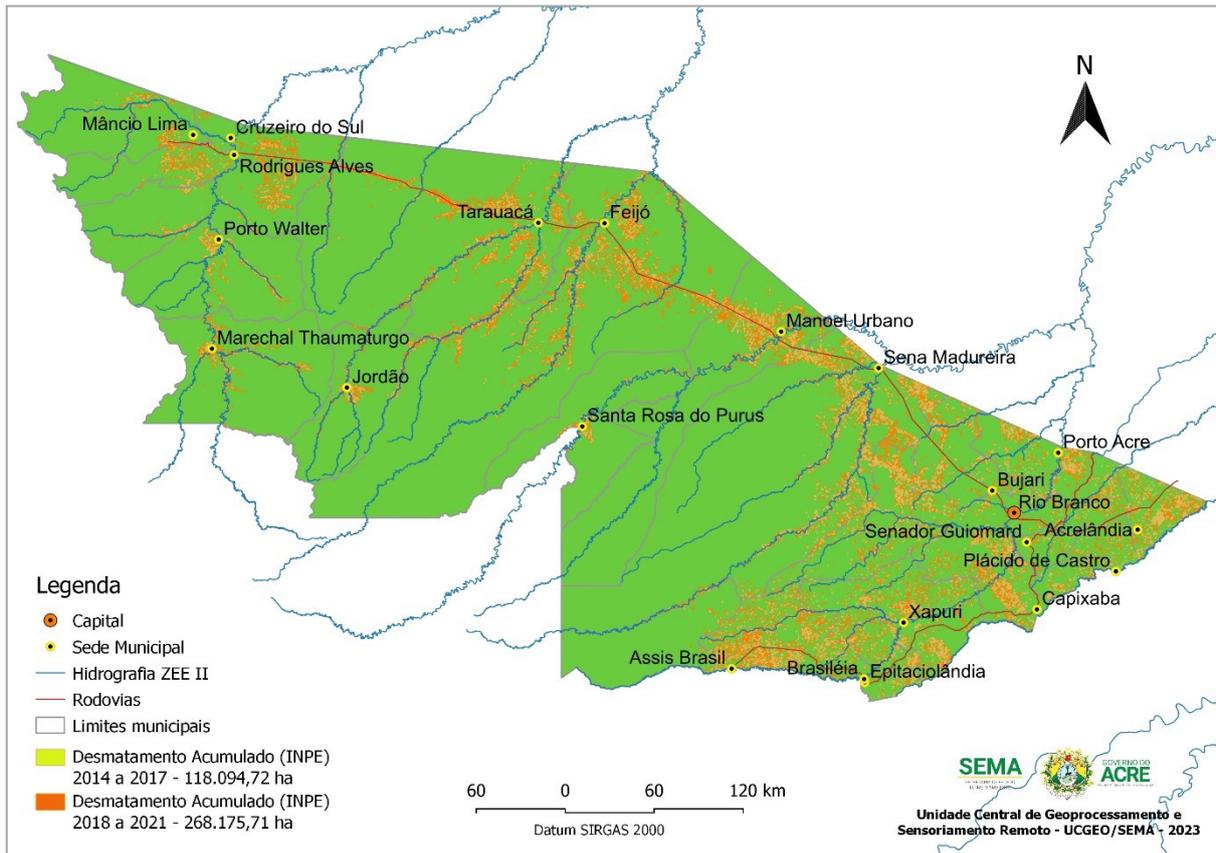
A - total do desmatamento (ha) e B - taxa de crescimento (%) entre os quadriênios



Fonte: INPE/UCGEO

A projeção espacial do desmatamento nestes dois períodos (quadriênios), conforme ilustrado na Figura 23, evidencia setores, ou eixos, bem específicos de acessibilidade facilitada, seja por rodovias e hidrovias, onde persiste a incidência dos processos de transformação da paisagem. Porém, uma diferença aparece, nas Regionais com desmatamento mais consolidado, como Alto e Baixo Acre, o desmatamento parece se distanciar dos referidos eixos principais de acessibilidade e também das sedes municipais, enquanto que nas Regionais com taxas de crescimento mais elevadas (Tarauacá-Envira e Juruá), o desmatamento adensa-se junto aos eixos referidos e próximo às sedes municipais.

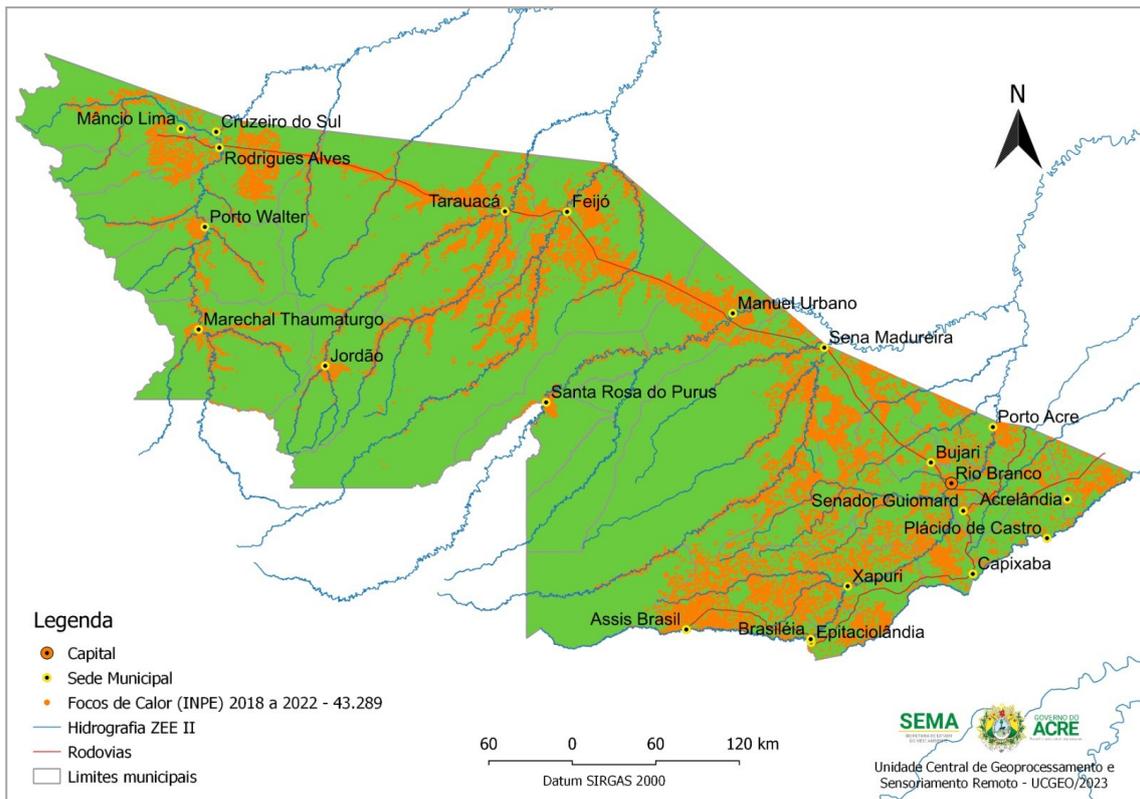
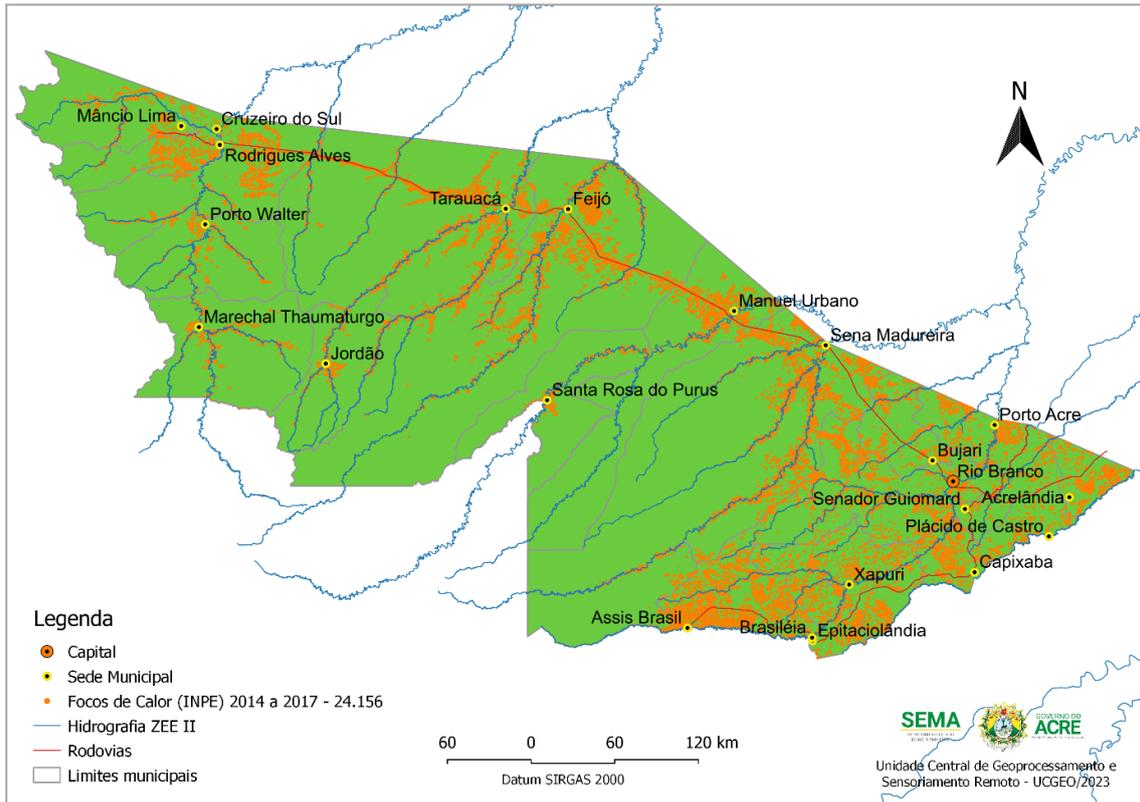
Figura 23: Comparativo do desmatamento nos quadriênios 2014-2017 e 2018-2021



Fonte: INPE/UCGEO

Comportamento muito parecido evidencia-se nas projeções de queimadas, que acompanham os mesmos eixos de acessibilidade, porém, com espraiamento mais nítido dada a própria fluidez do fenômeno (Figura 24).

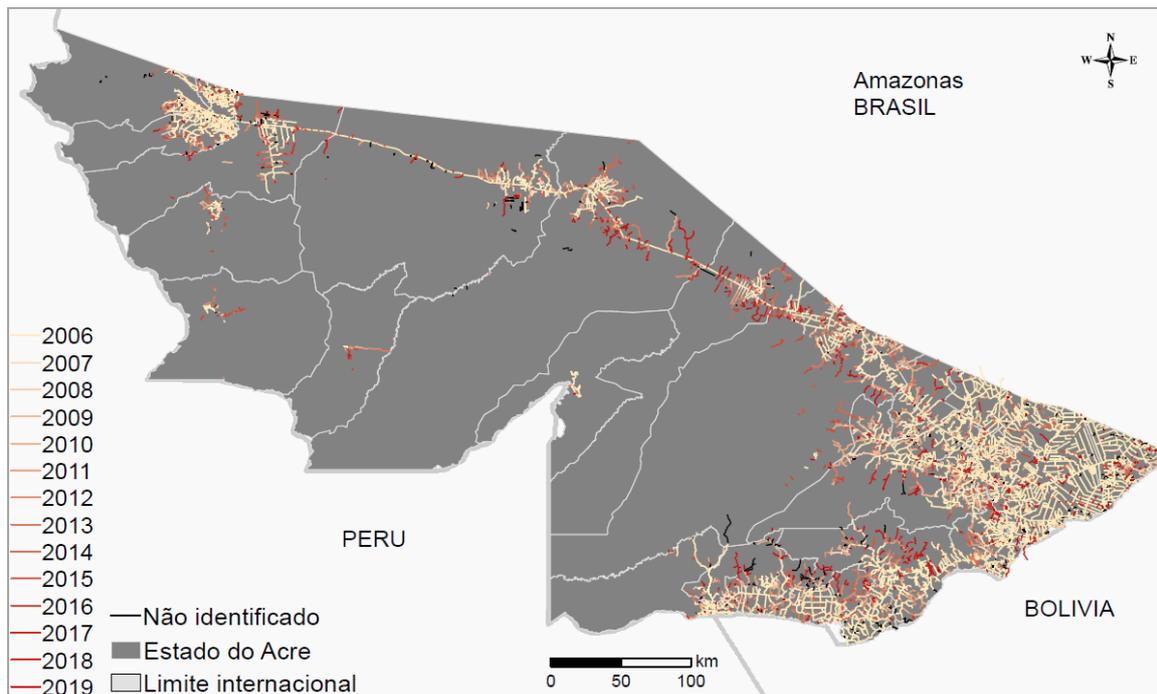
Figura 24: Comparativo de queimadas entre o quadriênio 2014-2017 e o quinquênio 2018-2022



Fonte: INPE/UCGEO

Na verdade, estudos recentes¹⁰ mostram que as áreas de desmatamento mais consolidado, como do Alto e Baixo Acre, o que está acontecendo é o espraiamento da rede rodoviária, com a abertura de estradas, oficiais e não-oficiais, em diferentes setores desses municípios, muito além da sede municipal (Figuras 25 e 26). Correlações matemáticas atestam a forte correlação positiva entre o desmatamento total e as rodovias do Estado do Acre: os municípios com maior extensão de rodovias, como Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri, são municípios com grandes áreas desmatadas. Porém, em alguns municípios, como Tarauacá e Feijó, que concentram também o desmatamento ao longo de seus rios navegáveis, tal relação (rodovias *versus* desmatamento) não se afirma tão claramente, ao menos por enquanto. Todas essas condições devem ser observadas quando do planejamento de ações e políticas públicas, como de operações integradas, sejam estas relacionadas ao monitoramento, fiscalização ou licenciamento.

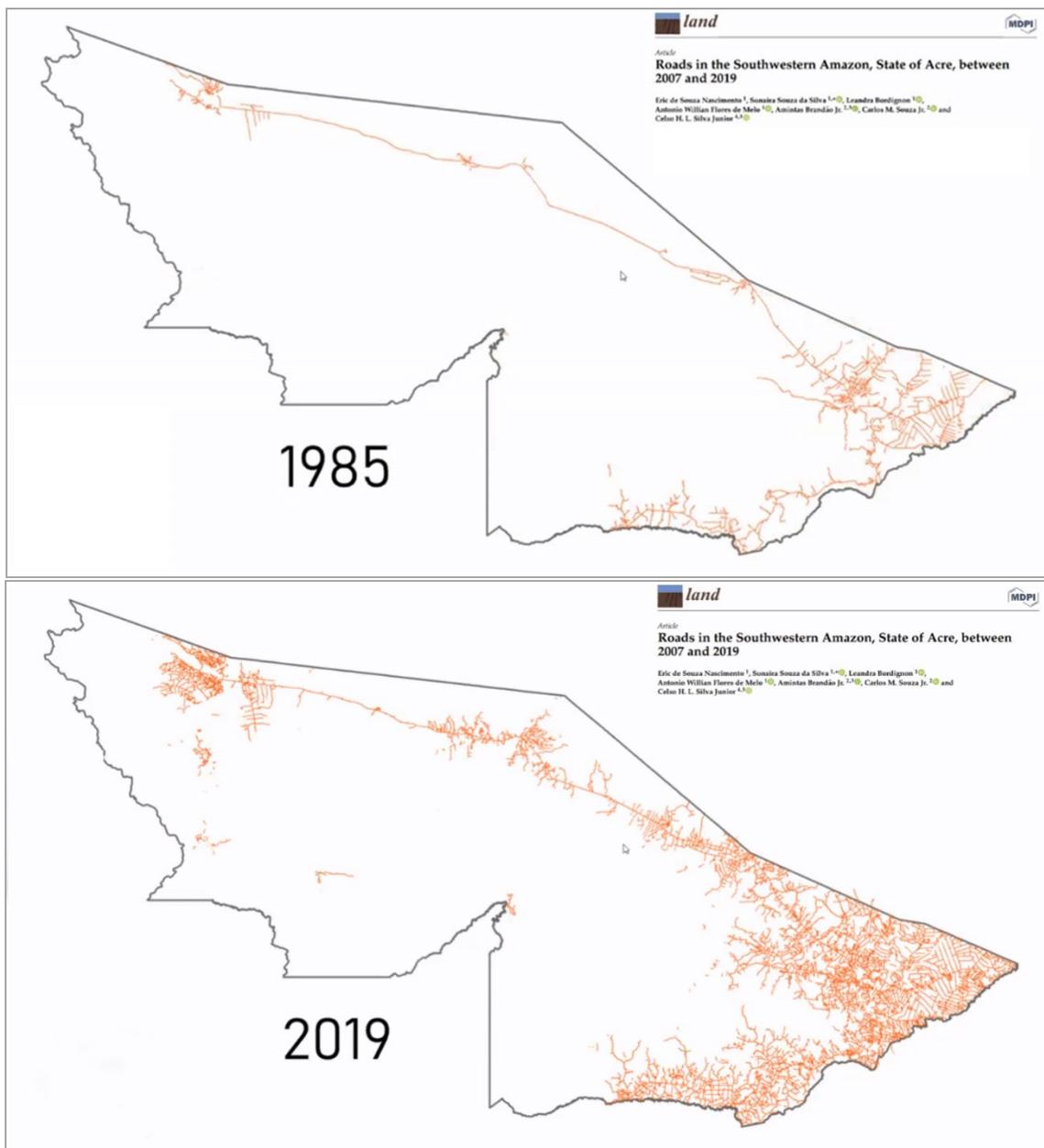
Figura 25: Distribuição espaço-temporal das rodovias no Estado do Acre, 2007-2019



Fonte: LabGAMA/UFAC

10 Nascimento, Eric de Souza et al. (2021): Roads in the Southwestern Amazon, State of Acre, between 2007 and 2019. *Land*. 2021; 10(2):106. <https://doi.org/10.3390/land10020106>

Figura 26: Expansão da rede rodoviária no Acre, 1985-2019



Fonte: Nascimento et al. (2021): Roads in the Southwestern Amazon, State of Acre, between 2007 and 2019. Land. 2021; 10(2):106. <https://doi.org/10.3390/land10020106>

Além da questão dos vetores de acessibilidade, a projeção do desmatamento nos municípios do Acre, segundo os dois últimos quadriênios, traz outras constatações, que merecem destaque:

- a) Sem exceção, em todos os municípios houve crescimento da taxa de desmatamento anual. Se forem considerados os valores anuais, absolutos, existe uma alternância entre os “campeões” de desmatamento. Enquanto que, agrupados por quadriênios, (Figura 27), os municípios campeões de desmatamento em suas regionais seriam:

- Rio Branco (no Baixo Acre);
- Brasileia e Xapuri (no Alto Acre);
- Sena Madureira (no Purus);
- Tarauacá e Feijó (em Tarauacá-Envira), e;
- Cruzeiro do Sul (no Juruá).

b) Por outro lado, não menos importante que os valores absolutos, em termos de crescimento percentual, chamam atenção municípios da Regional de Juruá (4 de 5 municípios) e da Regional de Tarauacá-Envira (todos os municípios) com mais de 200% de aumento do desmatamento de um quadriênio ao outro:

Tarauacá-Envira

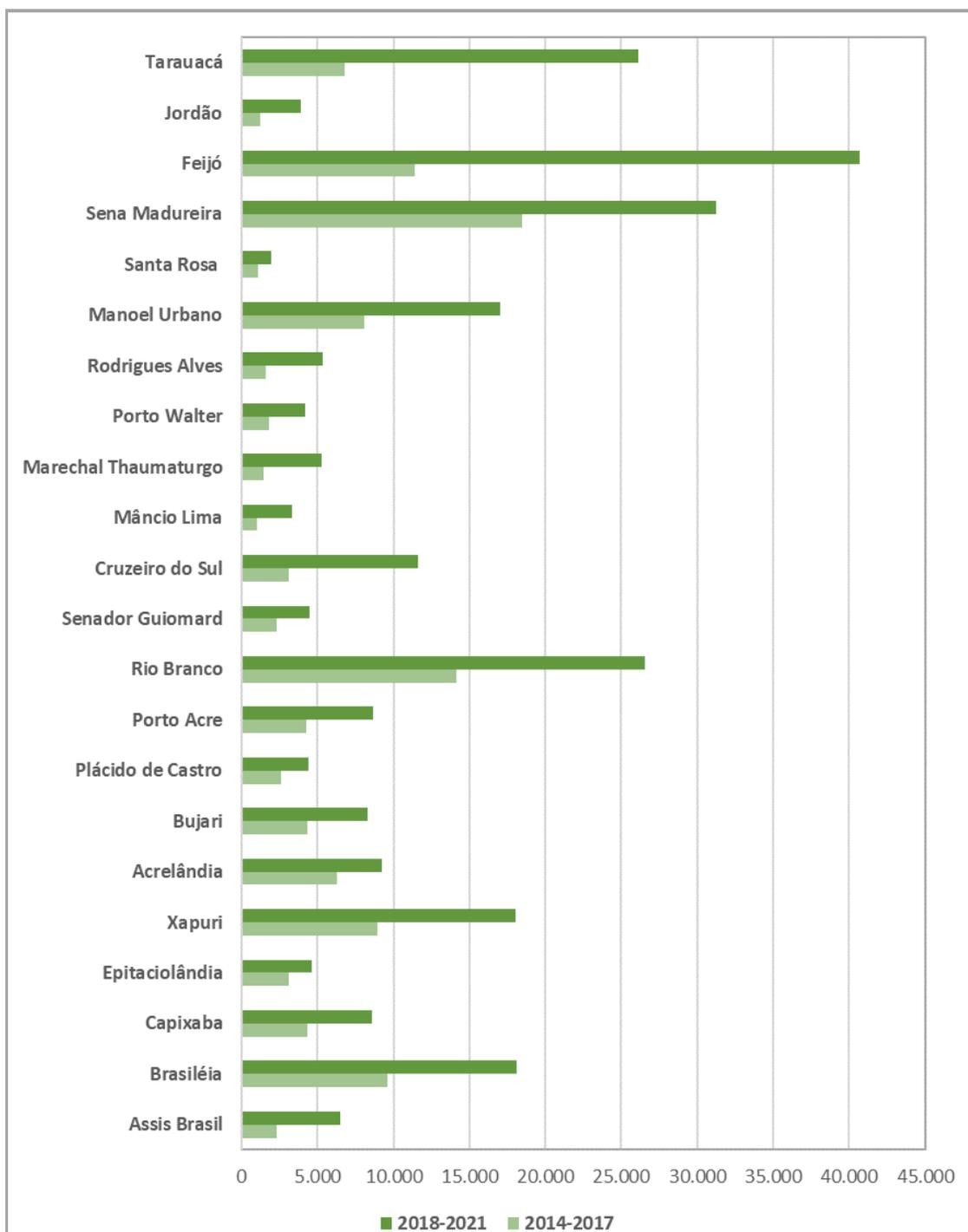
- Tarauacá, com 285,1% de aumento;
- Feijó, com 285,1% de aumento;
- Jordão, com 209,8% de aumento;

Juruá

- Cruzeiro do Sul, com 276% de aumento;
- Marechal Thaumaturgo, com 263,9% de aumento;
- Rodrigues Alves, com 231,6% de aumento;
- Mâncio Lima, com 229,6% de aumento.



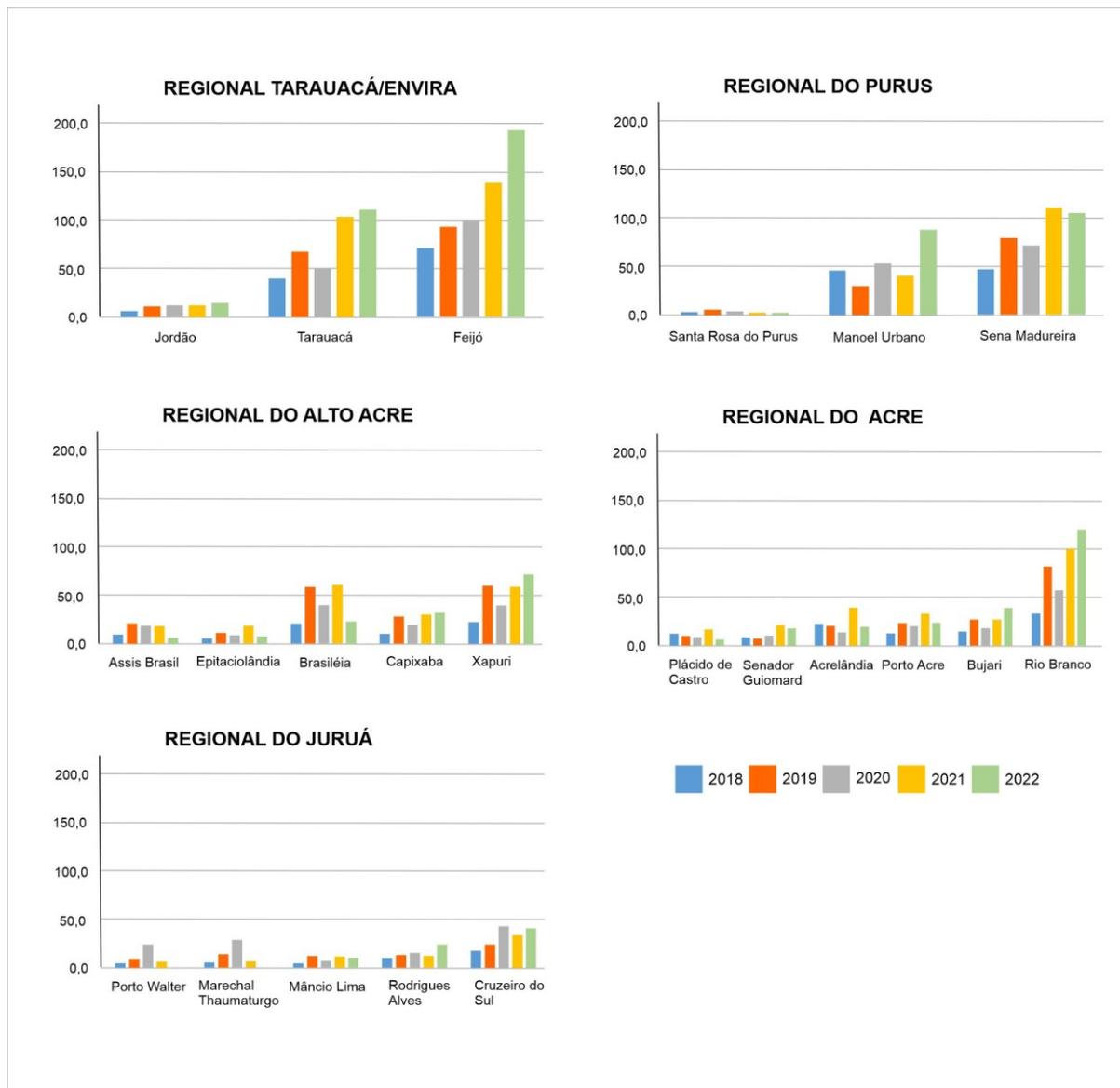
Figura 27: Desmatamento acumulado (ha) em dois quadriênios 2014-2017 e 2018-2021 nos municípios do Acre, agrupados por Regionais



Fonte: INPE/UCGEO

Esta dinâmica pode ser observada, por regional, a seguir (Figura 28).

Figura 28: Desmatamento (km²) por Regionais no quinquênio 2018-2022



Fonte: INPE/PRODES, Plataforma TerraBrasilis, 22/01/2023

A trilogia analítica sobre valores e proporções de desmatamento — que envolve o **desmatamento absoluto recente**, associado à **proporção (%) de aumento/diminuição do desmatamento** nos últimos anos e, também, ao **percentual de florestas remanescentes** nos municípios— recebe contornos mais complexos quando relacionada ao reconhecimento e definição da **propriedade** (pública ou privada) e **direito de uso** (formas de uso) das terras de acordo com as leis ditadas pelo poder público.

O olhar sobre o desmatamento no Acre, segundo categorias fundiárias, há muito reconhece os assentamentos rurais como principal tipologia de ocupação de terras promotora de desmatamento e queimadas. As atividades desenvolvidas nos assentamentos estão ligadas à agricultura e à exploração madeireira, as quais têm alto potencial para gerar desmatamento e degradação florestal. A carência

de recursos e de acessos, de diferentes ordens (ex. recursos, máquinas, insumos, tecnologia, conhecimento), são elementos indutores desse comportamento apropriador e, muitas vezes, degradador de ativos florestais nas propriedades.

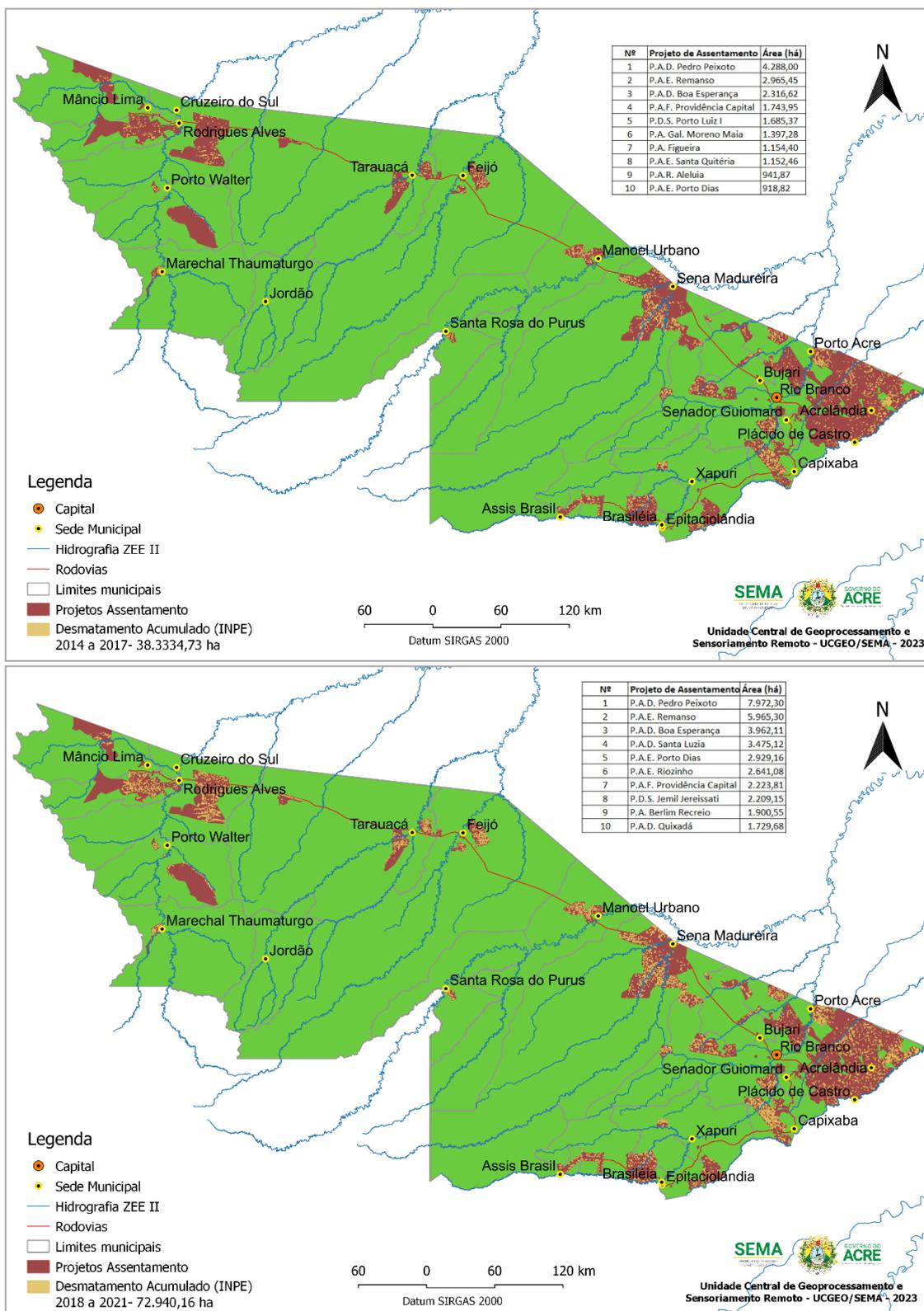
Assim como os municípios, os projetos de assentamentos no Acre alternam-se no ranking de maiores desmatadores (Figura 29), porém, três principais mantêm-se há algum tempo no topo, que seriam:

- PAD Pedro Peixoto;
- PAE Remanso e;
- PAD Boa Esperança.

Diferentes projetos de desenvolvimento sustentável foram e são aportados nos assentamentos e devem influenciar nas alternâncias das taxas de desmatamento ano a ano, porém, aferições precisas sobre esses projetos e respectivos “efeitos” ainda precisam ser melhor desenvolvidas. Importante salientar que a tipologia do assentamento¹¹ parece não influenciar no grau do desflorestamento. Um exemplo claro disso é o PAE Remanso, que, apesar de sua fundamentação agroextrativista, persevera em padrão de desmatamentos elevados, ano a ano. Logicamente, as características de criação, história, regulamentação, geografia, população, evolução e infraestruturação, além do contexto espacial de inserção, diferenciam cada assentamento e respectivo histórico de desmatamento.

¹¹ Exemplos de tipologias de assentamentos no Acre: PA, Projeto de Assentamento; PAD, Projeto de Assentamento Dirigido localizados na Zona 1 do ZEE/AC, além dos diferenciados que são os PDS, Projeto de Desenvolvimento Sustentável; PAF, Projeto de Assentamento Florestal, e; PAE: Projeto de Assentamento Agroextrativista, localizados na Zona 2 do ZEE/AC.

Figura 29: Desmatamento em projetos de assentamento nos quadriênios 2014-2017 e 2018-2021



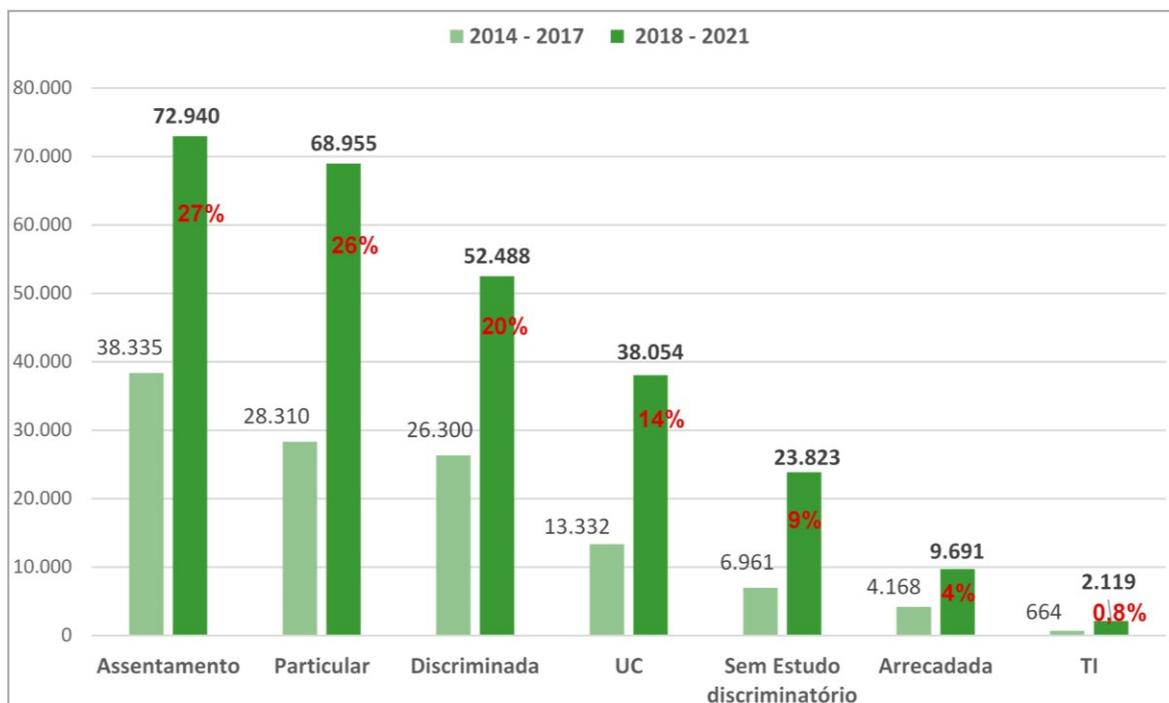
Fonte: INPE/UCGEO

Ainda no cômputo das tipologias fundiárias, as propriedades privadas no Acre, ocupam historicamente a segunda posição em termos de desmatamento, sendo importante considerar a diminuição da distância em relação aos assentamentos (Figura 30). Na verdade, avaliada em termos de taxa de crescimento, as propriedades privadas aumentam em 143,5% o desmatamento de um quadriênio ao outro, enquanto que esta proporção nos assentamentos é de 90,3%. Logicamente, uma questão importante infringe essa assertiva, que é o aumento das áreas das propriedades privadas na medida em que avança a regularização fundiária.

De qualquer forma, este cotejamento entre assentamentos e propriedades privadas em relação ao desmatamento ganha um gravame quando se avalia a categoria das **“áreas discriminadas”**¹². Juntas, essas três categorias (assentamentos, propriedades particulares e áreas discriminadas) ainda respondem por mais de 70% de todo o desmatamento do Estado e, reconhecidamente, no processo de discriminação, existe a clara tendência de privatização destas áreas. Ou seja, como uma espécie de categoria intermediária entre “áreas sem estudo discriminatório” e áreas particulares, ao se juntar “áreas particulares” com “áreas discriminadas”, há muito, são nelas que predomina o desmatamento no Acre (mais de 50% do desmatamento no cômputo geral). Proporção maior do que dos assentamentos, em qualquer período analisado. O crescimento da taxa de desmatamento nessas duas categorias, juntas, é de 122,4% considerando os dois quadriênios (2014-2017 e 2018-2021).

¹² Áreas Discriminadas: O objetivo da ação discriminatória é separar as terras devolutas (art. 1º da Lei 6.383/1976) ou as terras de domínio público (art. 1º da Lei nº3.081, de 1956) das de domínio particular. Nela, cabe aos pretensos proprietários de terras contidas nos limites da área discriminada, demonstrar a origem de seus títulos para prova do domínio particular. A ação discriminatória é de competência do poder Público Federal (quando em faixa de fronteira) ou dos Estados.

Figura 30: Comparativos do desmatamento por categorias fundiárias nos dois quadriênios, valores absolutos e percentuais



Fonte: INPE/UCGEO

O ZEE/AC Fase III chama atenção para o fato da situação fundiária poder estar associada à expansão do desmatamento ilegal na expectativa de reconhecimento de direito sobre a terra. Mudanças relativas à situação fundiária ou posse da terra podem influenciar nas taxas de desmatamento de duas formas: (1) o aumento nas taxas de desmatamento é proporcional à probabilidade de desapropriação; ou (2) o aumento das taxas de desmatamento com a diminuição da expectativa de tempo de permanência no imóvel. Avaliações recentes tendem a corroborar este fato, não só pelo crescimento do desmatamento nas “áreas discriminadas”, mas também na categoria de “áreas sem estudo discriminatório”, pois esta categoria apresenta um aumento da taxa de desmatamento na ordem de 242,2% entre os quadriênios, o que sugere a grande vulnerabilidade das terras devolutas com a atuação de grileiros e madeireiros ilegais.

Por outro lado, apesar da institucionalidade da propriedade sobre a terra e de regras de uso explícitos, as UCs no Acre também apresentam um retrato ainda desafiador, pois, além da contribuição proporcional dessa categoria subir 3% em relação ao desmatamento total entre os quadriênios (Figura 31), o aumento da taxa do desmatamento dentro da categoria atingiu o nível de **185,4%**. Assim como os municípios e os assentamentos, as UCs do Acre têm aquelas com posto dominante no ranking do desmatamento, onde se destacam:

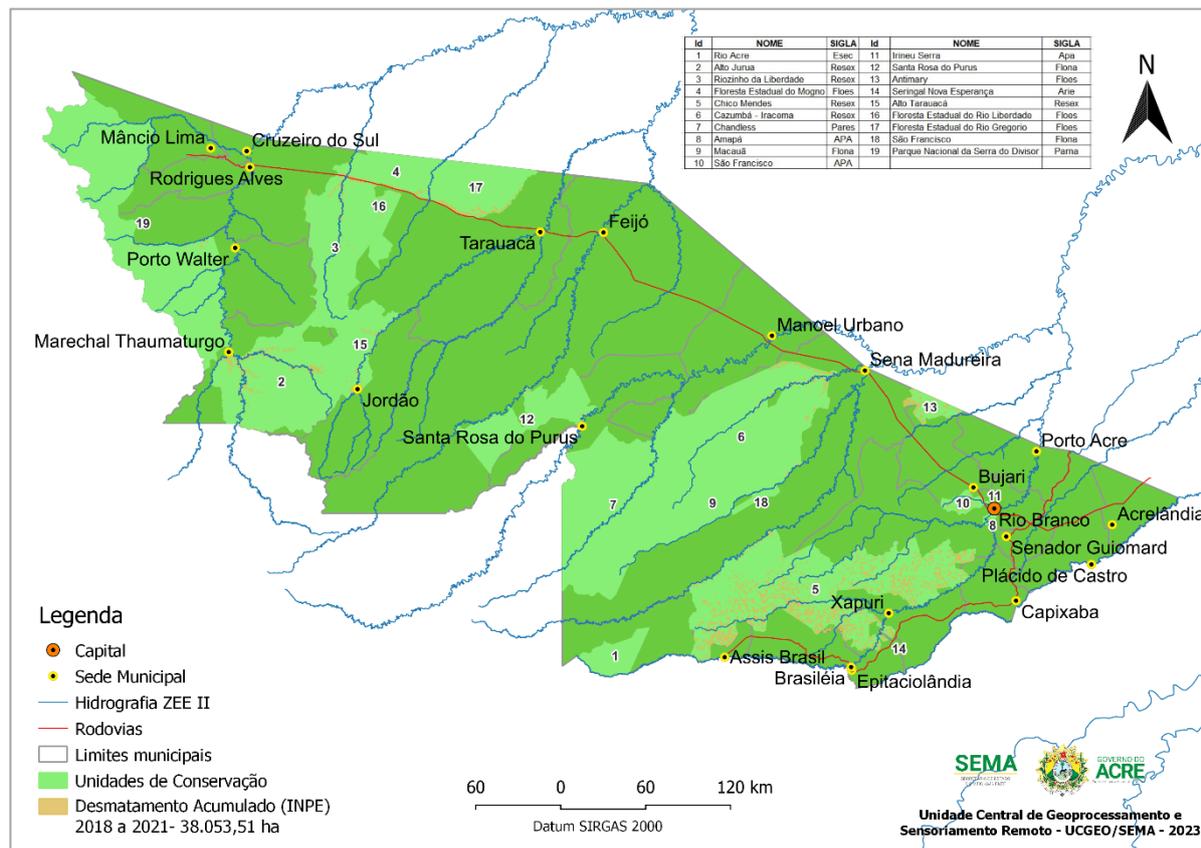
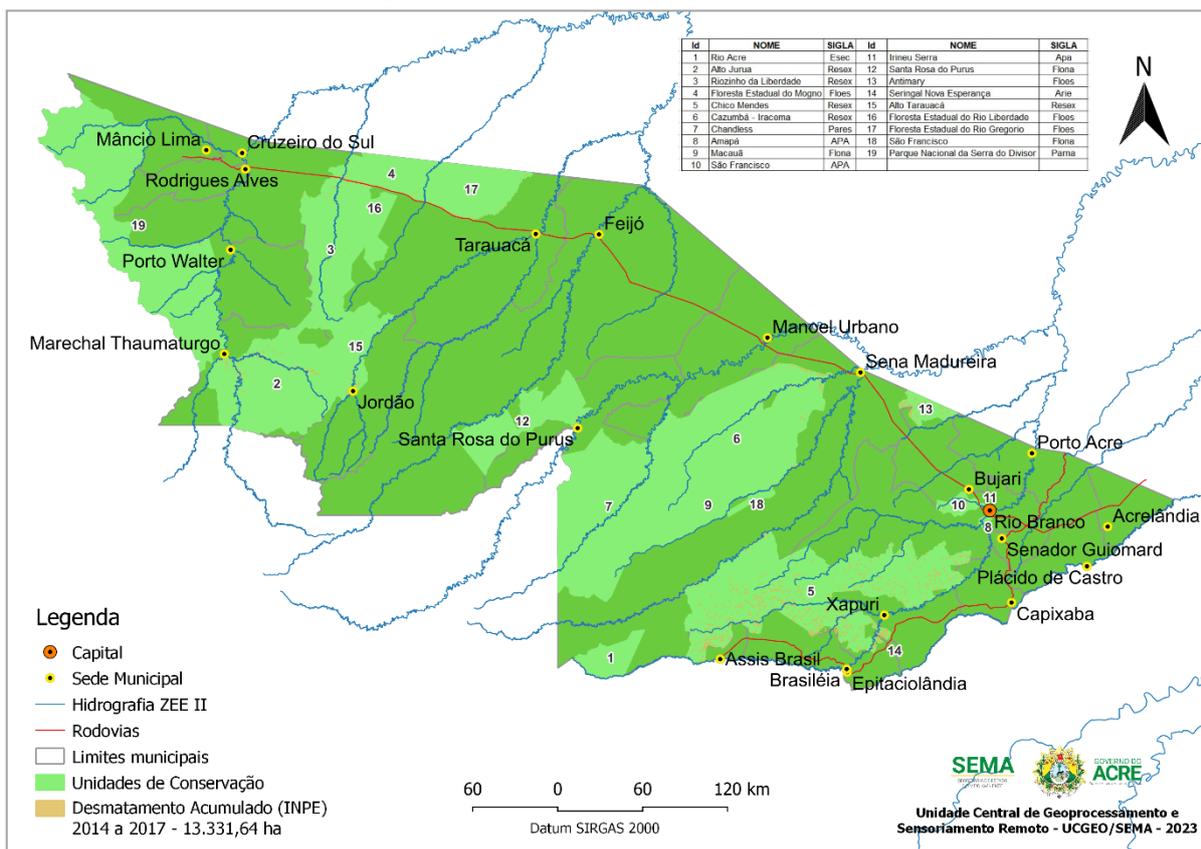
- RESEX Chico Mendes;
- RESEX Alto Juruá;

- FLOES Antimary.

Importante observar que, ao contrário dos assentamentos, a tipologia da UC mostra influência sobre o grau do desmatamento, com as unidades de uso sustentável apresentando-se, expressivamente, mais vulneráveis do que as de proteção integral. De qualquer forma, assim como os assentamentos, as características de criação, história, regulamentação, localização e espaço geográfico, população usuária, evolução e infraestruturação, além do contexto espacial de inserção, diferenciam cada UC e respectivo histórico de desmatamento.

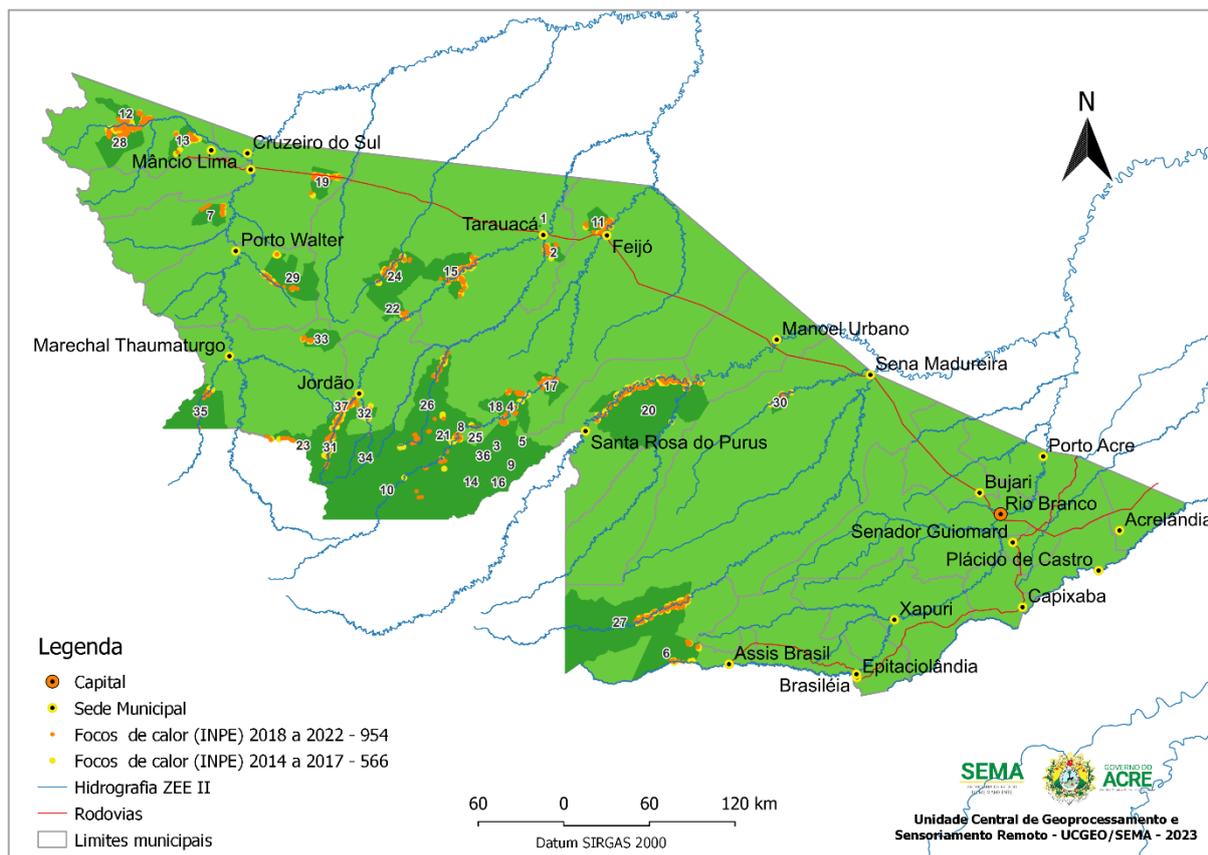


Figura 31: Desmatamento nas UCs do Acre nos dois quadriênios, 2014-2017 e 2018-2021



Fonte: INPE/UCGEO

Figura 32: Queimadas (focos de calor) em TIs do Acre no quadriênio 2014-2017 e no quinquênio 2018-2022



Fonte: INPE/UCGEO

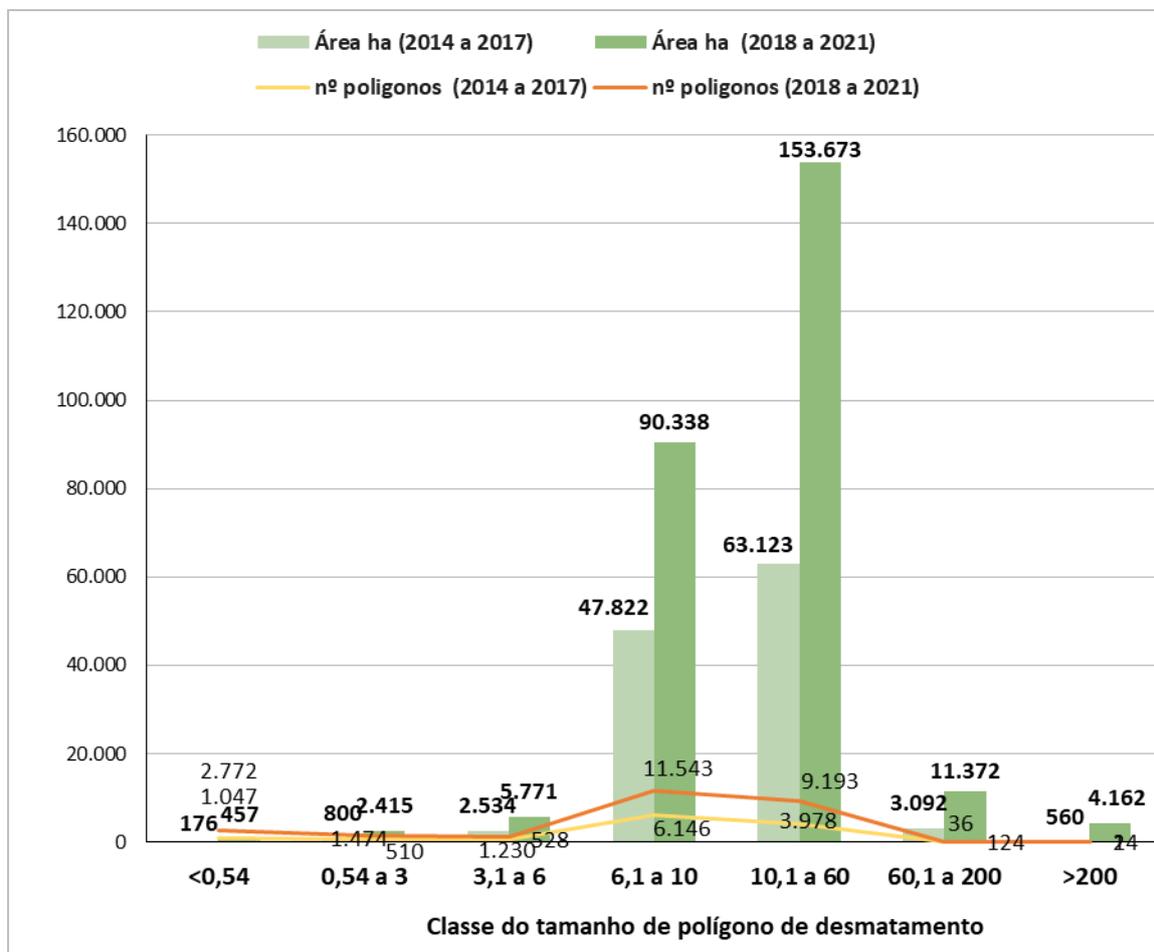
Por outro lado, num sentido mais conservador, prevalecem as Terras Indígenas - TIs (Figura 32). Como categoria fundiária específica que abrange 15% do Estado, as TIs compreendem 1% do total desmatado.

Por meio de uma observação mais refinada nas projeções espaciais, constata-se que os desmatamentos em TIs apresentam-se, em quase sua totalidade, lindeiros aos rios componentes dessas unidades. Essa constatação fica ainda mais nítida quando especializadas as projeções de focos de queimadas, que tendem a acompanhar os desmatamentos (Figura 33). Esta distribuição dos focos de queimadas segue a lógica da ocupação indígena do território, com a maior parte das aldeias e das roças acompanhando os cursos d'água, que representam as principais vias de transporte.

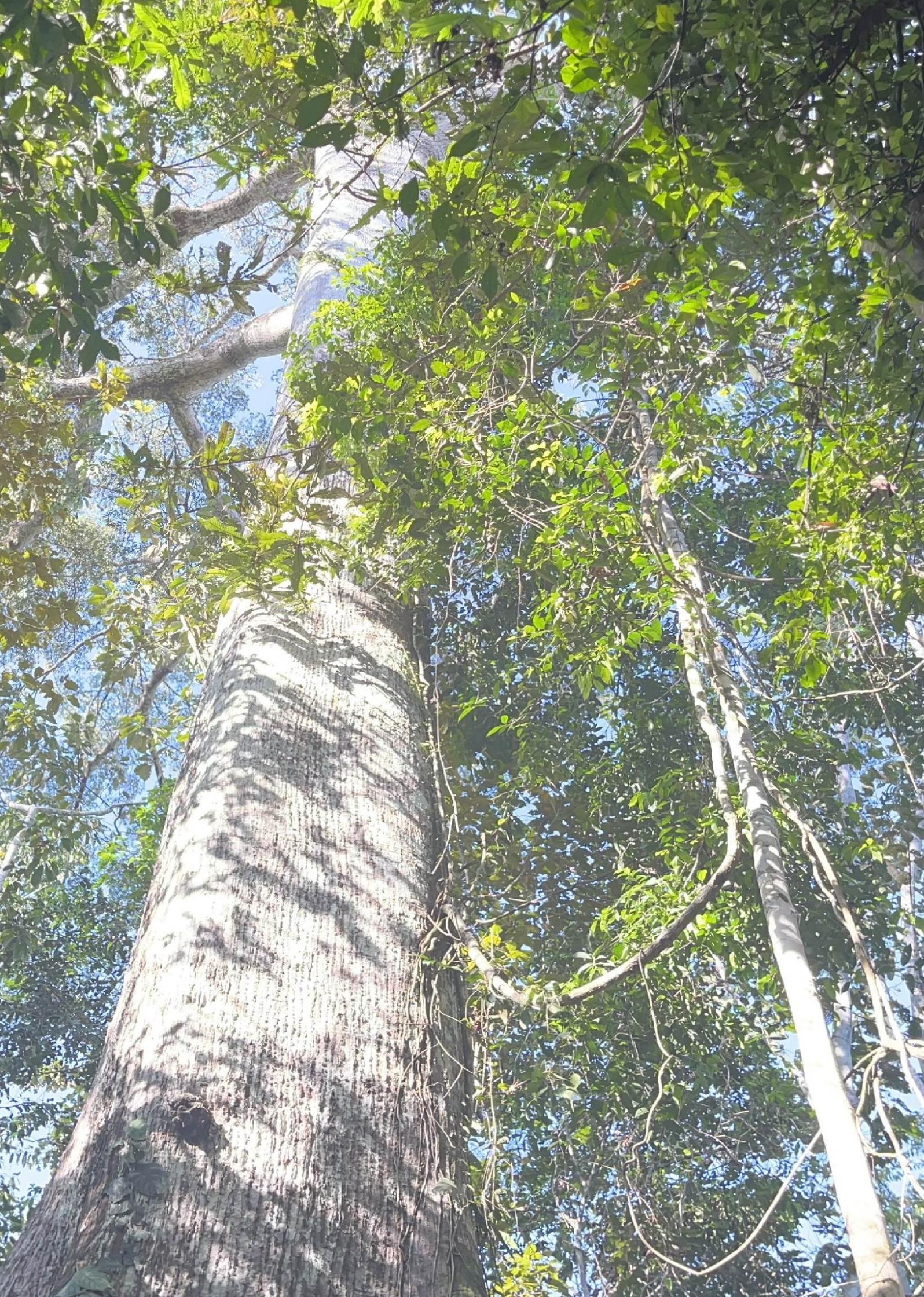
Por último, no âmbito comparativo dos dois quadriênios, vale destacar a diferenciação por classes de tamanho de polígonos de desmatamento. Em 2017, o PPCDQ-AC já apontava um aumento preocupante do número de polígonos de queimadas em classes maiores de tamanho, ou seja, de 60 a 200 ha, porém justificava tal fato pelo extremo de seca ocorrida em 2016. No caso do desmatamento, observa-se o expressivo aumento de polígonos (+ de 5.000) na casa de 10 a 60 ha, entre 2018-2021, em comparação ao quadriênio anterior.

Quadruplica-se também o número de polígonos na classe de 60 a 200 ha (de 9 para 36) de desmatamento observados no Estado (Figura 33).

Figura 33: Evolução do desmatamento por classe de tamanho de polígonos, nos períodos de 2014-2017 e 2018-2021



Fonte: INPE/UCGEO



4.3 O setor produtivo e o desmatamento

Produção agropecuária

Os agricultores que não visam apenas à subsistência, costumam plantar aquilo que tem mais mercado. Quando a exportação de alimentos se torna muito rentável, os produtores migram naturalmente no sentido de atendimento da demanda com garantia de melhor rentabilidade. Quando o mercado de commodities agrícolas persiste como locus de oportunidade para negócios rentáveis, especialmente em períodos com dólar valorizado e real desvalorizado, mais áreas para produção são procuradas. Quanto mais se planta, mais se ganha. Esta cadeia de forças de ordem macroeconômica, que despeja seu vigor de forma dilacerante sobre florestas naturais em propriedades privadas, áreas devolutas, reservas legais e, mesmo, em áreas protegidas, há muito é conhecida pelos analistas do desmatamento¹³. E o Acre, apesar de toda sua história diferenciada de valorização de ativos ambientais florestais, não fica imune a esta tendência.

Em relação à evolução do setor agrícola, o Estado tem como destaque nas lavouras permanentes a banana, a laranja e o café e, nas lavouras temporárias, a mandioca, o milho e, mais recentemente, a soja. A produção animal também é contemplada com relevância para a produção bovina, tanto no corte como na produção de leite. Destacam-se também os produtos da piscicultura, avicultura e suinocultura. Outra atividade produtiva importante e tradicional no estado é o extrativismo, tanto para o setor madeireiro como o não madeireiro, neste em que se ressalta a produção de borracha, castanha e açaí¹⁴.

Diferente de outras regiões amazônicas, ou mesmo da tendência nacional, o Acre apresenta, há alguns anos, decréscimo na sua área produtiva agrícola (hectares cultivados por ano), porém, devido ao aumento de produtividade (rendimento em toneladas/hectare) de suas principais lavouras, permanentes ou temporárias, assim como, pelo aumento do valor da produção (R\$/tonelada), o Estado, no último quinquênio, vem mantendo o seu Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola numa média de 1,2 bilhões de reais ao ano, dentro de uma faixa que varia de 1 a 1,6 bilhões. Ao se adicionar a produção bovina, a média do VBP do Estado sobe para 2,7 bilhões de reais/ano, dentro de uma faixa de oscilação de 2,5 a 3 bilhões, no último quinquênio.

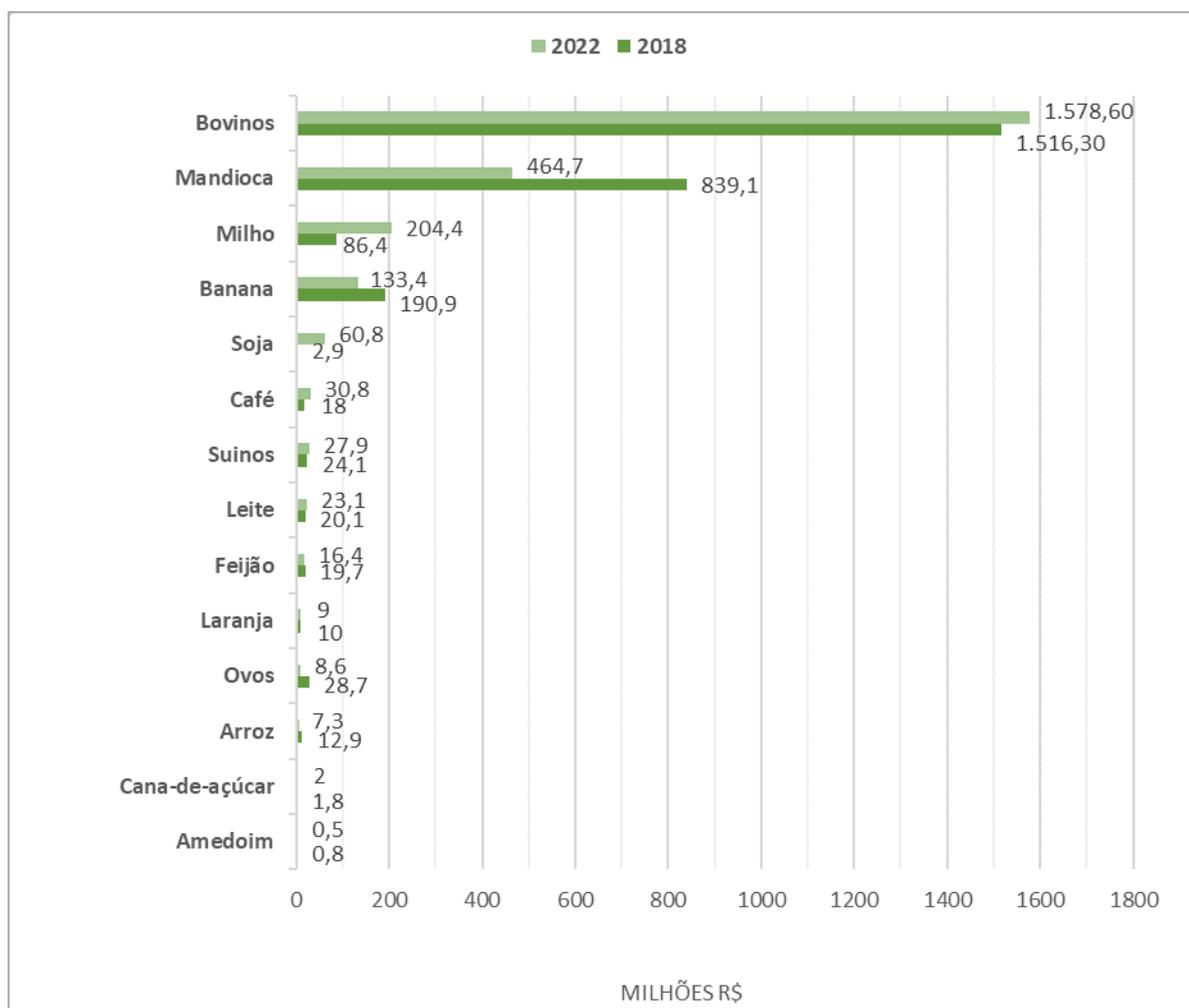
É importante observar a contribuição dos principais produtos da agropecuária do Estado para o Valor Bruto de Produção (VBP) no lapso temporal dos últimos quatro anos, de 2018 a 2022 (Figura 34). Apesar de ainda se manter em segundo lugar em termos de valor bruto de produção, a mandioca cai praticamente pela metade no período, acompanhada pela banana, outro produto tradicional do

¹³ Arima, E.Y., Barreto, P., Brito, M., & Boa Sorte, M. (2020): Global commodities and deforestation in the Brazilian Amazon: a GIS-based spatially explicit analysis. *Environmental Research Letters*, 15(5), 054019. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab80b9>

¹⁴ ZEE/AC Fase III.

Estado, que teve um declínio de aproximadamente 30%. Por outro lado, milho, café e soja, apresentam crescimentos expressivos, com a última, soja, correspondendo a um aumento de 20 vezes em quatro anos.

Figura 34: Valor Bruto da Produção – VBP (em milhões de reais / ano) dos principais produtos agropecuários do Acre (2018 e 2022)



Fonte: SPA-MAPA¹⁵

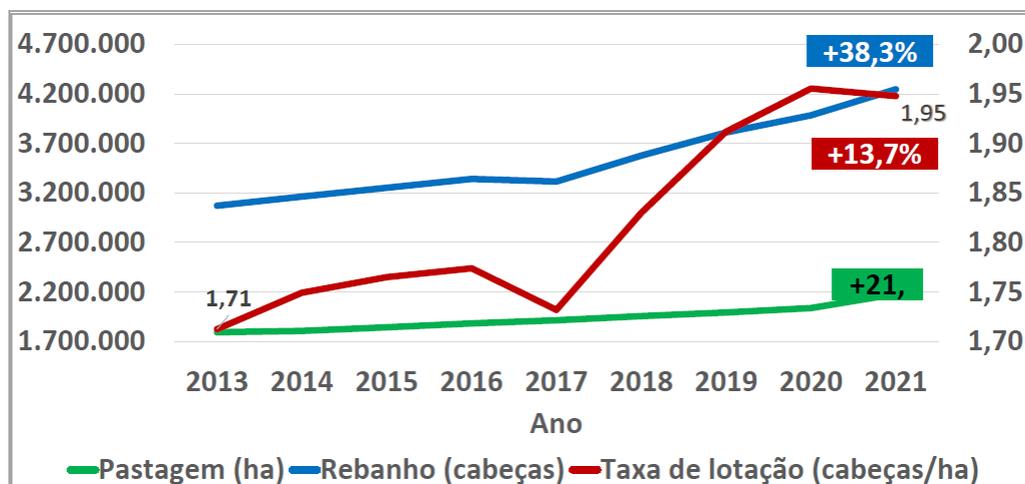
Além de análises sobre valor, rendimento produtivo e rentabilidade financeira dessas culturas, é importante avaliar a dinâmica dos produtores que estariam se mostrando mais inclinados, ou propensos, a essas transformações: seriam os pequenos, os médios ou os grandes? Ou todos eles? Outra pergunta importante seria: quais dessas culturas são passíveis de apropriação dentro de contextos produtivos mistos, teoricamente mais sustentáveis, como rotação de culturas, sistemas agroflorestais ou integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF)? E quais se orientariam por uma lógica monocultural mais rígida?

¹⁵ MAPA: DASHBOARD 202206.

A produção de bovinos mantém a hegemonia, ainda distante dos demais produtos, em termos de valor bruto de produção contabilizado, o que denota a importância e interesse dos produtores do Estado no segmento da pecuária. Na verdade, todos os principais indicadores sobre a pecuária bovina mostram um crescimento incontestável na última década no Acre (Figura 35).

O crescimento das áreas de pastagens mostra-se bastante visível a partir das interpretações espectrais realizadas pelo MapBioma, por exemplo (Figura 38), e sobre o crescimento do tamanho do rebanho, expresso em número de cabeças de gado, dados do IBGE (Pesquisa Pecuária Municipal) e do IDAF (cadastro de vacinação) são bastante próximos. Somente nos anos de 2019 a 2021, foram 400 mil novas cabeças de gado incorporadas ao rebanho do Estado. Atualmente, o Acre contabiliza mais de 4 cabeças de gado per capita humana¹⁶. Importante observar que a taxa de crescimento do número de cabeças (38%) é maior que a taxa de crescimento de pastagens (21%) o que incorre no crescimento da taxa de lotação média, que atualmente se aproxima de 2 cabeças/ha.

Figura 35: Evolução dos indicadores da Pecuária Bovina no Acre, 2013-2021



Fonte: Embrapa/MapBiomias/IDAF

No ano de 2012, um estudo feito em parceria entre IPAM, EMBRAPA e IMC¹⁷ Apontou cenários de expansão da pecuária no Estado, projetando a necessidade de novas áreas de pastagens, com base numa mesma taxa de lotação de 1,48 cabeças/ha. A Figura 36 resume o projetado pelo estudo e o observado atualmente, onde vale destacar:

- a subestimação na projeção do tamanho do rebanho;
- a aproximação entre o projetado e o real em termos de crescimento de áreas de pastagens e
- a realidade da atual lotação de pastagens no Estado de 1,95 cabeças/ha.

¹⁶ A média brasileira é de 0,8 cabeças de gado per capita.

¹⁷ Nepstad, D., Stabile, M.C.C., Azevedo, A., Valentim, J.F., Mendoza, E. (2012): Subsídios para um subprograma de intensificação da pecuária no Acre: uma análise estadual. Caderno Técnico Vol. 5, IPAM, Brasília, Novembro de 2012.

Figura 36: comparativo entre o projetado e a Realidade do gado e das pastagens no Acre

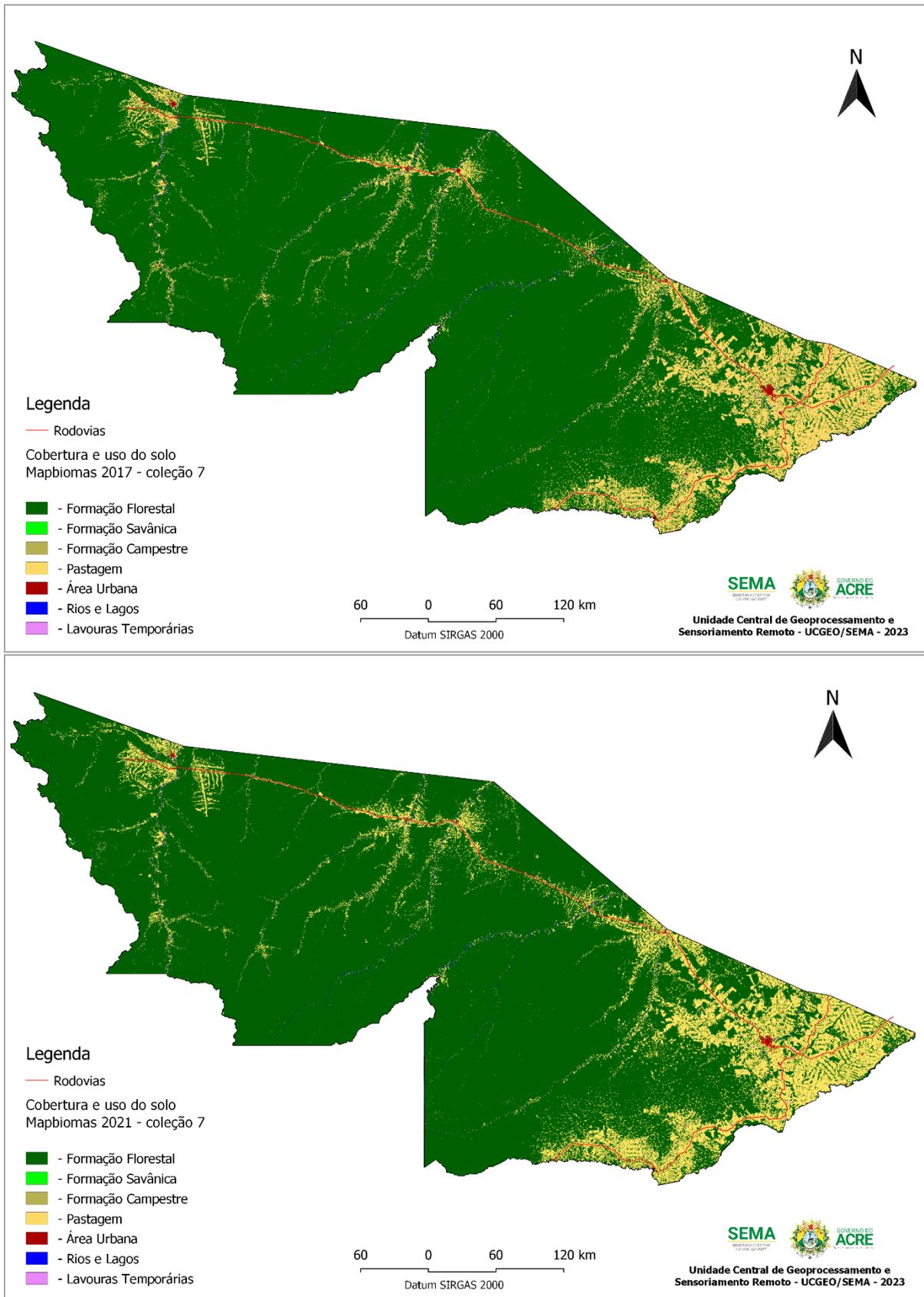
Indicador	Projetado*	Atual
Cabeças de gado em 2021 (un.)	3.275.822	4.247.467**
Área de pastagem em 2021 (ha)	2.218.145	2.180.546***
Aumento da área de pastagem de 2010 a 2021 (ha)	472.202	448.643
Taxa de lotação (cabeças/ha)	1,48	1,95

Trabalhou-se com o “cenário A” do estudo, que estimou um crescimento de 2,2% ao ano, segundo projeções do MAPA. **Fonte: IDAF. * Fonte: MapBIOMAS*

À despeito das possibilidades de manejo e investimentos tecnológicos que viabilizam suporte de até três ou mais cabeças/ha, ainda dentro de espectros de sustentabilidade econômica e ambiental, certamente, uma atenção especial deve ser dada a este fator de lotação médio atual no Estado, que, invariavelmente, indica uma maior pressão sobre as pastagens atualmente existentes. Ou seja, caso não detenham cuidados básicos de sustentabilidade produtiva e ambiental, em pouco tempo, essas áreas passam a compor o grupo de pastagens degradadas, que deflagram uma série de impactos negativos, como perda de produtividade e rentabilidade, degradação de solo, erosão e contaminação de aquíferos, emissão de GEE, aumento do índice de queimadas e desvalorização de terras. Na cadeia de impactos e externalidades negativas surge também o interesse por novas áreas para derrubadas de árvores e formação de pastagens.

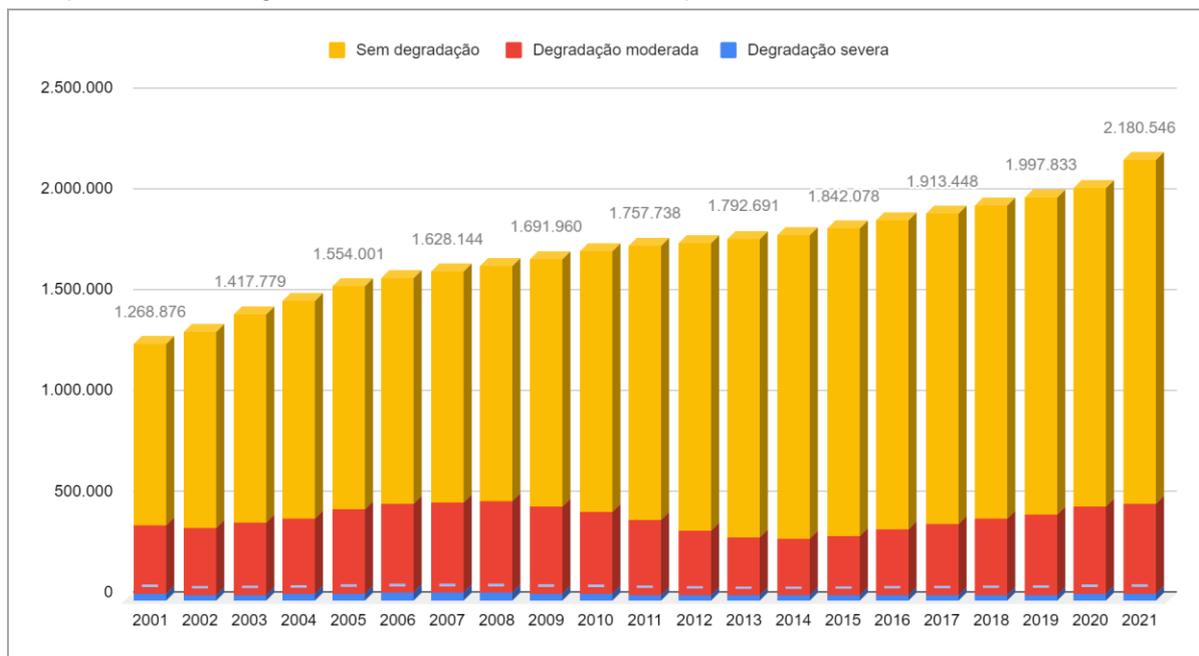
A partir de análises do MapBiomass é possível contabilizar esta proporção de pastagens degradadas existentes no Estado (Figura 37), onde, do total atual, cerca de 22% apresentam níveis de degradação severa ou moderada, ou seja, o Acre detém hoje quase 500 mil hectares de pastos que exigem algum tipo de investimento tecnológico e financeiro para recuperarem, minimamente, sua capacidade produtiva.

Figura 37: Cobertura e uso do solo no Acre, 2017 e 2021



Fonte: MapBiomas/Coleção 7

Figura 38: Evolução da área coberta por pastagens no Acre e respectiva qualidade



Fonte: MapBiomias/Coleção 7

Embora venham ocorrendo avanços na modernização das atividades rurais, esses dados confirmam que a agricultura do Acre ainda é fortemente dependente do desmatamento, com grande parte das áreas com lavouras anuais sendo posteriormente destinadas à formação de pastagens cultivadas para o desenvolvimento de atividade pecuária pelos produtores, ou como forma de valorização da terra, visando à venda futura (ZEE-AC Fase III).

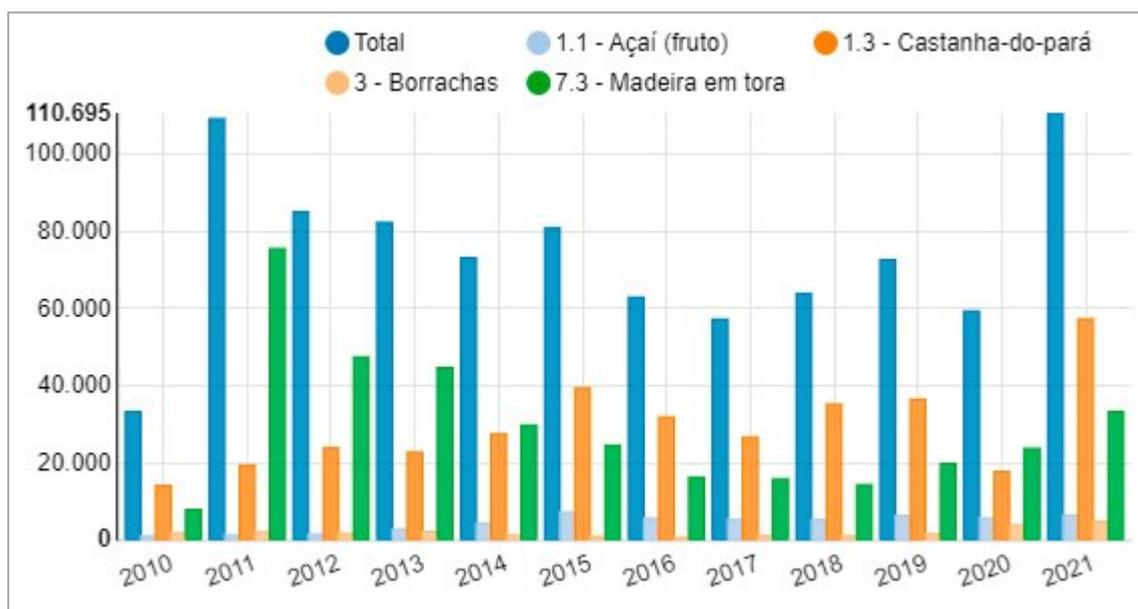
Produção extrativista vegetal

O conjunto de produtos do extrativismo vegetal no Estado do Acre apresentou na última década tendência de estabilização em torno de R\$ 80 Mi anuais de Valor Bruto da Produção. O pico ocorrido em 2011 na ordem de R\$ 110 Mi repete-se em 2021, porém, devido a produtos extrativistas diferentes, ou seja, em 2011, foi a produção de madeira que mais contribuiu para o aumento da produção total extrativista, enquanto que em 2021, a castanha-do-brasil é quem cumpre este papel (Figura 39).

Se por um lado a produção de açaí apresenta evolução crescente, o que mostra a potencialidade desse produto de extrativismo vegetal para a economia do Estado, por outro, a borracha apresenta queda constante. No entanto, é possível observar que essa atividade não está estagnada e apresenta ligeiro aumento no valor agregado do produto, especialmente nos últimos anos. Provavelmente, a redução da quantidade produzida de borracha e derivados, deve-se à diversificação da economia extrativista que revela divisão de mão de obra em outras atividades, sem que a renda seja afetada pela redução das horas trabalhadas. O ZEE-AC Fase III avalia que o potencial para a diversificação da produção extrativista não madeireira já é uma realidade no Estado, por

apresentar-se em consonância com a sustentabilidade ambiental, podendo e devendo ser estimulada, devido seus benefícios enquanto diversificação de alternativas econômicas e favorecimento do bem-estar das famílias de produtores.

Figura 39: Evolução do valor anual de produção (em 1.000 reais) dos principais produtos do extrativismo vegetal do Acre



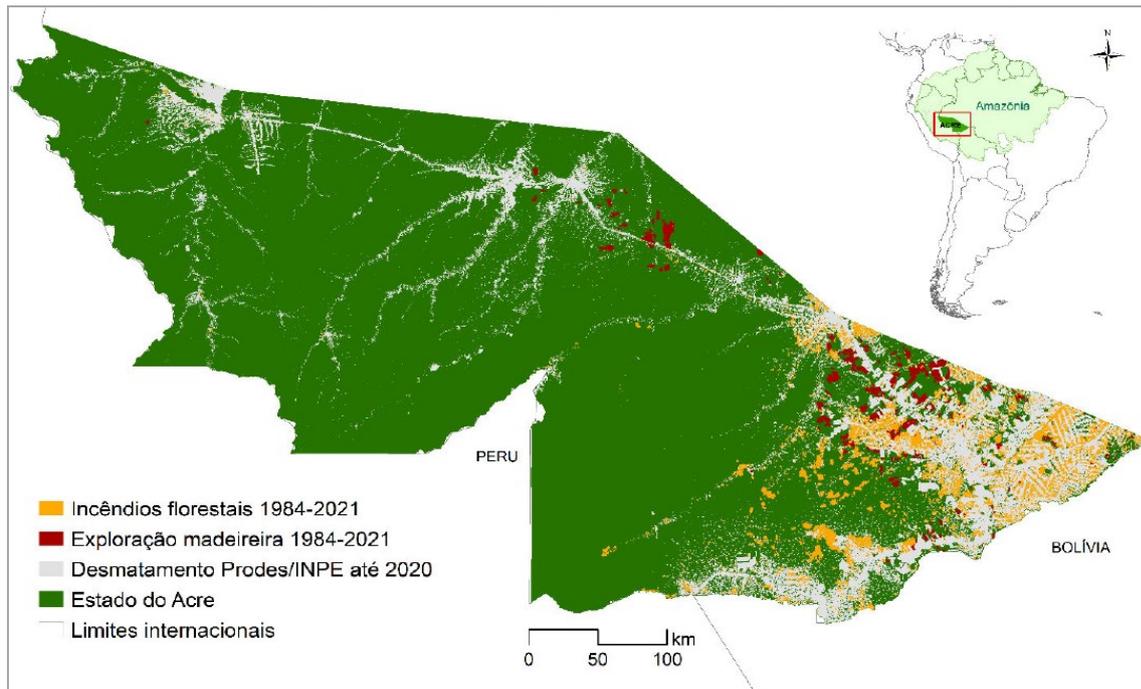
Fonte: PEVS/IBGE

Em relação ao extrativismo de madeira, vale destacar seu papel na economia do Estado, pois, a verticalização da produção acaba por transformar a indústria de base florestal do Acre como um dos principais pilares do PIB estadual, há algum tempo. Estudos¹⁸ sobre a regionalização da atividade mostram um padrão espacial de ocorrência agrupada em municípios situados a leste do estado, como Porto Acre, Bujari, Rio Branco, Acrelândia, Senador Guimard, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri e Epitaciolândia. Neste setor, incêndios florestais¹⁹ revelam-se circundantes às áreas madeireiras produtivas, configurando, em conjunto, amplo setor de degradação florestal. Mas a atividade madeireira também acontece atualmente em regiões centrais do Estado, como Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá. No entanto, não se observa neste setor a ocorrência de incêndios florestais, ou seja, a degradação florestal restringe-se às áreas de produção de madeira (Figura 40).

¹⁸ Silva, S.S.; Melo, A.W.; Oliveira, I. (2022). Degradação Florestal no Estado do Acre: Estimativa da Extensão dos Incêndios Florestais e Exploração Madeireira. In: Ciências ambientais na Amazônia / Marcus Vinicius de Athaydes Liesenfeld et al. (org) – Rio Branco: Stricto Sensu, 2022.

¹⁹ Define áreas incendiadas como sendo áreas onde o dossel da floresta foi direta ou indiretamente afetado pelo fogo a ponto de causar impacto detectável nas imagens ópticas de satélite, representado pela cicatriz deixada pelo fogo.

Figura 40: Distribuição espacial da exploração madeireira e incêndios florestais no Estado do Acre no período de 1984 a 2021



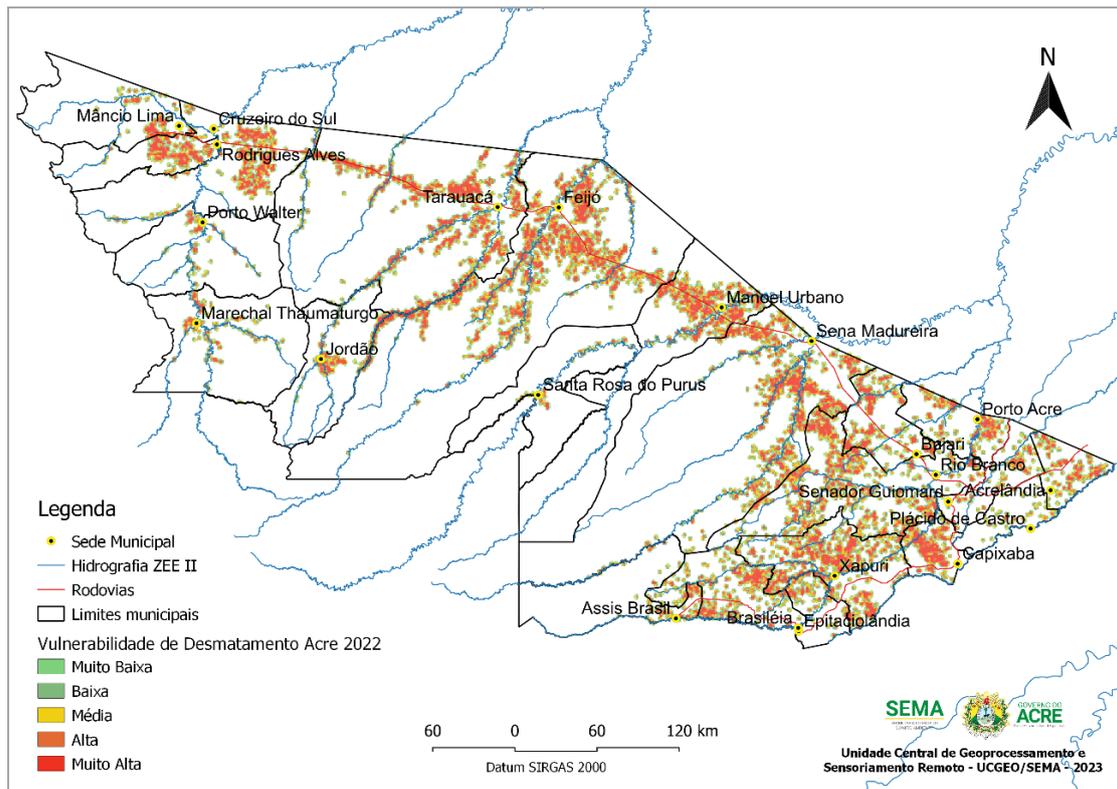
Fonte: LabGAMA-UFAC

4.4 Projeções de risco e vulnerabilidade ao desmatamento

Para estimar as áreas mais vulneráveis ao desmatamento e às queimadas no Estado, comparou-se dados da série histórica de desmatamento do PRODES, onde os polígonos são transformados em pontos e, posteriormente estima-se as densidades do desmatamento empregando o método de densidade por Kernel, que é uma técnica de interpolação exploratória, capaz de gerar uma superfície de densidade para identificação visual de “áreas quentes”, ou os chamados “hotspots de desmatamento”.

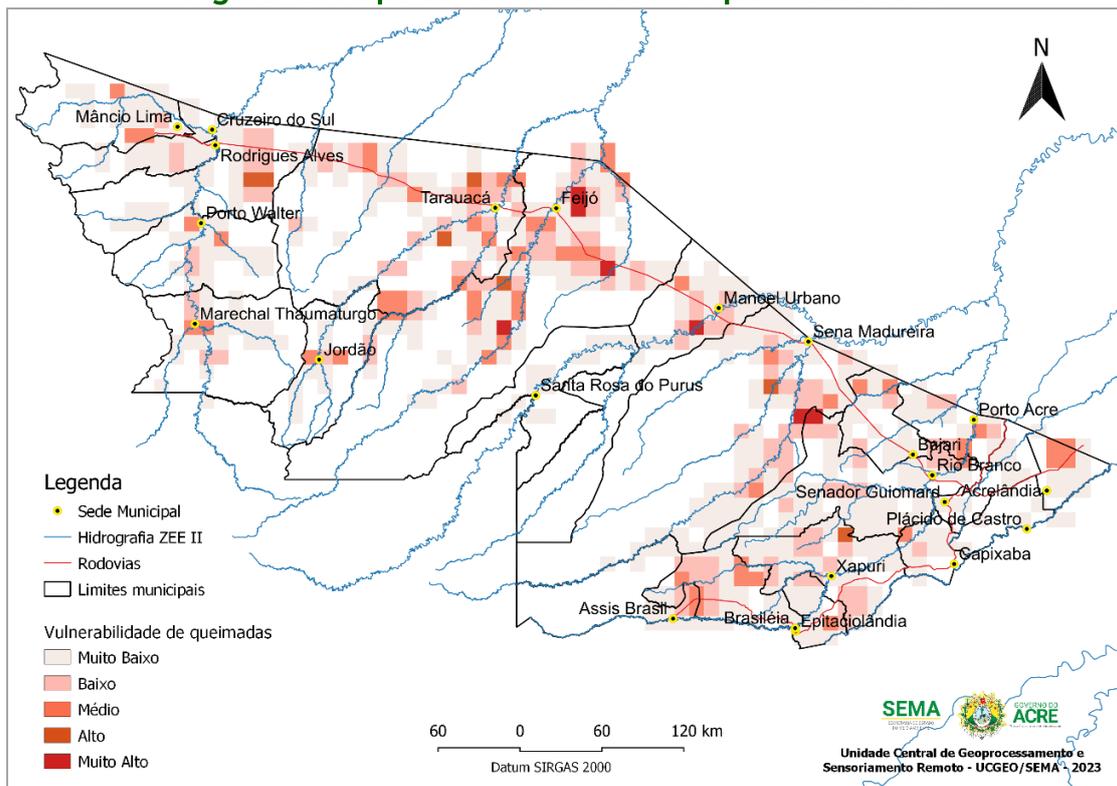
A partir do método geoestatístico foram gerados mapas temporais, com o intuito de espacializar e identificar os hotspots de desmatamento para o Estado. A dinâmica do desmatamento é analisada por meio da identificação de pontos críticos de perda (ou seja, áreas que apresentam maior perda proporcional). Os resultados indicam que as áreas em tonalidade vermelha, concentram os principais pontos críticos de conversão de área florestal. Na Figura 41, podem ser identificados os hotspots de desmatamento mais proeminentes ao longo das rodovias BR 364 e BR 317.

Figura 41: Mapa de vulnerabilidade ao desmatamento 2022



Fonte: INPE/UCGEO

Figura 42: Mapa de vulnerabilidade a queimadas 2022



Fonte: INPE/UCGEO



5. Contexto Político-Institucional

5.1 Quadro Nacional e Regional

Como já apontado anteriormente, reconhecidamente, a atuação federal sobre o desmatamento garantiu a redução expressiva da perda de floresta na Amazônia. Em especial desde a implementação do PPCDAM, em 2004, incluindo o avanço tecnológico do DETER e o aprimoramento da fiscalização, a instituição da política de municípios prioritários em 2007 a criação do Fundo Amazônia em 2008, entre outras políticas e ações de responsabilidade do Governo Federal. Entre 2016 e 2018, anos em que se observam oscilações e tendência de aumento no desmatamento, foram também anos com oscilações no cenário econômico e político, em especial em âmbito federal.

De 2019 a 2022, anos com as maiores taxas de desmatamento desde 2003, houve mudanças expressivas de cunho normativo e executivo, refletindo especialmente nas políticas de comando e controle federal. O PPCDAM foi interrompido em 2019, e sua comissão executiva deixou de operar. Da mesma forma, o Fundo Amazônia não apoiou nenhum novo projeto entre 2019 e 2022. Somado aos sinais políticos, também se nota que os sinais econômicos, como a alta do dólar, demanda por carne e grãos e o baixo valor da terra, influenciam diretamente na tomada de decisão dos agentes do desmatamento.

Portanto, almejada redução do desmatamento do Estado possui relação direta com os diferentes níveis de governo e do contexto de mercado para além de seus próprios esforços. Em novembro de 2022, por meio da carta dirigida ao futuro Presidente da República (eleito), os nove governadores da Amazônia (também eleitos), manifestam que:

“Urge superar a assimetria entre as responsabilidades legais assumidas pelas unidades subnacionais e suas precárias capacidades estruturais e financeiras. Esta contradição prejudica a presença e a efetividade de nossas ações no território, derivadas, em grande parte, da histórica centralização e do distanciamento do ente federal em relação à realidade amazônica”²⁰.

No âmbito dos vetores econômicos que induzem ao desmatamento, há expectativa de que a demanda por carne, grãos e madeira continue a crescer, no entanto esta deverá ser cada vez mais criteriosa com relação ao desmatamento. Tal fato se confirma com o recente regulamento aprovado pela União Europeia que visa dissociar suas importações do desmatamento de vegetação nativa.

O governo federal empossado em janeiro de 2023 apresentou intenção clara de combater o desmatamento e fomentar a bioeconomia na Amazônia, confirmada pelos recentes decretos que restabelecem o **PPCDAM**, o **Fundo Amazônia** e o

²⁰ Carta dos Governadores para a Amazônia - 27ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-27).

CONAMA. Os principais doadores do Fundo Amazônia já expressaram o desejo de que os cerca de 3 bilhões de reais congelados possam ser utilizados em favor da preservação florestal e do desenvolvimento sustentável, demonstrando intenção de continuar apoiando o Fundo.

Por outro lado, uma nova entidade entra em cena de forma mais veemente a partir de 2019, ao tempo em que ganha personalidade jurídica, que é **Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL)**. O Consórcio reúne os nove governos estaduais amazônicos e elenca uma carteira de projetos prioritários, organizada em quatro eixos estratégicos:

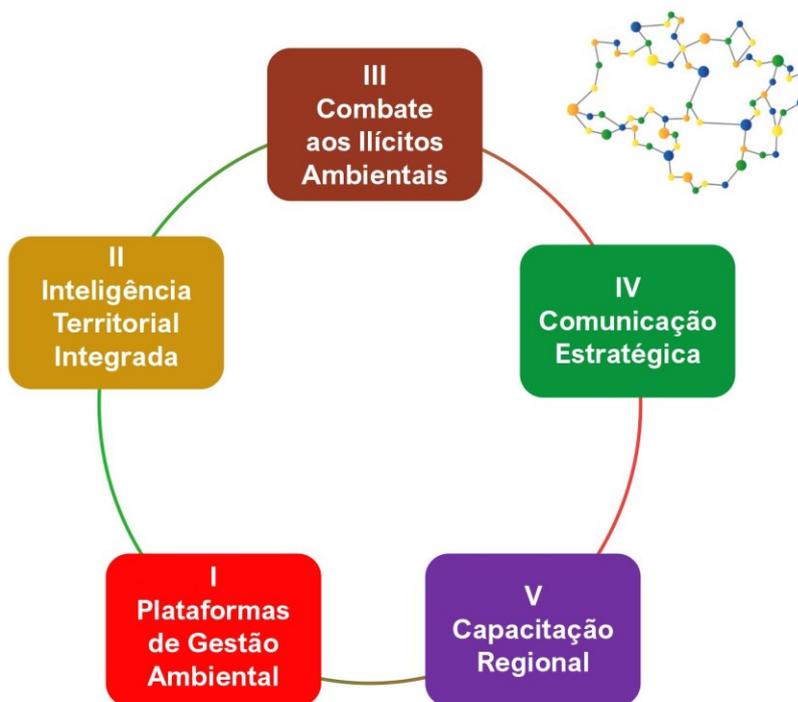
1. Freio ao desmatamento ilegal;
2. Desenvolvimento produtivo sustentável;
3. Tecnologia verde e capacitação;
4. Infraestrutura verde.

Com atenção prevalecente para soluções duradouras e sustentáveis, ou seja, com olhar prudente, mais direcionado para o enfrentamento de “causas” do que de “sintomas” de degradação social e ambiental, o CAL lança em 2021 sua estratégia de transição para uma economia verde para a região Amazônica. O **Plano de Recuperação Verde (PRV)**, como é chamado, circunscreve tecnicamente, por meio de um arranjo argumentativo abrangente, a macro aspiração do CAL, definindo um portfólio com doze programas a serem prioritariamente conduzidos.

Vale destacar que, apesar do CAL focar na diminuição das desigualdades sociais, na geração de emprego e renda e no crescimento econômico sustentável, a composição do PRV não pôde prescindir do segmento de atuação combativa sobre a degradação ambiental. Necessidade premente, dada a ambiência de ilegalidade que envolve boa parte da apropriação de terras e dos recursos naturais na região. De forma assertiva, o CAL reafirma no PRV uma meta desafiadora, disposta por governos anteriores: **Zerar o desmatamento ilegal até 2030.**

Em 2022, o CAL lança na COP-27 o seu *Programa Regional de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas (PRCAL)* com 25 ações divididas em cinco Linhas Estratégicas (Figura 45). O CAL, como autarquia interestadual, com função de servir a apoiar as ações de seus membros constituintes, os Estados, detém em sua concepção a atuação colaborativa e participativa. Assim, o Plano prevê ações convergentes e complementares sendo agregadas de diferentes origens, não somente dos poderes públicos estaduais. Ou seja, para consecução de seus objetivos, agrega o envolvimento de organizações da sociedade civil, governos locais (municipais) e nacional, empresas nacionais e internacionais, fundos internacionais, governos estrangeiros e organizações multilaterais.

Figura 43: Linhas de Ação do PRCAL



Fonte: CAL/PRCAL

5.2 Quadro Estadual

O Governo do Acre vem implementando um modelo de desenvolvimento sustentável local e regional, que mescla a modernização produtiva e tecnológica com o dinamismo de uma economia de base florestal, geradora de emprego e renda e que valoriza os ativos ambientais, florestais, socioculturais e da biodiversidade.

De modo geral, as políticas que contribuem para o controle do desmatamento e para a redução das queimadas e dos incêndios florestais no Estado estão ligadas ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e à Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, fundamentada no Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais - SISA.

5.2.1 Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre

A história do ZEE-AC pode ser dividida em três fases, que documentam os seus avanços.

ZEE Acre Fase I – 1999-2000

O Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre foi instituído por meio do Decreto 503/1999, vinculado ao Gabinete do Governador, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação (Seplan), tendo como executora a Secretaria de Estado de Ciência, Planejamento e Meio Ambiente (hoje SEMA).

A primeira fase de elaboração foi realizada no período de 1999 a 2000 e compreendeu o diagnóstico sobre a extensão total do estado, com a geração de produtos cartográficos básicos, na escala de 1:1.000.000. A maior parte dos trabalhos foi baseada em dados secundários, aproveitando os diversos estudos já realizados no Acre, possibilitando a sistematização de informações que se encontravam dispersas - algumas há mais de 10 anos. Foram também consultados e incluídos dados de estudos do governo, como o Levantamento das Potencialidades Econômicas e Vantagens Competitivas assim como os Planos Municipais.

O ZEE Fase I teve importante papel na tomada de decisões da política pública do Estado, subsidiando a elaboração de ações e projetos estratégicos, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Programa de Apoio às Populações Indígenas do Acre, financiado pelo BNDES; o Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI/SPRN), apoiado pela Cooperação Técnica (GTZ) e Financeira (KfW) Alemã; a descentralização de ações governamentais; a elaboração do Programa Estadual de Reforma Agrária (Incra e governo do estado); bem como a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e resolução de conflitos socioambientais.

Os indicativos constantes no ZEE Fase I propiciaram a regularização de algumas terras indígenas; a criação da Lei Estadual Florestal 1.426/2001, que instituiu o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (Seanp), integrando o “Corredor Ecológico Oeste-Amazônico”; a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual do Chandless, das Reservas Extrativistas Alto Tarauacá, Cazumbá-Iracema e Riozinho da Liberdade; das Florestas Estaduais Mogno, Rio Gregório e Rio Liberdade; da Lei Estadual 1.500/2003, que estabelece a política de Recursos Hídricos.

ZEE Acre Fase II – 2003-2007

O ZEE/AC Fase II teve como prioridade a participação de diferentes órgãos e organizações representativas, por meio de oficinas para definição dos objetivos e metas, de discussões técnicas e metodológicas, bem como consultas à sociedade civil nos 22 municípios do estado.

Um único documento consolidou os diversos temas abordados que foram estruturados em três eixos principais: (i) Econômico, (ii) Ambiental e (iii) Cultural-

Político. Este último eixo chamou atenção por ser o primeiro a ser introduzido em um ZEE no Brasil. A percepção social (subjetiva) passou a compor a equação da abordagem multitemática, interdisciplinar, própria a um ZEE, o que significou vivacidade e representatividade deste instrumento base, norteador da implantação de vários programas e projetos no Estado.

Com o ZEE Fase II foi criado o Programa de Valorização do Ativo Ambiental Florestal e posteriormente projetos com destaque para os zoneamentos municipais e indígenas, além de incrementar a produção de pequenos produtores rurais localizados em áreas de proteção ambiental e zonas de amortecimento destas.

O ZEE Fase II avançou nos seguintes aspectos:

- No aprimoramento dos instrumentos de participação da sociedade e formulação de políticas públicas;
- Na incorporação da dimensão política e cultural no âmbito dos estudos desenvolvidos;
- Na integração dos diversos temas com a utilização dos sistemas de informações geográficas, tendo como base cartográfica a escala de 1:100.000;
- Na incorporação da nova linha Cunha Gomes e novos limites municipais;
- Na definição de diretrizes e estratégias para planejamento territorial em diferentes escalas.

Em 2007, a Lei 1.904 contemplava a criação do Programa de Licenciamento da Propriedade e Posse Rural e Regularização do Passivo Florestal e do Programa Estadual de Fomento Florestal e Recuperação de Áreas Alteradas ou Degradadas, o desenvolvimento do Indicador de sustentabilidade dos municípios do Acre.

Além do avanço nas políticas públicas estaduais com os programas estabelecidos na Fase II, é importante ressaltar a vinculação do ZEE ao planejamento estratégico do governo 2007-2010, inclusive na definição das prioridades orçamentárias. A grande contribuição do zoneamento para o Acre consiste na orientação do uso dos recursos naturais rumo à sustentabilidade; na articulação e internalização dos princípios de desenvolvimento sustentável, numa base espacial e integrada entre os governos, o setor privado e a sociedade civil, voltada para a gestão participativa de territórios; na redução substancial dos conflitos sociais relacionados aos direitos de uso dos recursos naturais numa mesma área geográfica, e no subsídio a planos e programas governamentais.

O Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e Ambiental, elaborado numa escala 1:250.000, ficou estruturado em quatro Zonas:

Zona I – Consolidação de sistemas de produção sustentáveis, com suas respectivas subzonas e unidades de manejo;

Zona II – Uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental respectivas subzonas;

Zona III – Áreas prioritárias para o ordenamento territorial e respectivas subzonas;

Zona IV – Cidades do Acre e respectivas subzonas.

ZEE Acre Fase III – a partir de 2021

Na sua terceira fase, a revisão e atualização do ZEE-AC buscou consolidar a sua funcionalidade na orientação estratégica para as políticas públicas do estado. Orienta também a regulamentação do referido zoneamento, o caráter vinculante, informativo e diretivo da gestão do território para subsidiar os diferentes setores da sociedade, incluindo instituições públicas, privadas, financeiras, assistência técnica, pesquisa, organizações da sociedade civil e sociedade em geral, com as orientações territoriais estratégicas para o desenvolvimento do estado com sustentabilidade.

As inovações no processo de atualização e revisão do ZEE do Acre incluíram a incorporação e compatibilização de temas e programas que avançaram com diferentes ações no estado do Acre, tais como a consolidação da base fundiária; a estruturação e atualização das informações sobre o atual uso da terra, os instrumentos de gestão como o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas (PPCDQ-AC 2017), o Cadastro Ambiental Rural e o Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE).

A elaboração do Mapa de Gestão Territorial da Fase III do ZEE, incluindo a descrição detalhada de zonas, subzonas e unidades de manejo, tomou como referência uma nova base fundiária, as adequações da Lei Federal 12.651/2012 (Novo Código Florestal), que estabelece de forma clara os instrumentos e as medidas que tratam sobre a proteção dos Remanescentes de Vegetação Nativa, das Áreas de Preservação Permanente (APP), das Áreas de Reserva Legal (ARL) e sobre as informações socioeconômicas e de recursos naturais. O processo de atualização considerou, ainda, os outros instrumentos de planejamento e gestão territorial existentes, projetos em macroescala, como o Macrozoneamento da Amazônia Legal, os Ordenamentos Territoriais Locais (OTLs), os Etnozoneamentos, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), entre outros, com abordagem multi-escalar. A implementação do ZEE-AC requer atuação estruturada e integrada dos órgãos do poder público, além de intensa ação de difusão do instrumento e de seus usos para os diversos setores da sociedade com vistas tanto para aplicar as recomendações, as diretrizes e os programas por meio de políticas públicas e atividades privadas, quanto para que os setores tenham instrumento sólido de direcionamento, acompanhamento e controle dos rumos da gestão e do desenvolvimento territorial do Estado.

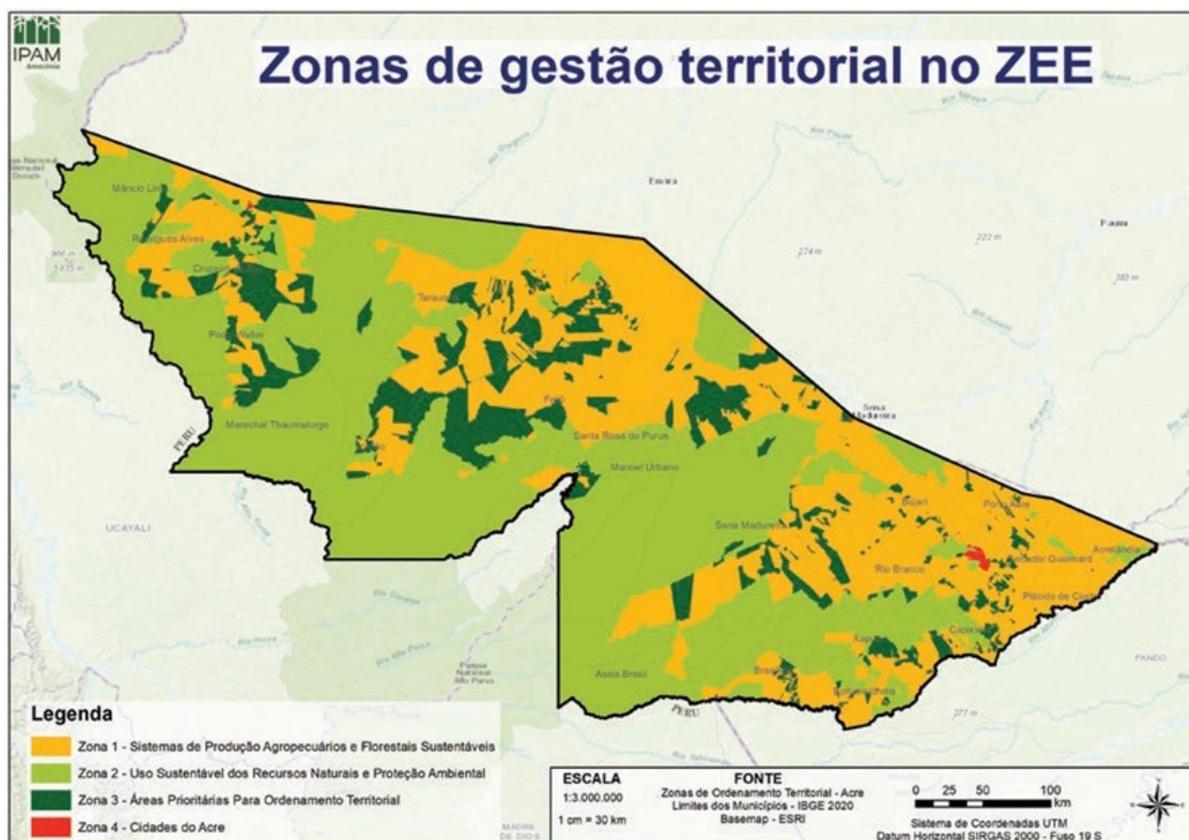
Para a estratégia de implementação, quatro pressupostos são fundamentais para que o ZEE-AC – Fase III seja seguido de forma efetiva como balizador das políticas de desenvolvimento sustentável e do agronegócio de baixas emissões:

1. É o instrumento estratégico de planejamento e gestão territorial, cujas diretrizes e cujos critérios passam a nortear e vincular as políticas públicas

estaduais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e à promoção do bem-estar da população.

2. Ele é parte integrante do processo de planejamento, desenvolvimento e modernização do estado do Acre, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporarem as metas, diretrizes e prioridades que dele decorrerem.
3. O papel permanente e diligente das lideranças políticas do estado, dos gestores e técnicos para que as políticas, os planos, programas e projetos estejam alicerçados no ZEE-AC.
4. As políticas, os programas e os projetos do estado do Acre decorrentes do ZEE-AC – Fase III deverão buscar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) (sigla em inglês) do Brasil no âmbito da Conferência das Partes da Convenção de Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) e as metas de Aichi da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em âmbito estadual, sendo medidas voluntárias do Acre para os compromissos globais de desenvolvimento sustentável, clima e biodiversidade.
- 5.

Figura 44: Mapa das zonas de gestão territorial no âmbito do ZEE Acre Fase III



Fonte: ZEE Acre Fase III

5.2.2 Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Estado - SISA

Em 2010, o Estado do Acre criou seu Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA), por meio da Lei 2.308/2010, com o objetivo de fomentar a manutenção e a ampliação da oferta de serviços ecossistêmicos, em especial quanto à redução de emissões de carbono por desmatamento, bem como à proteção da beleza cênica natural, da sociobiodiversidade, da água, do solo, do clima, da cultura e do conhecimento tradicional.

A criação do SISA foi resultado de amplo debate na sociedade acreana, incluindo diálogos com povos tradicionais, comunidades indígenas, ONGs nacionais e internacionais, potenciais investidores, academia, proprietários rurais, lideranças políticas e cientistas. Dessa forma, foi possível o estabelecimento de um pioneirismo reconhecido mundialmente.

A lei do SISA estabeleceu legalmente conceitos e princípios até então não positivados no Brasil, de forma se instruir políticas públicas destinadas ao incentivo a serviços ambientais no Estado. Igualmente, a Lei Estadual criou uma estrutura robusta de governança participativa e de instrumentos econômicos e financeiros para implantação de políticas de desenvolvimento de baixas emissões, respondendo, portanto, aos enormes desafios para uma área completamente nova para o nível jurisdicional dos estados subnacionais. Criou-se, assim, o alicerce que possibilitou o desenvolvimento pioneiro do REDD+ Jurisdicional no país, sucedido por outros estados.

Dessa maneira, dentre os diversos serviços ambientais amparados pelo Sistema, a Lei Estadual desde logo estabeleceu o “Programa ISA Carbono”, vinculado ao sequestro, à conservação do estoque e à diminuição do fluxo de carbono por meio da Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD, pois as questões científicas e metodológicas desse serviço ambiental estavam mais avançadas.

Além disso, a norma estadual previu um conjunto de organizações que têm por objetivo garantir a credibilidade do sistema, respondendo à questão da permanência da política como uma questão de Estado (e não de governo), considerando tratar-se de metas de proteção ambiental de médio e longo prazo. Assim, reconhecido avanço do Acre foi o estabelecimento de uma governança voltada para a continuidade do sistema, ao mesmo tempo em que atende às exigências de legitimidade social (pela participação) e confiabilidade científica, exigida pelo mercado e pelos organismos internacionais, sem renunciar às diretrizes e princípios discutidos e pactuados com a própria sociedade.

A estrutura de governança do SISA é composta por:

- **Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC):**

O IMC tem como objetivo fomentar a manutenção e a ampliação da oferta dos serviços e produtos ecossistêmicos em todo o território do Estado do Acre. Sua atividade regulatória é essencial para dar credibilidade à política ambiental do estado. O IMC tem de atuar na verificação, no registro e no monitoramento dos produtos e serviços ecossistêmicos, de forma a se garantir a necessária transparência, credibilidade, rastreabilidade e não duplicidade, essenciais para um reconhecimento amplo e a legitimidade de qualquer modelo de incentivo a serviços ambientais no âmbito do Sistema.

- **Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA):**

Vinculada ao IMC, a CEVA, composta paritariamente por representantes de órgãos estaduais e da sociedade civil, é responsável pelo acompanhamento do SISA, com mandato para analisar propostas de normativas apresentadas pelo IMC, opinar sobre termos de referência para a contratação de auditoria externa e sugerir a criação de Câmaras Temáticas (p.ex. como as já criadas CT Indígena e CT da Mulher). Também tem competência para discutir e definir passos em situações em que as especificidades exigem uma validação social e em sintonia com a experiência e os conhecimentos dos atores envolvidos. Cabe à CEVA garantir a transparência e o controle social dos programas, subprogramas, planos de ação e projetos especiais do SISA.

- **Comitê Científico:**

Elemento fundamental do Sistema é o Comitê Científico, igualmente vinculado ao IMC, cuja composição necessariamente deve ser constituída por personalidades de renome nacional e internacional em diversas áreas da ciência, com a finalidade de opinar sobre questões técnicas, científicas, jurídicas e metodológicas relativas ao SISA. Sua essencialidade decorre da necessidade de utilização da melhor ciência, para garantia da integridade ambiental e contábil do Sistema, com comprovações seguras quanto aos métodos de colheita de dados e produção de informações, que garantam a efetiva ocorrência do serviço ambiental (no caso do carbono, da efetiva redução de emissões).

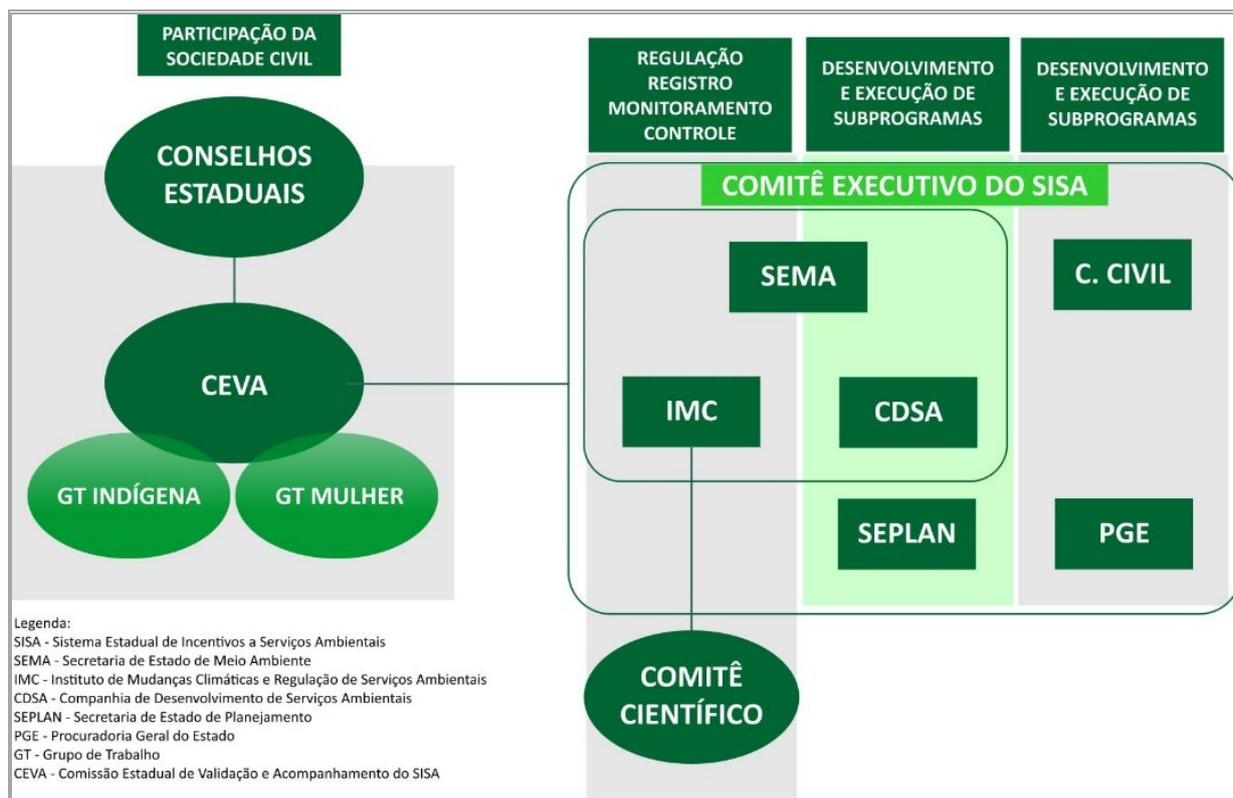
- **Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA):**

A CDSA é uma sociedade anônima, de natureza jurídica de direito privado, com maioria do capital detido pelo Estado. Ela produz e comercializa ativos ambientais, incluindo créditos de carbono e é responsável pelo desenvolvimento de estratégias de captação de recursos e de investimentos para os programas, subprogramas e projetos, preparando planos e projetos de ação, e encontrando recursos de financiamento para melhorar os serviços ambientais. A Companhia

pode gerenciar ativos e créditos próprios ou do Estado, decorrentes de serviços de ecossistêmicos e produtos gerados em subprogramas, planos e projetos.



Figura 45: Modelo de governança do SISA



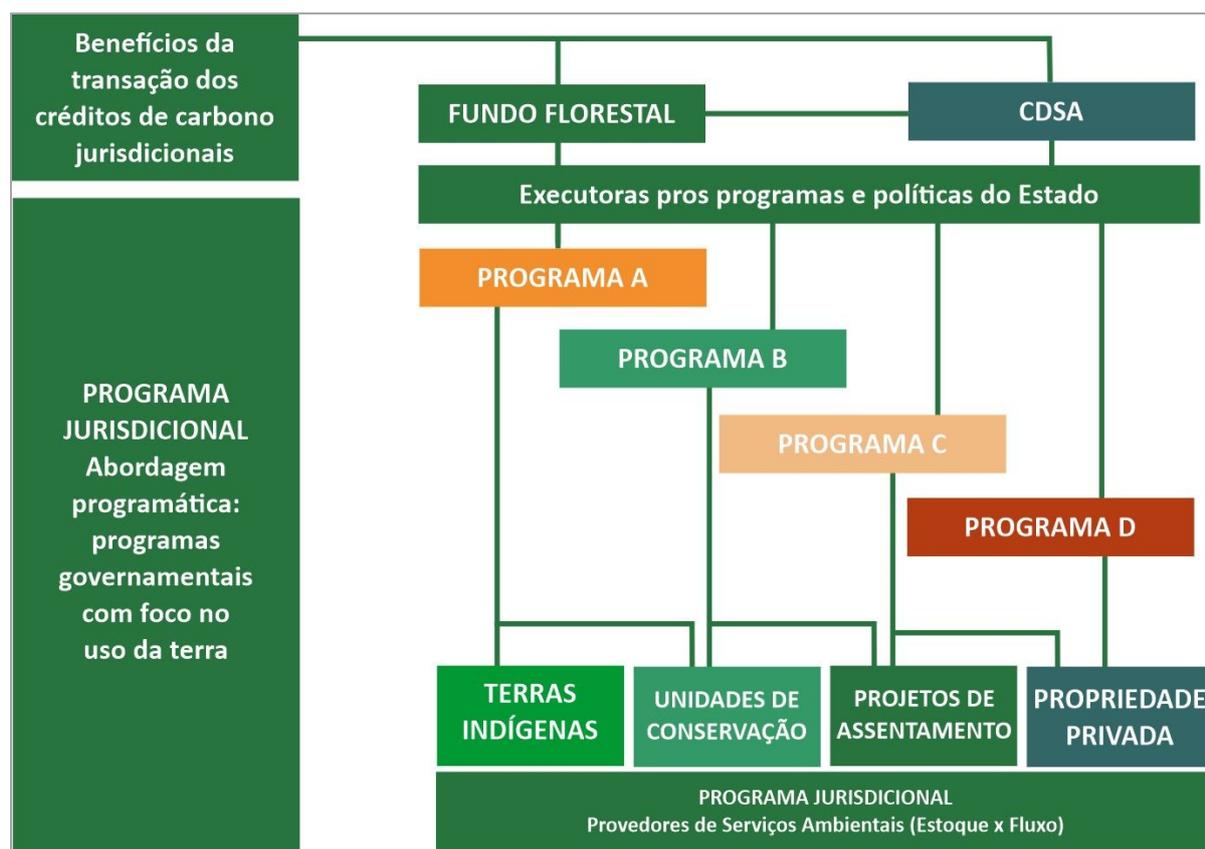
Fonte: IMC

Portanto, o SISA faz parte de um conjunto maior de políticas públicas voltadas para a redução do desmatamento, de forma a se promover o desenvolvimento de baixas emissões e fomentar cadeias produtivas sustentáveis, gerando renda e promovendo o desenvolvimento social dos beneficiários do SISA. Em linhas gerais, o SISA prevê o desenvolvimento de **sete programas** que, juntos, colaboram para a redução dos índices de desmatamento e queimadas no Acre e a conservação de florestas e o manejo sustentável – abrindo caminho para vantagens ambientais e sociais que beneficiam a população acreana, especialmente a que mora na floresta. São eles:

1. Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono;
2. Conservação da Beleza Cênica Natural;
3. Conservação da Sociobiodiversidade;
4. Conservação das Águas e dos Serviços Hídricos;
5. Regulação do Clima;
6. Valorização Cultural e do Conhecimento Tradicional Ecosistêmico;
7. Conservação e Melhoramento do Solo.

Dos sete programas previstos no âmbito do SISA, três tiveram suas leis iniciais de regulamentação elaboradas e aprovadas: 1) ISA Carbono - Lei 2.308/2010; 2) ISA Sociobiodiversidade - Lei 3.462/2018 e 3) ISA Clima - Lei 3.880/2021.

Figura 46: Modelo de articulação de recursos, programas e beneficiários finais do SISA



Fonte: IMC

ISA Carbono - Avanços 2012-2022

O primeiro programa regulamentado no âmbito do SISA foi o ISA Carbono (o qual serviu de base para as definições do Programa REM Acre) com objetivo de preservar as florestas – evitando o desmatamento e a consequentemente a emissão de gases que aceleram o processo de aquecimento do planeta. Esse subprograma permite o incentivo às vantagens econômicas, além de benefícios ambientais e sociais para aqueles que investem na sustentabilidade e preservam as florestas do estado. Os principais incentivos relacionados com o programa incluem: a promoção da mudança para sistemas agrícolas mais produtivos, o que reduz a necessidade de expansão e evita o desmatamento; a valorização do potencial econômico da floresta; o aumento da conservação das florestas e a distribuição dos benefícios por serviços ambientais.

O Programa ISA Carbono, portanto, tem por objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, de forma a se atingir as metas voluntárias definidas no Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento no Estado do Acre, bem como estabelecer novos padrões de sustentabilidade no uso da terra.

Como programa pioneiro e uma experiência de 12 anos de implementação do SISA, evidencia-se um enorme aprendizado institucional contínuo de técnicos e instituições engajadas na prática de políticas de desenvolvimento sustentável e

de incentivo a serviços ambientais. Dessa forma, apresenta-se uma relação de lições aprendidas quanto aos desafios que tiveram que ser superados e fatores críticos de sucesso, conforme sistematizado na Figura 48.



Figura 47: Desafios e fatores de sucesso do SISA

LIÇÕES APRENDIDAS EM 13 ANOS DE SISA	
DESAFIOS ENCONTRADOS	FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO
<ul style="list-style-type: none"> • A escassez de referências (técnicas, institucionais e jurídicas) na temática de políticas públicas de REDD+; • Dificuldade de entendimento, por parte da sociedade, sobre o REDD+ e respectivos impactos positivos sobre clima, floresta, comunidades e bem-estar social; • Dificuldade de quebra de paradigmas sobre o entendimento de mecanismos de PSA como instrumentos para mudanças do uso da terra, que precisam estar integradas dentro de políticas públicas mais abrangentes; • Críticas ideológicas de mercantilização da natureza contrapondo ao entendimento da estratégia de incentivos aos sistemas produtivos para a geração de renda e qualidade de vida da população envolvida; • A criticidade cronológica: <i>tempo para desenhar X tempo de implementar X tempo para processos participativos X tempo para relatar</i>; • Necessidade de alinhar os espectros: técnicos, jurídicos e institucionais, de mediação pública e controle social e, do investimento privado; • Atingir uma comunicação efetiva, clara e transparente nos diferentes níveis do programa: social, técnico e institucional 	<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura de governança promoveu uma transparência e ampla participação social, bem como a validação e divulgação de resultados; • A integração entre instituições de governo, sociedade e movimentos sociais por intermédio da CEVA; • Criação de capacidades (sociais e institucionais) para empoderamento dos diferentes atores para uma efetiva contribuição na gestão participativa • A atração de parceiros estratégicos ao Programa; • A integração e alinhamento dos governos subnacional e nacional e de interesses internacionais e implementação do programa; • O investimento numa comunicação efetiva, transparente para o compartilhamento de informações e estratégia; • A efetiva participação de todos os segmentos sociais na definição da repartição de benefício e de seus resultados; • O uso de salvaguardas aliado a um programa de formação e capacitação podem se constituir em mecanismos de monitoramento do desempenho dos projetos e programas de ISA e devem se constituir em ferramentas de governança.

Fonte: Sistematização Guilherme Abdala

Hoje, o Acre possui conhecimento teórico, experiência prática, arcabouço legal e institucional para o cumprimento do sistema. Atualmente, os esforços estão direcionados ao aprimoramento do Sistema de Gestão de Riscos e Salvaguardas Socioambientais para identificar, avaliar, mensurar, evitar e mitigar possíveis riscos socioambientais decorrentes dos programas do SISA, entre outras necessidades de transparência e acesso à informação.

É importante assinalar que os programas que compõem o SISA não são apêndices separados de um arcabouço institucional, mas correspondem a instrumentos correlatos de uma mesma política ambiental construídos ou em

construção, mas que atuam e são posicionados de forma integrada ao longo de toda a política ambiental do estado, e que se estruturam com base em um amplo processo de ordenamento legal, técnico e lógico.

Para que o sistema cumpra seu papel é fundamental que a estrutura de atores, governança e instituições seja capaz de fornecer as garantias e operacionalidade, os quais o sistema precisa para funcionar de forma efetiva, caso contrário, a execução dos projetos será um apenas um conglomerado de conceitos, mas como pouca aplicabilidade prática.

Atualmente, os principais **desafios para a consolidação do SISA** são:

- Necessidade da adoção de procedimentos de certificação para o programa jurisdicional de REDD+ para geração do crédito de carbono e, posteriormente, o registro em plataformas de comercialização.
- Empoderamento da CEVA, que inclui seu fortalecimento através da institucionalização dos espaços de representação das populações indígenas e de gênero, por meio das Câmaras Temáticas Indígena e de Mulheres.
- Institucionalização do uso de salvaguardas socioambientais com o estabelecimento de princípios, critérios e indicadores que possam fazer parte do sistema de monitoramento do SISA e seus impactos, alinhados ao Sistema de Salvaguardas Nacional.
- Formação para diferentes atores (compreensão clara das metas e objetivos do sistema, bem como das políticas, regulamentos e procedimentos que o regem).
- Desenho do Sistema Estadual de Registro (cooperação Markit ou outros parceiros), incluindo a formulação da etapa de aninhamento dos projetos de crédito de carbono privados.
- Fortalecimento de seus órgãos componentes, em especial do IMC.
- Garantir a integração do SISA a um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento sustentável voltadas à redução do desmatamento.
- Criação de plataforma de transparência, para divulgação e compartilhamento público de dados, documentos e informações relevantes do sistema.
- Revisão, a partir da melhor ciência, quanto aos métodos de medição, quantificação e verificação de emissões decorrentes do desmatamento do estado.
- Aperfeiçoamento e inclusão na contabilidade quanto às emissões decorrentes da degradação florestal.
- Estratégia de comunicação à sociedade sobre as mudanças climáticas e a importância do REDD+.
- Desenvolvimento de estratégias para garantir a permanência das instituições do Sistema.
- Realização de planejamento estratégico integrado da governança do SISA, com criação de métricas e indicadores de desempenho, acompanhados de planos de ação.

5.3 Capacidades Institucionais e Eventuais Riscos

No âmbito da elaboração deste PPCDQ-AC, foi realizada uma análise das capacidades institucionais das principais entidades que estarão envolvidas com o Plano, i.e., os componentes do grupo de atores chave. Por meio de exercício auto-avaliativo, os representantes institucionais analisaram as capacidades atuais de suas respectivas entidades, com relação aos seguintes aspectos: a) Gestão; b) Força de trabalho e conhecimento técnico; c) Recursos financeiros; d) Infraestrutura; e) Tecnologia; f) Governança; g) Legislação e h) política.

Em termos de “Gestão, Governança, Legislação e Política”, as entidades acreanas não apontam nenhum óbice mais severo, necessitando de ajustes e aprimoramentos que podem ser alcançados muitas vezes somente com vontade e articulações políticas. O panorama de “Força de Trabalho” e “Infraestrutura” aponta que 42% das entidades encontram-se em níveis baixos, ou muito baixos, em termos de capacidade institucional. Porém, algumas entidades indicam estarem em nível ótimo de capacidade, situação semelhante em termos de “Tecnologia”. Trata-se de órgãos ou entidades que receberam, ou recebem, algum tipo de apoio externo que lhes coloca hoje em posição mais modernizada. Os desafios mais sérios acabam incorrendo sobre a temática de “Recursos Financeiros”, que aflige cerca de 3/4 das entidades respondentes.

Como **estratégias de solução e melhoria das capacidades**, foram apontadas diferentes linhas de atuação pelos gestores, sintetizadas por temática (vide também a Figura 49):

>>> Tema 1: Administração pública e gestão governamental <<<

- Realização de concursos para contratação de pessoal;
- Captação de recursos externos para equipamentos, tecnologias e logística;
- Aprimoramento de ferramentas e sistemas, como sites e novos sistemas;
- Melhoria da rede de internet;
- Realização de capacitações e oficinas.

>>> Tema 2: Planejamento estratégico e governança <<<

- Implementação da Agenda Acre 10 Anos;
- Alinhamento com demais estratégias, projetos e diretrizes do estado;
- Desdobramento dos planos estratégicos de governo nas demais secretarias de estado;
- Agregação e disponibilização de dados que subsidiam as políticas públicas.

>>> Tema 3: Fiscalização e licenciamento <<<

- Captação de recursos para ações de fiscalização;
- Arrecadação de multas da dívida ativa;

- Realização de parcerias para execução de ações;
- Aquisição de equipamentos, como drones;
- Construção da nova sede do IMAC e do IMC;
- Desenvolvimento do novo sistema de licenciamento.

>>> Tema 4: Assistência técnica e extensão rural <<<

- Implantação de sistema integrado entre SEAGRI e EMATER;
- Reativação dos escritórios regionais em compartilhamento com instituições de segurança pública;
- Capacitação técnica e em gestão para força de trabalho;
- Aquisição de veículos;
- Estabelecimento de novas parcerias e captação de recursos externos.

>>> Tema 5: Segurança pública <<<

- Realização de capacitação para técnicos;
- Contratação de mais soldados;
- Captação de recursos externos e em parceria com instituições e secretarias;
- Aquisição de mobiliário e equipamentos;
- Realização de reformas para melhoria da estrutura e segurança;
- Implantação de sistema offline para a emissão dos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) e sistema integrado de consulta a ocorrências registradas.

>>> Tema 6: Regularização fundiária <<<

- Realização de capacitação para técnicos;
- Estruturação de planejamento para captação de recursos externos;
- Aquisição de computadores e desenvolvimento de sistemas;
- Revisão da ocupação de terras estaduais;
- Instituição da estrutura de governança fundiária;
- Adequação da regularização fundiária onerosa;
- Alinhamento entre a regularização fundiária e ambiental.

>>> Tema 7: Articulação interinstitucional e capacitação em ferramentas tecnológicas <<<

- Estimular a articulação interinstitucional;
- Realizar a capacitação de servidores em ferramentas tecnológicas;
- Regionalizar respostas integradas das instituições de acordo com a demanda observada.

Enquanto medidas de tratamento preventivas ou mitigadoras de risco, avaliou-se que deverão ser realizadas ações que envolvem a elaboração de relatórios e planos de comunicação para divulgação de informações e resultados, a realização de capacitações e eventos de engajamento, o desenvolvimento de sistemas para regularização fundiária, a realização de consultorias para apoio aos produtores, a articulação política para acelerar a homologação de estudos, a realização de projetos de infraestrutura, a captação de recursos externos para desenvolvimento de sistemas informatizados e a elaboração de projetos para aquisição de equipamentos e capacitações.

Outras ações incluem o mapeamento e melhoria de processos com foco na transparência, o fortalecimento de instituições responsáveis por questões relacionadas à regularização fundiária e à assistência técnica, a realização de ações de fiscalização integradas, a elaboração de pesquisas de mercado e campanhas de divulgação de produtos, a realização de trâmites burocráticos para aprovação de projetos de lei e a adoção da utilização de sistemas já desenvolvidos por outras instituições.

Em geral, as ações propostas visam mitigar riscos relacionados a questões fundiárias, assistência técnica, infraestrutura, gestão de recursos e processos internos, entre outras áreas. Cada ação proposta tem um objetivo específico e pode contribuir para minimizar os impactos de possíveis riscos identificados nas respectivas áreas.

O **Anexo 3** sistematiza os resultados da Análise das Capacidades Institucionais e dos Riscos.

6. Metas e Estrutura do PPCDQ-AC

Conduzida por meio da parceria entre a SEMA (Diretoria de Meio Ambiente - DIMA) e a SEPLAN (Unidade de Coordenação do Programa – UCP- REM), a construção efetiva da terceira fase do PPCDQ-AC teve início mais formal em agosto de 2022, com a contratação de assessorias especializadas para condução de análises temáticas e contextuais, realização de diálogos institucionais e moderação de processos de planejamento participativo. Partindo-se da base constitutiva do PPCDQ-AC 2017, o processo seguiu encadeamento metodológico próprio, como descrito na Figura 50, onde o primeiro passo constitui-se na articulação do Comitê Gestor Interinstitucional (CGI) do PPCDQ-AC em outubro de 2022. A partir daí, foram elaboradas ferramentas (Figura 50) com o apoio da Cooperação Técnica Alemã – GIZ e Emboé Consultoria²¹, que atuam junto a diferentes estados amazônicos, no âmbito de projeto específico do Fundo Amazônia, que apoia a revisão dos PPCDQs estaduais.

²¹ *Guia de Referência para Gestão de Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas*, (GIZ / Emboé, 2021). Esse guia consolida os aprendizados e as boas práticas identificados durante a execução do PPCDAm em nível federal e ao longo das experiências de cooperação na gestão dos PPCDQs estaduais, envolvendo diversos atores, como órgãos estaduais de meio ambiente, comitês de gestão e técnicos, outras instituições parceiras e a Cooperação Técnica Alemã - GIZ.

Figura 49: Fluxo processual de revisão do PPCDQ-AC



Fonte: GIZ/EMBOÉ

Dentre as ferramentas trabalhadas e aqui dispostas, citam-se:

- O Modelo de Resultados para cada Eixo Temático do Plano;
- A Matriz de Ações, Atividades e Metas / Quadro Lógico do Plano;
- O Mapa de Atores envolvidos na elaboração e implementação do Plano;
- A Estrutura de Governança do Plano;
- O Plano de Monitoramento do PPCDQ-AC;
- A Análise das Capacidades Institucionais e dos potenciais Riscos assim como
- A elaboração da Meta de Redução do Desmatamento.

Figura 50: Ferramentas de construção e monitoramento do PPCDQ-AC, base do Guia de Referência para Gestão de PPCDQs (GIZ/Emboé)



Fonte: GIZ/EMBOÉ

6.1 Compromissos do Estado do Acre e Resultados Esperados

Em seu primeiro PPCDQ-AC de 2010, o Acre assumiu voluntariamente metas de redução do desmatamento, referenciando a diminuição de cerca de 80% do desmatamento ilegal até 2020, segundo a taxa média de desmatamento de 1995 a 2005, que equivale a 165 milhões de toneladas de GEE. O primeiro plano foi bem-sucedido e a meta praticamente alcançada com o registro de 146.917.109 toneladas de redução no Info Hub (UNFCCC) de emissões de gases de efeito estufa, em 2017.

Outros compromissos voluntários internacionais assumidos pelo Acre foram a Declaração de Rio Branco²², o *Under 2 MoU*²³ e a Declaração Florestal de Nova York²⁴. No âmbito nacional, o “Acordo de Desmatamento Ilegal Zero” foi um importante acordo entre o Ministério do Meio Ambiente com os estados do Acre e Mato Grosso. Regionalmente, como já destacado, o Acre, junto com todos os demais estados amazônicos, assinou o compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2030, no âmbito do Plano de Recuperação Verde (compromisso coletivo do *Consórcio Interestadual de Desenvolvimento da Amazônia Legal*).

O estabelecimento de metas realistas e ao mesmo tempo robustas para a redução do desmatamento não é uma tarefa trivial, pois não se trata apenas de definir um patamar desejável, ou aceitável, de área desmatada em determinado ano. É preciso avaliar o histórico e a dinâmica recente do desmatamento no Estado, assim como o contexto atual e futuro em que as políticas de combate ao desmatamento se inserem. Ao mesmo tempo, as projeções devem observar as oportunidades de captação de recursos provenientes da redução do desmatamento, a exemplo do alcançado pelo programa REM Acre, nas suas duas fases.

Em 2021, o Governo do Estado submeteu indicativo de metas de emissões, com base na aplicação do regulamento de elegibilidade do padrão ART TREES no período estabelecido de chamada de manifestação de interesse para projetos da Coalizão LEAF (2022 a 2026)²⁵. Para este cálculo, o Governo do Acre propôs uma redução de **10% ao ano**, a partir de 2022, a qual chamou de **Meta Jurisdicional**, utilizando o nível de referência estabelecido pelo PPCDQ-AC 2017, que projetava

²² https://www.gcftf.org/wp-content/uploads/2020/12/Rio_Branco_Declaration_ENG.pdf

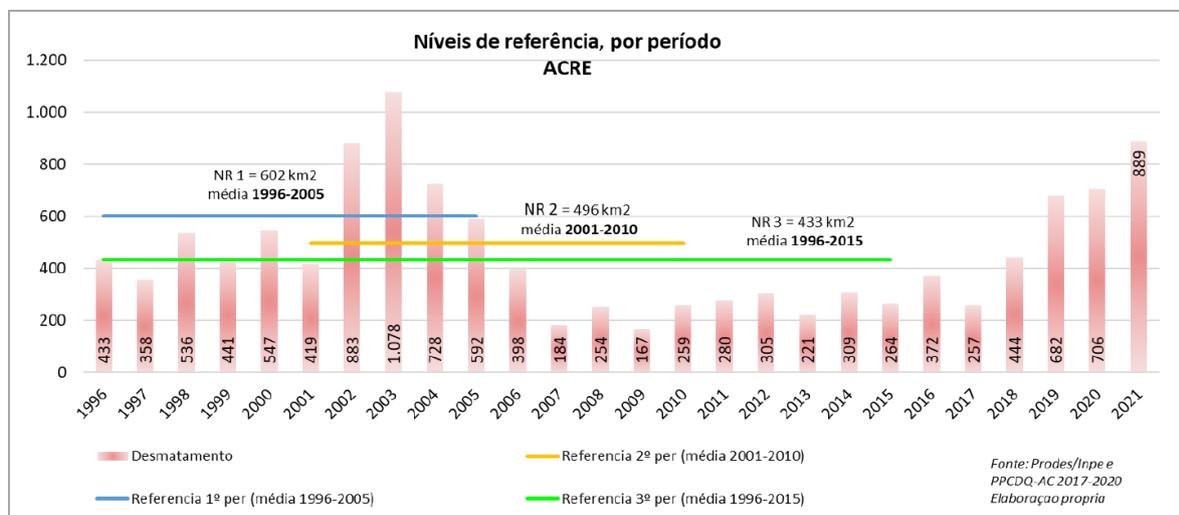
²³ <https://www.theclimategroup.org/sites/default/files/2020-10/Acre-appendix-English.pdf>

²⁴ <http://imc.ac.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/New-York-Declaration-on-Forests-Declaration-2018-Portuguese.pdf>

²⁵ A LEAF é uma coalizão global voluntária que reúne o setor privado e os governos para financiar a conservação das florestas tropicais e subtropicais para enfrentar os desafios das mudanças climáticas no nível local e mundial. O Padrão Art-Trees do LEAF, que significa Arquitetura para Transações de REDD+, é um programa voluntário de carbono de alta qualidade, criado para registrar, verificar e emitir créditos de redução de emissões de REDD+ nos países e em jurisdições para atrair financiamento em grande escala. O padrão TREES é basicamente o protocolo que todas as partes interessadas da coalizão devem seguir para serem elegíveis para atividades e investimentos de projetos de REDD+.

uma taxa média de 433 km² por ano de desmatamento para o Acre. Este que se fundamenta no terceiro nível de referência nacional (FREL, NR3) adotado pelo Governo Federal para o Bioma Amazônico (Figura 52). Ainda com informações preliminares do desmatamento de 2020 e, depois, devido a correção feita pelo INPE para os cálculos de desmatamento de 2019 no Estado, a projeção inicial feita pelo Estado no âmbito do LEAF necessita ser corrigida.

Figura 51: Níveis de referência de emissões florestais (FREL) para o Estado do Acre, segundo metodologia do Governo Federal para o Bioma Amazônico

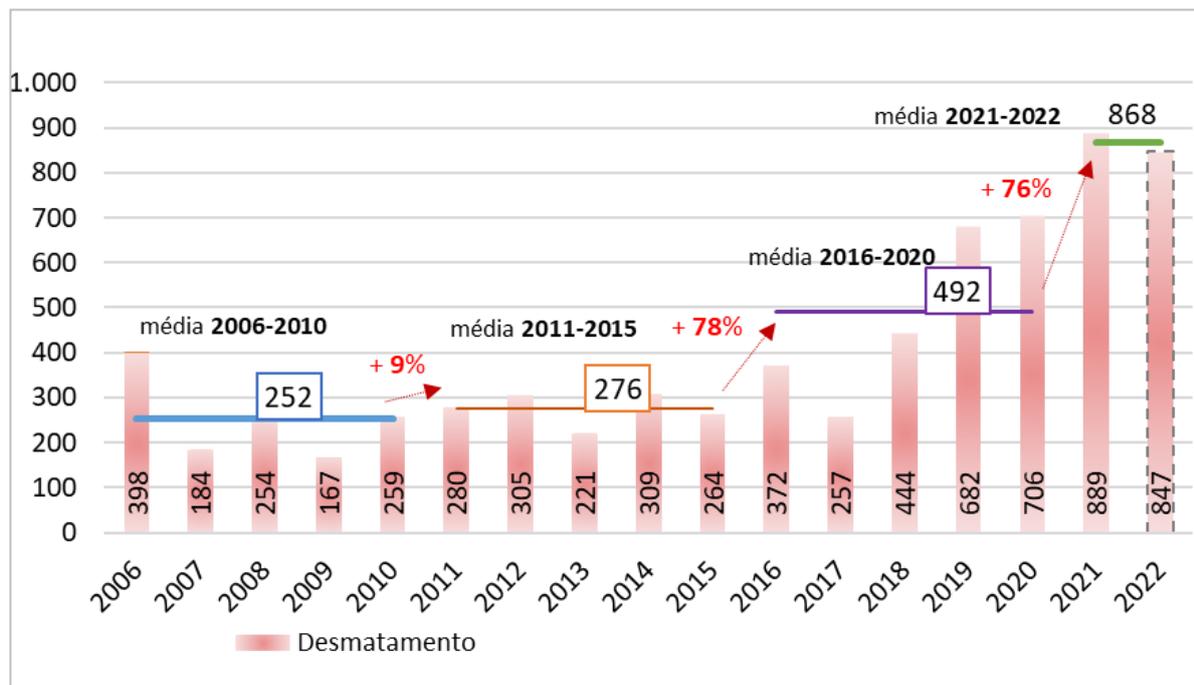


Fonte: INPE/GIZ/EMBOÉ

No âmbito da presente revisão do PPCDQ-AC, o CGI discutiu o tema visando a proposição de metas (cenários) para o período 2023-2027. O primeiro fato importante levado em consideração foi a alta no desmatamento observada na Amazônia nos últimos 5 anos, também refletida no estado do Acre. Em 2021 a perda de floresta no estado foi a segunda maior em 25 anos. No entanto, para avaliar a tendência e traçar metas é preciso olhar para um período mais amplo. Entre 2006 e 2018 as taxas de desmatamento no Acre estiveram sempre abaixo dos 500 km², com destaque para os anos de 2007 e 2009 com valores menores que 200 km². Já em 2019 e 2020 o desmatamento oscilou próximo dos 700 km² e de 2021 a 2022 esteve acima dos 800 km².

Outra forma de balizar as projeções futuras é a comparação entre períodos iguais. Em sinergia com os períodos utilizados para fins de reporte de emissões pelo estado do Acre, este exemplo utiliza os quinquênios 2006-2010, 2011-2015, 2016-2020. Considerando a média de desmatamento dos intervalos mencionados e a média do biênio 2021-2022, observam-se altas constantes de, respectivamente, 9%, 78% e 76%, conforme gráfico abaixo (Figura 53).

Figura 52: Média do desmatamento (km²) no Acre nos últimos três quinquênios, e respectivos crescimentos percentuais



Fonte: INPE/GIZ/EMBOÉ

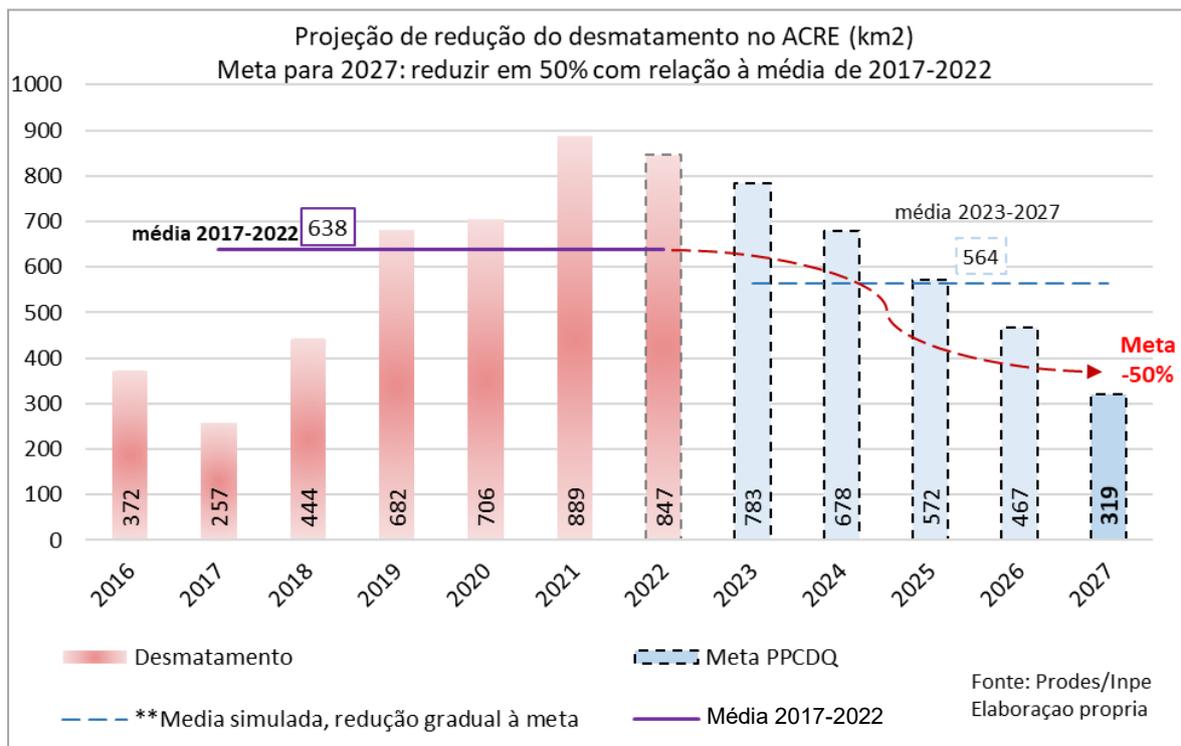
Além destes, o estabelecimento de metas para o PPCDQ-AC considerou outros pontos, aqui resumidos:

- Fortes altas do desmatamento nos anos recentes;
- Projeção positiva de atuação da gestão ambiental federal nos próximos anos,
- Constante demanda por carne, grãos e madeira e incerteza com relação aos sinais econômicos, notadamente variação do dólar.
- Projeção positiva com relação a investimentos e doações estrangeiras para ações de proteção da floresta e fomento à bioeconomia.

Dentre os diferentes cenários discutidos, o que ganhou maior força foi o de **alcançar em 2027 uma redução de 50%** em comparação à média de desmatamento verificada no período de 2017-2022 (manteve-se a meta jurisdicional de 10% a.a.) (Figura 54). Este período foi escolhido por abarcar 3 anos das altas taxas mais recentes e 2 anos do período imediatamente anterior, que representou a realidade no estado durante 12 anos. A meta de 50% foi escolhida considerando que:

- A simulação de redução gradual leva a uma média do período projetado menor que a média anterior;
- As taxas simuladas estão todas abaixo dos valores verificados nos dois últimos anos;
- A meta final para 2027, de 319 km² é plausível, pois apesar do atual patamar acima dos 800 km², a média entre 2006 e 2016 foi menor que 300 km²;
- Assim, mantém-se a **meta jurisdicional** assumida pelo Estado de **redução de 10% a.a.**

Figura 53: Projeção da redução do desmatamento no Acre (km²), de 2023 a 2027



Fonte: INPE/GIZ/EMBOÉ

As projeções de desmatamento também foram comparadas aos níveis de referência utilizados pelo estado do Acre para captação de recursos de pagamento por resultados de REDD+, de forma a observar o potencial saldo positivo ou negativo. Como discutido, o último nível de referência utilizado pelo estado foi a média do desmatamento do período 1996-2015, de 433 km². Também foram feitos os cálculos considerando como nível de referência a média de 2016-2020, de 492 km². Este FREL será também a base de contabilidade para pagamentos de REs a partir do ano 2016 no Programa REM Fase 2. Não será estabelecido um nível de referência próprio ao nível do Estado. Importante frisar que, até o momento, ainda não se determinou qual será o nível de referência a ser adotado pelo Brasil na sua próxima comunicação nacional.

Considerando o nível de referência de 433 km² e as projeções de taxas graduais entre 2023 e 2027, o saldo do período 2023-2027 seria negativo em cerca de 36 milhões de tonCo2eq, já que apenas em 2027 a taxa estaria abaixo do nível de referência.

Considerando o nível de referência de 492 km², o saldo do período 2023-2027 seria negativo em cerca de 20 milhões de tonCo2eq. Neste caso, as metas para 2026 e 2027 estariam abaixo do nível de referência e, portanto, teriam saldo positivo de emissões.

Figura 54: Meta e projeção de Saldos de Desmatamento e de Emissões até 2027

Cenário meta 2027 <50% / 2017- 2022	Meta 2023- 2027	Nível de Referência (km ²)		Saldo do período (km ²)		Saldo de Emissões (tCO ₂ eq)	
	a) Média	b) Período	c) Média	d) Média (c - a)	e) Acumulado (d * 5)	f) Densidade (tC/ha)	g) Saldo (e * f * 3,67)
319	564	2016- 2020	492	-72	-360	153,4	- 20.267.208
319	564	1996-2015	433	-131	-655	153,4	- 36.875.059

Fonte: INPE/GIZ/EMBOE

6.2 Diretrizes e Objetivos Estratégicos do PPCDQ-AC

O desenho e a implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais do Estado do Acre estão apoiados em diretrizes que orientam as estratégias e linhas de ação em cada um dos eixos temáticos definidos. Muitas das **diretrizes estratégicas** continuam como estabelecido em suas versões anteriores, com pequenas adaptações e aprimoramentos:

- Efetivação da gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas, por meio de parcerias entre a União, Estados e Municípios, contemplando a sua integração com incentivos à prevenção de danos ambientais e ao fomento de sistemas sustentáveis de produção;
- Estímulo à participação ativa dos diferentes setores da sociedade interessados na gestão das políticas relacionadas à prevenção e controle do desmatamento e queimadas;
- Envolvimento de públicos especiais da sociedade (jovens, mulheres e populações tradicionais) para entendimento e participação ativa nos processos de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas;
- Incentivo aos pactos setoriais com o setor produtivo, no sentido de fortalecer a governança, a rastreabilidade e a sustentabilidade das cadeias produtivas da Amazônia, visando a conservação da floresta e a redução do desmatamento;
- Combate à ocupação desordenada da floresta;
- Fortalecimento da gestão das áreas protegidas na Amazônia, incluindo unidades de conservação, terras indígenas e demais áreas sob regime especial, como Reserva Legal e Área de Proteção Permanente - no âmbito dos imóveis rurais;

- Fortalecimento do sistema de monitoramento ambiental e da fiscalização na Amazônia, visando reduzir não só o desmatamento, mas também a degradação florestal;
- Promoção do CAR como instrumento de gestão da paisagem e de aprimoramento da gestão florestal;
- Valorização dos produtos (madeireiros e não madeireiros) e serviços ambientais da floresta, de modo a incentivar o uso múltiplo da Amazônia e não a sua supressão para uso alternativo do solo, promovendo uma economia florestal de bases sustentáveis;
- Incentivo à adoção de práticas agropecuárias sustentáveis, de modo a reduzir a demanda por novas áreas para produção.
- Os **objetivos estratégicos** do PPCDQ-AC estão assim definidos:
- Promover a segurança jurídica, através da regularização fundiária e o ordenamento territorial;
- Promover a redução e a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais;
- Promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos extrativistas e agropecuários;
- Promover a recuperação da capacidade produtiva e da funcionalidade ecológica de áreas degradadas;
- Promover a geração de renda e sustentabilidade financeira com a Floresta em Pé;
- Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais;
- Promover a conservação ambiental, fortalecendo as áreas protegidas e efetivando a gestão e manejo florestal sustentável;
- Aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal;
- Implementar instrumentos normativos e econômicos para controle do desmatamento ilegal;
- Conscientizar a população em geral e públicos especiais (jovens, mulheres, crianças e populações tradicionais) sobre a prevenção e combate ao desmatamento e queimadas ilegais como garantia de futuro sustentável.

6.3 Eixos e Resultados Estratégicos

Seguindo a organização histórica do PPCDAM federal, os governos estaduais tendem a estruturar seus PPCDQs com três eixos conceituais, que aglutinam as ações e estratégias a serem desenvolvidas, que seriam: comando e controle ambiental; ordenamento fundiário e territorial; e fomento a atividades produtivas sustentáveis. Em 2017, o Acre foi pioneiro, dentre todos os demais estados, ao destacar, em seu eixo de comando e controle, a importância de aspectos sobre a governabilidade do Plano, denominando-o ao final de: “Comando e Controle Ambiental, Gestão e Governança”.

Evoluindo nesta estratégia de reconhecimento de aspectos de governança como cruciais para o sucesso e efetividade do Plano, o PPCDQ-AC 2023 dispõe seus resultados esperados e ações organizadas em 4 Eixos Temáticos:

>>> Ordenamento Territorial e Fundiário (Eixo I) <<<

Foco na segurança jurídica territorial e na responsabilização por crimes ambientais.

>>> Atividades Produtivas Sustentáveis (Eixo II) <<<

Com o objetivo de fomentar a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

>>> Comando e Controle Ambiental (Eixo III) <<<

Foco na prevenção e redução do desmatamento e de incêndios florestais, assim como na responsabilização por crimes ambientais.

É um eixo de caráter transversal, que agrega ações relativas à gestão, governabilidade, suporte financeiro e monitoramento das ações, que tendem a perpassar, ou terem influência, sobre todas as demais ações ou resultados esperados. Este eixo está denominado de:

>>> Gestão e Governança (Eixo IV) <<<

Foco na articulação e controle interinstitucional, comunicação, prestação de contas e busca de suporte para as ações do Plano.

A partir dos exercícios coletivos interinstitucionais realizados no âmbito do CGI para revisão do Plano, os Resultados Estratégicos esperados para o PPCDQ-AC 2023 ficaram assim divididos por eixo (Figura 56).

Figura 55: Resultados Estratégicos por Eixo

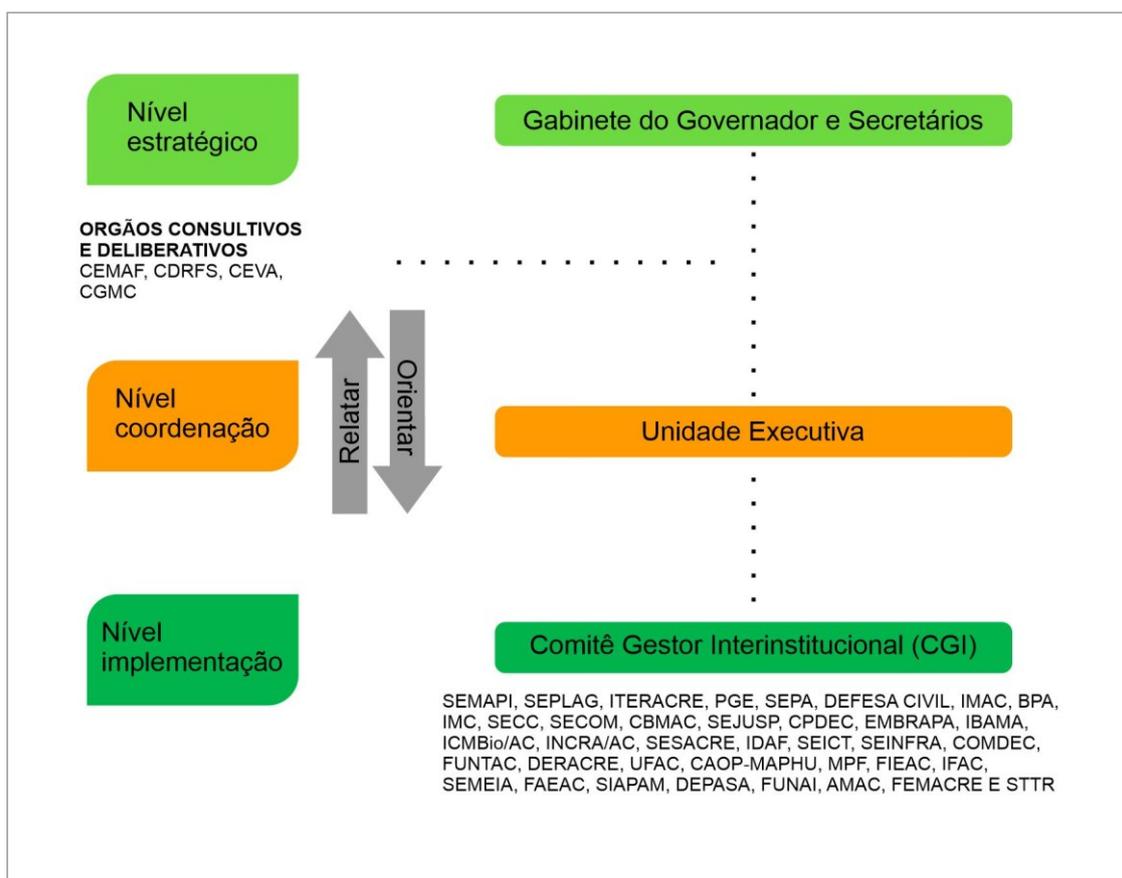
Eixos	Resultados Estratégicos
I - Ordenamento Territorial e Fundiário	<ul style="list-style-type: none">• Ordenamento fundiário e territorial desenvolvido• Áreas Naturais Protegidas estabelecidas e fortalecidas• Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) implantado
II - Incentivos Econômicos aos Sistemas Produtivos Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none">• Manejo florestal e sistemas produtivos sustentáveis fortalecidos• Produção sustentável fomentada• Bioeconomia fomentada
III - Comando e Controle Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalização e combate eficiente• Monitoramento aprimorado• Regularização ambiental desenvolvida no Estado
IV - Gestão e Governança	<ul style="list-style-type: none">• Sociedade sensibilizada sobre desmatamento e queimadas• Institucionalização do PPCDQ-AC realizada• Ações do PPCDQ-AC operativas, integradas e transparentes

Fonte: Oficinas participativas do CGI

6.4 Estrutura de Governança do Plano

O PPCDQ-AC 2023 define sua estrutura de governança em três níveis: estratégico, de coordenação e de operação/implementação (Figura 57). As composições institucionais de cada nível caracterizam o ordenamento de comando político-estratégico, que envolve desde o Governador e Secretários (nível estratégico), até todos os membros da CGI, nas suas respectivas responsabilizações operacionais, passando pelo nível de coordenação, que provê o diálogo e a interface entre os níveis anteriores, capitaneado por três secretarias: SECC, SEMA e SEPLAN, que compõem a Unidade Executiva do Plano.

Figura 56: Estrutura de Governança do PPCDQ-AC



Fonte: Oficinas participativas do CGI

Figura 57: Atribuições dos três níveis de Governança

NÍVEL ESTRATÉGICO	<ul style="list-style-type: none">• Propor ações de ajustes para Plano Operativo Anual (POA);• Acompanhar relatórios de monitoramento;• Articular politicamente;• Garantir recursos no orçamento;• Realizar alinhamento do PPCDQ-AC com demais instrumentos de planejamento
NÍVEL DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Definir instrumentos para institucionalização;• Coordenar o planejamento das ações;• Garantir a gestão administrativa e técnica;• Participar de grupos de trabalho específicos para cada tema;• Convocar e coordenar reuniões;• Monitorar as ações e resultados;• Elaborar relatório de monitoramento.
NÍVEL OPERACIONAL	<ul style="list-style-type: none">• Construir linhas de ação prioritárias;• Apresentar plano operativo anual;• Executar e acompanhar ações;• Participar de grupos de trabalho específicos para cada tema;• Acompanhar relatórios de monitoramento.

Fonte: Oficinas participativas do CGI

6.5 Matriz de Ações e Atividades

A seguir, será apresentada a Matriz de Ações e Atividades previstas para cada Eixo do PPCDQ-AC, que foi elaborada de forma participativa, discriminando as entidades responsáveis, parceiros, o período de execução previsto, a região de abrangência, as metas projetadas, a fonte de recursos e os valores de implementação estimados.

Matriz de Ações / PPCDQ-AC 2023-2027		Eixo I: ordenamento territorial e fundiário							
Resultado 1.1: Ordenamento fundiário e territorial desenvolvido		Indicadores: Percentual de áreas do estado com documento de regularização fundiária Percentual de propriedades no Estado com documento de regularização fundiária emitido Projetos de Assentamento ordenados							
Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor Essencial
Demarcação, destinação e regularização de glebas e áreas prioritárias	Identificar áreas com indefinição fundiária nos municípios prioritários conforme ZEE	ITERACRE	SEMA e EMBRAPA	2023-2023	Alto Acre e Baixo Acre	1.362 posses identificadas, considerando questões de gênero e juventude	Programa REM e Captação de recursos	R\$ 110.520,00	R\$ 633.527,30
	Aperfeiçoar o Sistema Estadual de Terras – SITACRE, com integração ao CIGMA	ITERACRE	SEPLAN, SEMA, INCRA, FUNAI, ICMBio, SPU e ITERPA	2023-2025	Estado do Acre	1 Sistema implantado	Captação de recurso	-	R\$5.000.000,00
	Promover o ordenamento fundiário e territorial no entorno da BR-364 e demais Rodovias Estaduais e Federais	ITERACRE	SEPLAN, SEMA, IMAC, SECC, Prefeituras Municipais, Sindicatos Rurais, PGE, SPU, IBAMA, ICMBio, INCRA, FUNAI e MPF	2024-2027	Estado do Acre	Propriedades regularizadas, considerando questões de gênero e juventude	Captação de recurso	-	R\$ 15.000.000,00
Regularização e ordenamento de projetos de assentamento	Criar, regularizar e gerenciar os projetos de assentamento (Polos Agroflorestais) conforme a função estabelecida para área	ITERACRE	SEMA, SEAGRI e MPE	2024-2027	Estado do Acre	PAs criados, regularizados e gerenciados	Recurso próprio e Captação de recurso externo	-	R\$ 20.000.000,00
		INCRA						R\$284.101,90	R\$ 1.221.638,17
	Titular PAs tradicionais estabelecidos antes de dezembro de 2015	INCRA	ITERACRE, SEMA e MPE	2023-2027	Estado do Acre	PAs regularizados	Recurso próprio e Programa REM	R\$ 90.751,28	R\$ 390.230,51
	Transformar PAs diferenciados em PAs tradicionais	INCRA	ITERACRE, SEMA e MPE	2023-2027	Estado do Acre	Projetos transformados	Recurso próprio e Programa REM	R\$ 26.089,52	R\$ 112.185,36

Matriz de Ações / PPCDQ-AC 2023-2027		Eixo I: ordenamento territorial e fundiário							
Resultado 1.2: Áreas Naturais Protegidas estabelecidas e fortalecidas		Indicadores: Efetividade das UCs presentes no estado Grau de estruturação dos Territórios Indígenas presentes no estado							
Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor Essencial
Implementação do SEANP	Consolidar a gestão de Unidades de Conservação estaduais	SEMA	SEPLAN, ICMBio, IBAMA, IMAC, BPA/PMAC, SECRETARIAS MUNICIPAIS DE M.A	2023-2027	Tarauacá, Mancio Lima, Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira, Santa Rosa do Purus e Bujari	01 Plano de Gestão (Floresta Afluenta) elaborado, 6 Planos de Gestão (Chandless, CFERG, Antimary, Japiim) revisados e atualizados; 9 Conselhos gestores de UCs Estaduais em funcionamento	PROAMP, AAF, Programa ARPA, Recurso próprio e PSAM	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.880.000,00
	Implementar ações voltadas à gestão integrada entre Áreas Protegidas transfronteiriças	SEMA	FUNAI e ICMBio	2024-2025	Estado do Acre	04 Encontros de cooperação multilateral realizados	Programa ARPA, Recurso próprio e Captação de recurso externo	-	R\$ 650.000,00
	Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP)	SEMA	FUNAI, ICMBio e ONGs	2024-2025	Estado do Acre	04 Encontros de Gestores de Áreas Naturais Protegidas realizados e 01 Plataforma Digital implementada para capacitar servidores	PROAMP, Recurso próprio, Programa ARPA, Rainforest Trust, PSAM, Doações Internacionais e Captação Externa	-	R\$ 3.000.000,00
	Criar câmara temática SEANP no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta - CEMAF	SEMA	CEMAF	2024-2025	Estado do Acre	Câmara temática criada, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio	Não se aplica	
Demarcação, ampliação, fortalecimento e estruturação de áreas naturais protegida	Atualizar e validar Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs para Territórios Indígenas	SEPI	SEMA, FUNAI, Organizações Indígenas e CPI	2023-2027	Estado do Acre	17 PGTIs atualizados e validados; 17 PGTIs validados; 40 projetos baseados no que está disposto nos PGTIs	Programa REM, Fundo Amazônia, Captação de recurso externo	R\$ 2.912.917,37	R\$ 3.000.000,00
	Analisar as reivindicações de revisões dos limites das terras indígenas	FUNAI, Organizações Indígenas e CPI	MPI-MJSP e MPF	2023-2027	Estado do Acre	Limites de terras indígenas revisadas conforme solicitação	Captação de recurso externo	-	R\$ 10.000.000,00
	Demarcar Territórios Indígenas em estudo	FUNAI	SEMA	2023-2027	Estado do Acre	05 TIs demarcadas	Captação de recursos	-	

Eixo I: ordenamento territorial e fundiário

Resultado 1.3: Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) implantado

Indicadores:

Projetos e políticas públicas de desenvolvimento socioambiental implantadas para as zonas e subzonas do ZEE

Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor Essencial
Consolidação da base cartográfica do ZEE Fase III	Publicar a atualização do mapa do ZEE Fase III e documento Executivo impresso.	SEMA	Secretarias de Estado	2023-2024	Estado do Acre	Mapa publicado e divulgação da base cartográfica nas Secretarias de Estado e plataformas oficiais de divulgação	Recurso próprio, Fundo Amazônia e Programa REM	-	R\$ 120.000,00
	Desenvolver e Revisar o Zoneamento Pedoclimático	SEMA e EMBRAPA	SEPLAN	2023-2023	Estado do Acre	Estudo do Zoneamentos pedoclimáticos revisados e publicados	Recurso próprio e Programa REM	R\$ 2.400.000,00	R\$ 1.200.000,00
	Criar e Implementar a Plataforma "ZEE Vivo"	SEMA	EMBRAPA e SEPLAN	2024-2027	-	1 Plataforma implementada	Recurso próprio e Programa REM	-	R\$ 2.500.000,00
Implementação e divulgação do ZEE Fase III	Validar e aprovar a Lei do ZEE Fase III pelo poder executivo	SEMA	SECC, SEPLAN, PGE e EMBRAPA	2023-2024	-	Lei do ZEE Fase III validada	-	Não se aplica	
	Estruturar a governança para acompanhamento do ZEE Fase III	SEMA	SECC, SEPLAN e EMBRAPA	2023-2025	-	Comissão de Coordenação do Zoneamento Ecológico-Econômico (CZEE) ativa e deliberando	Recurso próprio e Programa REM	-	R\$ 1.537.361,88
	Realizar campanhas de divulgação do ZEE Fase III	SEMA	SEPLAN, EMBRAPA e SECOM	2024-2027	Estado do Acre	1 campanha de divulgação realizada ao ano, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio e Programa REM Fase II	-	R\$ 637.309,60

Eixo II: Incentivos econômicos aos sistemas produtivos sustentáveis

Resultado 2.1: Manejo florestal e sistemas produtivos sustentáveis fortalecidos

Indicadores:
Autorizações de manejo emitidas
Concessões florestais
Áreas degradadas recuperadas

Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor essencial
Implantação e monitoramento de SAFs, ILPFs e sistemas produtivos sustentáveis	Atualizar Cartilhas Educativas	EMATER	SEAGRI, EMBRAPA, SEMA, SECOM, Instituições Financeiras, UFAC, IFAC, MAPA e FUNTAC	2024-2027	Estado do Acre	1 SAFs, 1 MÉTODOS DE ATER, 1 ROÇADOS SUSTENTÁVEIS	Captação de Recursos Externos	-	R\$ 500.000,00
	Fortalecer a produção de mudas, insumos e redes de sementes públicas	SEMA	SEPLAN, MAPA, SEAGRI, EMBRAPA, UFAC e FUNTAC	2023-2027	Estado do Acre	2.500.000 Mudas disponibilizadas, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio, PSAM e Programa REM	R\$ 1.100.000,00	R\$ 10.000.000,00
	Apoiar a recuperação de áreas alteradas ou degradadas (PRA)	SEMA	SEAGRI, EMBRAPA, EMATER e IBAMA	2023-2027	Estado do Acre	Apoiar a elaboração de 90 projetos simplificados de Recuperação de Áreas Alteradas e Degradadas - PRADAS ao ano	Recurso Próprio, PSAM, Programa REM e Captação de recursos externos	R\$ 1.600.000,00	R\$ 4.800.000,00
	Monitorar áreas alteradas, degradadas e reflorestadas (PRA)	SEMA	SEAGRI, EMBRAPA, EMATER e IBAMA	2023-2027	Estado do Acre	100 imóveis monitorados ao ano	Recurso próprio, PSAM, Programa REM e Captação de recursos externos	-	R\$ 4.000.000,00
	Normatização e emissão do Selo de Qualidade Ambiental	SEMA	SEAGRI, ITERACRE, IMAC, ANAC, EMBRAPA e IBAMA	2024-2027	Estado do Acre	Selo normatizado e 360 emitidos	Recurso Próprio e Captação de recursos externos	-	R\$ 3.600.000,00
	Plataforma de gerenciamento do selo de qualidade ambiental	SEMA	SEAGRI, ITERACRE, IMAC, ANAC, EMBRAPA e IBAMA	2024-2027	Estado do Acre	1 Plataforma implementada	Recurso Próprio e Captação de recursos externos	-	R\$ 1.000.000,00
Consolidação de arranjos normativos e instrumentos de gestão produtiva sustentável	Fomentar Edital de concessões florestais para produtos madeireiros	SEMA	IMAC, SFB e ICMBio	2023-2027	Taraucá - Gregório, Mogno e Liberdade	238.000,00 hectares com concessão florestal contratada	Recurso Próprio e Captação de Recursos via BNDS	-	R\$ 5.000.000,00
	Aprovar no CEMAF a resolução que regulamenta a reposição florestal no Estado do Acre	SEMA	PGE	2023 -2024	-	Resolução aprovada	-	Não se Aplica	
	Fomentar cadeias de valor da Sociobiodiversidade com planos de negócios	SEMA	SEAGRI, FUNTAC, SEPLAN e SEBRAE	2024-2027	Estado do Acre	8 Planos de Negócios e das cadeias de valores da sociobiodiversidade elaborados e implementados	Recurso próprio, PROAMP e Captação de recursos	-	R\$ 1.000.000,00
	Fortalecer as organizações sociais nas Unidades de Conservação Estaduais	SEMA	SEAGRI, FUNTAC, SEPLAN e SEBRAE	2024-2027	Estado do Acre	8 organizações sociais capacitadas	Recurso próprio, PROAMP e Captação de recursos	-	R\$ 1.000.000,00
	Habilitar áreas de florestas públicas em PAs diferenciados e atualizar respectivos Planos de utilização	INCRA	SEMA, IMAC, SEAGRI, EMATER, ITERACRE, ICMBio, UFAC, IFAC, FUNTAC, FAPAC e Prefeituras	2023-2025	Estado do Acre	Planos de utilização atualizados	Recurso próprio	R\$ 20.592,00	R\$ 82.592,00

Eixo II: Incentivos econômicos aos sistemas produtivos sustentáveis

Resultado 2.2: Produção sustentável fomentada

Indicadores:
Famílias atendidas por ATER
Produtividade por área das cadeias produtivas

Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor Essencial	
Fortalecimento e Extensão	Desenvolver e implantar o Sistema de informações agrícolas (SIAGRO)	SEAGRI	SEPLAN, SEMA, IMC, SEAD, EMBRAPA e IDAF	2024-2026	-	1 Sistema implantado	Recurso Próprio, Programa REM, PROAMP/BID, Fundo Amazônia e Captação de recurso externo	-	R\$ 2.000.000,00	0.000,00
	Apoiar e ampliar a comercialização de produtos sustentáveis prioritários (PNAE e PAA)	SEAGRI e EMATER	SEPI, SEE, CONAB, Prefeituras Municipais, SEASD, SEBRAE e SENAR	2023-2027	Estado do Acre	200 organizações atendidas e Ampliação do acesso de produtores e empreendimentos familiares as compras institucionais	Programa REM, Ministério da Educação (FNDE), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agroecologia - MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Recurso Próprio	-	R\$ 45.840.000,00	00.000,00
	Apoio de Assistência Técnica e Extensão Rural para incorporação das áreas alteradas ou degradadas	EMATER	SEMA, CONAB, SEE, GIZ, Organização das Cooperativas do Brasil, IFAC, UFAC, EXERCITO, PMs	2023-2027	Estado do Acre	3.500 Famílias atendidas por ano	Recurso próprio, Programa REM, PROAMP/BID, Fundo Amazônia e Captação de recurso externo	-	R\$ 22.800.000,00	0.000,00
	Incorporar áreas alteradas ou degradadas em sistemas produtivos (SAFs e ILPFs)	SEAGRI	EMATER, EMBRAPA, SEMA, IBAMA, UFAC E IFAC	2023-2027	Estado do Acre	10.200 hectares/ao ano incorporados, considerando questões de gênero e juventude	Plano ABC+, PROAMP/BID, Recurso Próprio, Programa REM (Projeto Pecuária+ Eficiente), Captação de recurso externo e Emenda parlamentar	-	R\$ 153.400.000,00	0.600,00
	Ampliar e aprimorar o sistema de armazenamento e beneficiamento das cadeias produtivas sustentáveis	SEAGRI e CAGEACRE	SEPLAN e IMAC	2024-2027	Alto Acre, Baixo Acre e Juruá	Implantar e ampliar estruturas de armazenamento e beneficiamento	Recurso próprio e Captação de recurso externo	-	R\$ 60.856.000,00	0.000,00
Fortalecimento e Extensão	Levantamentos técnicos científicos para o fortalecimento dos sistemas produtivos do Estado do Acre	FUNTAC	SEAGRI, SEICT, FIEAC, IFAC, UFAC, EMBRAPA e SEMA	2023-2027	Estado do Acre	18 Pesquisas realizadas fortalecendo os sistemas produtivos do Acre	Captação de Recurso	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.500.000,00	0.000,00
	Desenvolver, Estruturar e Fomentar o turismo de base comunitária, de pequena escala, etnoturismo, ecoturismo, turismo religioso e turismo rural, incluindo áreas naturais protegidas.	SETE	SEAGRI, SEBRAE, SEMA, SEPLAN, FIEAC, FECOMERCIO, Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Acre e Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade-CETUR - FECOMERCIO Acre, SECOM, PMs, FAEAC, IFAC, UFAC, Conselho Estadual de Turismo CET, DERACRE, ICMBio, FUNAI e SEINFRA	2023-2027	Alto Acre e Juruá (2023) - Estado do Acre (2024-2027)	4 rotas de Enoturismo reestruturadas; 05 Planos de base Comunitária Implementados e Monitorados; 02 rotas estruturadas para o Turismo Religioso e 3 rotas estruturadas para o Turismo Rural.	Recurso próprio e Programa REM e Captação de Recursos	-	R\$ 22.000.000,00	

Eixo II: Incentivos econômicos aos sistemas produtivos sustentáveis

Resultado 2.3: Bioeconomia fomentada		Indicadores: Produção das cadeias da sociobioeconomia							
Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor essencial
Fortalecimento e verticalização das cadeias da sociobioeconomia economicamente viáveis	Regulamentar, ampliar e consolidar a comercialização de produtos da sociobiodiversidade	SEE e SEAGRI	SEPLAN, SEMA, IDAF, ICMBio, FUNAI, UNB, IMAC, POLICIA FEDERAL, GIZ, MAPA e IMC	2023-2027	Estado do Acre	06 cadeias de produtos da sociobiodiversidade consolidadas	Recurso próprio, Programa REM, PROAMP/BID, Fundo Amazônia e Emenda Parmalamentar, Captação de recurso externo	-	R\$ 56.000.000,00
		SEE e IMC	SEPLAN, SEMA, IDAF, ICMBio, FUNAI, UNB, IMAC, POLICIA FEDERAL, GIZ, MAPA e SEAGRI			1 câmara temática da sociobiodiversidade - CTS criada; 1 diagnóstico regulamentado dentro das CTs sobre a regulamentação dos produtos da sociobiodiversidade	Recurso próprio, Programa REM (Fase II), PROAMP/BID e Captação de Recursos Externos	-	R\$ 1.000.000,00
	Estruturar e operacionalizar o Núcleo Inovação Tecnológica, divulgação e conhecimento.	FUNTAC	Secretarias do Estado do Acre	2023-2027	Estado do Acre	7 patentes emitidas	captação de recursos	-	R\$ 1.000.000,00
	Promover a inserção de selos e marcas de origem, para agregação de valor de produtos oriundos da amazônia	SEAGRI	SEPLAN, SEMA, SEBRAE, SEICIT, IDAF, FUNTAC e Vigilância Sanitária	2023-2027	Estado do Acre	03 selos ou marcas de origem Implantados	Recurso próprio, Programa REM, PROAMP/BID e Captação de recurso externo	-	R\$ 3.654.450,00
	Capacitar empreendedores/as, cooperativas e associações sobre arranjos produtivos e comerciais de produtos da sociobiodiversidade	SEAGRI, EMATER e FUNTAC	SEPLAN, SEMA, IDAF, SENAR, OCB, SEBRAE, FIEAC, Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Acre, SEICT e ICMBio	2023-2027	Estado do Acre	16 capacitações realizadas, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio, Programa REM, Fundo Amazônia, PROAMP/BID, Captação de recurso externo e Emendas Parlamentares	-	R\$ 5.000.000,00
Revitalização do SISA	Elaborar o planejamento estratégico integrado da governança do SISA, com criação de métricas e indicadores de desempenho, acompanhados de POA	IMC	SECC, SEMA, SEPLAN, CEVA, CPI, CTI, FUNAI e ICMBio	2023-2027	-	1 Câmara temática da juventude criada e Governança do SISA fortalecida	Programa REM	R\$ 439.780,60	R\$ 9.000.000,00
	Fortalecer a governança do SISA e as instituições públicas que atuam no sistema de incentivos ambientais	IMC	SEPLAN, CEVA, SEMA, GIZ e Representações sociais públicas e Municipais	2023-2027	-	30 reuniões da governança do SISA realizadas por ano, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio e Programa REM		
	Regulamentar e incorporar os Programas do SISA	IMC	SEPLAN, SEMA, SEAGRI, CEVA, CPI, CTI, FUNAI e ICMBio	2023-2027	-	3 programas regulamentados	-	Não se aplica	
	Informatizar o Sistema Estadual de Registro para contabilidade de emissões	IMC	SEPLAN, CDSA, SEMA, CEVA, ICMBio e FUNAI	2023-2023	-	1 Sistema de registro e monitoramento de projetos especiais informatizado, desenvolvido e a manutenção por 4 anos	Programa REM Fase II	R\$ 459.550,98	R\$ 800.000,00
	Institucionalizar o sistema de salvaguardas socioambientais	IMC	SEPLAN, CDSA, SEMA, CEVA, ICMBio, CPI, CTI, FUNAI e GIZ	2023-2023	-	1GTT de Sistema de salvaguardas socioambientais criado	Programa REM Fase II	R\$ 122.343,00	-

Eixo III: Comando e Controle Ambiental

Matriz de Ações / PPCDQ-AC 2023-2027

Resultado 3.1: Fiscalização e combate eficiente

Indicadores:
Focos de calor em vegetação primária e área antropizada
Incêndios florestais atendidos
Operações de fiscalização realizadas
Áreas responsabilizadas por desmatamento ilegal
Volume de recursos captados por meio das autuações aplicadas

Ação	Atividades	Responsáveis	Parcelos	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor essencial
Atendimento das demandas de fiscalização com patrulhamento especializado e suporte informativo e logístico	Realizar ações integradas de prevenção e combate ao desmatamento em áreas e municípios prioritários	SEMA, BPA/PMAC e IMAC	CBMAC, Defesa Civil-AC, SEMA, SEPLAN, SEJUSP/CIOPAER, ICMBio, IBAMA, INCRA, FUNAI, SEMEIAS e Prefeituras Municipais	2023-2027	Estado do Acre	240 ações integradas realizadas (48 ações/ano)	Recurso próprio, Fundo Amazonia, Governo Federal e Programa REM	R\$ 3.700.000	R\$ 13.150.000,00
	Realizar ações de fiscalização em áreas de fronteira com outros estados	SEMA, IMAC, SEPLAN, BPA/PMAC, IBAMA, ICMBio, PF, PRF e MJ FUNAI	CBMAC, Defesa Civil-AC, SEJUSP/CIOPAER, SEMEIAS, IPAAM, SEDAM, INCRA e Consórcio da Amazônia Legal - CAL	2023-2027	Áreas de Fronteiras do Estado do Acre	100 ações realizadas em área de fronteira com acréscimo de 10% ano 20 ações realizadas em áreas de fronteira	Recurso próprio, Governo Federal, Programa REM e Fundo Amazonia Governo Federal e Programa REM e Fundo Amazonia	-	
	Realizar ações integradas de prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais em áreas e municípios prioritários	CBMAC e SEMA	BPA/PMAC, IMAC, Defesa Civil-AC, SEMEIAS, PMs, SEPLAN, SEJUSP/CIOPAER, ICMBio, IBAMA, INCRA e FUNAI	2023-2027	Acrelândia, Brasília, Bujari, Cruzeiro do Sul, Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira, Tarauacá, Rio Branco e Xapuri. Conforme Decreto 11.271 - 4/07/2023 ou Decreto	80 ações integradas realizadas com acréscimo 10% ao ano	Recurso próprio e Programa REM	R\$ 500.000,00	
	Ampliar, capacitar e instrumentalizar brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais em UCs Estaduais	SEMA e SEMEIAS CBMAC e SEMEIAS	SEPLAN, SEJUSP/CIOPAER, Defesa Civil-AC, IBAMA, ICMBio e ONGs (SOS Amazônia e MAP-fire)	2023-2027	Estado do Acre	90 brigadistas atuando em 9 Ucs Estaduais 120 brigadistas municipais estruturados	Recurso próprio, Projeto ASL, FVG 2023 e Captação de recurso externo	R\$ 900.000,00	R\$ 19.000.000,00
	Ampliar e instrumentalizar brigadas de incêndios ambientais municipais	CBMAC	SEPLAN, SEMA, IBAMA, ICMBio, SEJUSP/CIOPAER e Defesa Civil-AC	2023-2027	Alto Acre, Tarauacá, Purus, Baixo Acre e Juruá	22 brigadas municipais - Estrutura fortalecida	Recurso próprio, Projeto ASL e Captação de recurso externo	-	R\$ 770.000,00
	Ampliar, capacitar e instrumentalizar os Territórios Indígenas para combate à incêndios e vigilância territorial	SEPI	SEMA, BPA/PMAC, CBMAC, SEPLAN, e IBAMA	2024-2027	Estado do Acre	06 TIs apoiados	Recurso próprio, Captação de recurso externo e Programa REM	-	R\$ 1.600.000,00
	Reformar, instrumentalizar e manter equipes nas UGAIs (Unidades de Gestão Ambiental Integrada) para suporte nas missões fiscalizatórias e outras ações da gestão pública	SEMA	SEPLAN, IMAC, ITERACRE, IDAF, Polícia Civil e BPA/PMAC	2023-2027	Bujari, Manoel Urbano, Tarauacá e Cruzeiro do Sul	5 UGAIs com Estrutura fortalecida	Recurso próprio, Programa REM, PROAMP - BID e Captação de recurso externo	R\$ 907.415,00	R\$ 34.000.000,00
	Consolidar e informatizar os procedimentos, normas, fluxos processuais, de sanções e apreensões ambientais	IMAC	SEMA, CBMAC, PGE, MPE e IBAMA	2025-2027	-	1 Sistema integrado aos dados do CAR e o PRA e com o licenciamento ambiental com as normas, fluxos e procedimentos consolidados	Recurso próprio	R\$ 4.000.000,00	-
	Implantar sistema de procedimentos normas, fluxos processuais e procedimentos de sanções e apreensões ambientais	BPA	SEMA, IMAC, CBMAC, PGE, MPE e IBAMA	2024-2027	-	1 Sistema com as Normas, fluxos e procedimentos consolidados	Recurso próprio, Programa REM e BID (PROAMP)	2.000.000,00	-
	Atualizar normas orientadoras, procedimentos e fluxos processuais do licenciamento ambiental	IMAC	SEMA, PGE, MPE e SEPLAN	2024-2026	-	Normas atualizadas e fluxos processuais estabelecidos	Apoio GIZ	-	-

Normatização de procedimentos e articulações interinstitucionais	Criar e operacionalizar Programa Estadual de Brigadas em UCs Estaduais	SEMA e CBMAC	IBAMA, ICMbio e ONGs	2024	Rio Branco, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e Mâncio Lima	Programas Criados	Recurso próprio	Não se aplica	
	Estabelecer Acordos de Gestão para garantia de perenidade e sustentabilidade das UGAls	SEMA	SEPLAN, IMAC, ITERACRE, IDAF, Polícia Civil e BPA/PMAC	2024-2027	Estado do Acre	Acordos de gestão das UGAls estabelecidos	-	Não se aplica	
	Firmar acordos com prefeituras para disponibilização de equipe e estrutura de apoio ao CBMAC no período crítico de queimadas	CBMAC	SEMA, SEPLAN, Defesa Civil, Prefeituras e SEMEIAS	2024-2027	Estado do Acre	22 acordos firmados	-	Não se aplica	
	Implantar sistema estadual de outorga e fiscalização	IMAC e SEMA	CBMAC, Defesa Civil	2023-2025	Estado do Acre	Implementar módulo de outorga e módulo de fiscalização	PROGESTÃO e Captação de Recurso Externo	200.000,00	400.000,00
	Manual de fiscalização e outorga	IMAC	SEMA e Agencia Nacional de Águas - ANA	2023-2026	-	1 Manual criado e divulgado	Recurso próprio, PROGESTÃO, Fundo Amazonia, REM/KFW	-	100.000,00
	Aprimorar fluxo compartilhado com instituições do sistema de justiça para solução de conflitos agrários e questões ambientais	MPE, PGE e IMAC	SEMA, TJAC, PMAC, PCAC, ITEACRE, SEMA, INCRA e IBAMA	2023-2025	-	Fluxo aprimorado, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio	Não se aplica	

Matriz de Ações / PPCDQ-AC 2023-2027		Eixo III: Comando e Controle Ambiental							
Resultado 3.2: Monitoramento aprimorado		Indicadores: Alertas de desmatamento e queimadas emitidos Fiscalizações realizadas de forma remota							
Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor essencial
Implementação de Plataforma tecnológica, integrada e transparente, para melhoria de eficiência nas ações de comando e controle	Integrar, regionalizar e compartilhar dados de desmatamento e queimadas	SEMA	SEPLAN, Prefeituras Municipais e CGI	2023-2027	Estado do Acre	60 boletins emitidos (12 Notas técnicas/ano)	Recurso próprio e Programa REM	R\$ 1.440.000,00	R\$ 4.320.000,00
	Implantar procedimento de monitoramento e fiscalização remota e com estrutura de atendimento	SEMA e IMAC	PGE, MPE, SEPLAN, SECC, IBAMA, Mapbiomas e GIZ	2023-2025	-	Procedimento de fiscalização remota implantada	Recurso próprio, Programa REM e Captação de recurso externo	R\$ 1.800.000,00	R\$ 54.000.000,00
	Implementar plataforma de monitoramento virtual do Programa REM	SEPLAN	Equipe de desenvolvedores	2023-2023	-	1 Plataforma implementada e disponibilizada	Programa REM	R\$ 182.166,68	R\$ 364.333,36
	Lançar editais para pesquisas sobre impacto do desmatamento legal e ilegal e queimadas com instituições de ensino	FAPAC e SEMA	SEPLAN, SECOM, UFAC, IFAC, FUNTAC, FAPAC e Servir Amazonia e IEPTec	2024-2027	-	12 mil estudantes atendidos considerando questões de gênero e juventude. Fase 1: 2024 (atingir 20% da clientela estudantil). Fase 2: 2025 (atingir 40% da clientela estudantil) Fase 3: 2026 (atingir 70% da clientela estudantil) Fase 4: 2027 (atingir 100% da clientela estudantil)	Recurso próprio, Ministério da Educação, SEE, Emenda Parlamentar e Captação de recurso externo	-	R\$ 29.000.000,00
Demarcação e estruturação de áreas naturais protegidas	Controlar a descaracterização de Unidades de Conservação	SEMA e ITERACRE	ICMBio, IBAMA, SPU, INCRA, BPA, SEJUSP E PGE	2023-2027	Estado do Acre	6 UCs com seu perfil de uso e ocupação implementados.	Recurso próprio, Programa ARPA e PROAMP	-	R\$ 1.500.000,00

Matriz de Ações / PPCDQ-AC 2023-2027

Eixo III: Comando e Controle Ambiental

Resultado 3.3: Regularização ambiental desenvolvida no Estado

Indicadores:
Análise do CAR
Áreas em processo de regularização ambiental pelas políticas do CAR/PRA

Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor essencial
Ampliação da política de CAR/PRA do Estado	Analisar e retificar Cadastros Ambientais Rurais	SEMA	IMAC, INCRA e GIZ	2023-2027	Estado do Acre	800 CARs analisados ou retificados por ano, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio, Programa REM Fase II, ASL (GEF) e Captação de recurso externo	R\$ 2.514.000,00	R\$ 4.190.000,01
	Espacializar e atualizar Cadastros Ambientais Rurais dos PAs	SEMA	IMAC, INCRA e GIZ	2024-2027	Estado do Acre	88 PAs com CARs atualizados	Recurso próprio, Programa REM e Captação de recurso externo		
	Ampliar a adesão ao Programa de Regularização Ambiental	SEMA	IMAC, SEPLAN, SEAGRI, INCRA e GIZ	2023-2027	Estado do Acre	Novos proprietários aderentes ao PRA, através dos mutirões ambientais, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio, Projeto Floresta+, Captação de recurso externo e Programa REM	-	R\$ 2.040.000,00
Atualização e aprimoramento dos fluxos processuais para o CAR e PRA	Aperfeiçoar e implementar módulo de monitoramento dos PRADAs	SEMA	GIZ e SFB/MMA	2023-2023	Estado do Acre	1 Módulo implantado e aperfeiçoado	Recurso próprio, Programa REM, ASL e Captação de recurso externo	R\$ 480.000,00	R\$ 1.000.000,00
	Capacitar técnicos/as e agentes multiplicadores/as em elaboração de PRADAs	SEMA	IMAC, MPE, SEPLAN, SEAGRI, EMATER, IFAC, UFAC, IEPTec e GIZ	2023-2027	Estado do Acre	100 Pessoas capacitadas	Recurso próprio e Programa REM	R\$ 30.000,00	150.000,00

Eixo IV: Gestão e Governança

Resultado 4.1: Sociedade sensibilizada sobre desmatamento e queimadas

Indicadores:
Indivíduos sensibilizados e capacitados para prevenção do desmatamento e queimadas

Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor essencial
Capacitações e formação de agentes, técnicos e multiplicadores	Capacitar técnicos/as, brigadistas e demais atores para combate e prevenção ao desmatamento e queimadas e proteção à fauna	SEMA, CBMAC, BPA/PMAC e Prefeituras	SEPLAN, SEJUSP/CIOPAER, IMAC, ICMBio e IBAMA	2023-2027	Estado do Acre	5.000 pessoas sensibilizadas (Meta total), considerando: 220 produtores/as rurais capacitados/as, 4.000 pessoas sensibilizadas com palestras educativas e 50 brigadas capacitadas por ano e 50 agentes policiais capacitados/as por ano; 250 pessoas sensibilizadas em visitas em comunidades e 50 servidores/as militares capacitados/as; 04 cursos de formação de agentes agroflorestais (120 indígenas formados nos cursos), 6 capacitações técnicas dos gestores e atores-chave a gestão das ANPs e 20 cursos de capacitação realizados em 9 UCs (200 comunitários/as capacitados); 249 bombeiros/as, 50 brigadistas, 80 policiais militares e 20 operadores/as capacitados/as; 40 técnicos/as da PMAC e IMAC capacitados/as para uso de drone Devem ser consideradas questões de gênero e juventude	Recurso próprio, PSAM e Programa REM	R\$ 1.220.000,00	
	Capacitar gestores/as, técnicos/as e demais agentes de campo, continuamente, para monitoramento, uso de dados, fiscalização e combate	SEMA e BPA/PMAC	Censipam, CBMAC, SEJUSP/CIOPAER, IMAC, ICMBio e IBAMA	2023-2027	Alto Acre, Tarauacá, Purus, Baixo Acre e Juruá		Recurso próprio, PSAM e Programa REM Fase II		
	Promover intercâmbio de integração com delegados/as e escrivães para procedimentos de responsabilização por crimes ambientais	SEMA e POLICIA CIVIL	SEJUSP, MPE, BPA/PMAC, PMAC, SEMA, IBAMA, FUNAI, ICMBio, MPF e Polícia Federal	2024-2027	-	1 evento realizado ao ano, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio e Programa REM	-	R\$ 600.000,00
	Capacitar e equipar agentes indígenas em vigilância territorial	SEPI	SEMA, BPA/PMAC, IBAMA, CBMAC, FUNAI, SEJUSP/CIOPAER, IMAC e ICMBio	2023-2027	Estado do Acre	240 pessoas capacitadas e 34 terras equipadas, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio e Programa REM	-	R\$ 5.000.000,00
Realização de campanhas e ações de educação ambiental para redução do desmatamento, queimadas e licenciamento Ambiental	Atualizar, aprovar e implementar Plano Estadual de Educação Ambiental	SEMA	COMEAA	2023-2025	-	1 Plano aprovado	Recurso próprio e Programa REM	-	R\$ 400.000,00
	Atualização da Comissão Estadual de Educação Ambiental - COMEEA	SEMA	IMAC e Gestores	2023	-	1 Minuta de atualização dos membros da COMEEA publicada e ativa	Recurso próprio, Captação de recurso externo e Programa REM	Não se Aplica	
	Difusão em Educação Ambiental (EAD e Cursos presenciais)	SEMA	IMAC, SECC, SEPLAN, SECOM, SEAGRI, EMBRAPA, IMC, UFAC, IFAC, PGE e SEE	2025-2027	Estado Acre	22 Municípios atendidos com no mínimo 1 gestor capacitado nas temáticas de Educação Ambiental	Recurso próprio, Programa REM e Fundo Amazônia	-	720.000,00
	Implementar e ampliar ação continuada em Educação Ambiental ao combate do Desmatamento e Queimadas	SEMA	IMAC, CBMAC, SECC, SEPLAN, BPA, SECOM, SEAGRI, EMBRAPA, IMC, UFAC, IFAC, PGE e SEE	2024-2027	Estado Acre	10 Municípios prioritários, conforme Decreto. 11.271 - 4/07/2023 ou Decreto Vigente	Recurso próprio, Programa REM, Fundo Amazônia e Captação de recurso externo	-	350.000,00
	Efetuar campanhas de divulgação e difusão para o licenciamento ambiental	IMAC e SEMA	SECOM e Prefeituras Municipais	2023-2027	Estado do Acre	5 campanhas de divulgação realizadas, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio e Captação de recurso externo	300.000,00	1.350.000,00

Resultado 4.2: Institucionalização do PPCDQ-AC realizada

Indicadores:
Instituições da CGI integradas

Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor essencial
Definição e estruturação de arranjos, procedimentos e responsabilidades	Alinhar o compartilhamento da competência de autuações de infrações, considerando esferas civis e criminais	PGE	SEJUSP, BPA, CBMAC, MPE, SEMA, IMAC, SEPLAN, IBAMA e ICMBio	2024-2025	-	Procedimentos definidos e compartilhados	Recurso próprio	Não se aplica	
Desconcentração e descentralização da gestão ambiental (municípios e CIMAs)	Fortalecer, capacitar e envolver os municípios prioritários para realização do fortalecimento da gestão ambiental	SEMA	AMAC, Prefeituras, ITERACRE, IMAC, e SEPLAN	2024-2027	Acrelândia, Brasileia, Bujari, Cruzeiro do Sul, Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira, Tarauaca, Rio Branco, Xapuri	11 prefeituras fortalecidas	Recurso próprio, Programa Rem e Captação de recurso externo	-	R\$ 6.569.731,65
	Agrupar a gestão ambiental nas Grandes Regionais (CIMAs)	SEMA	SEPLAN, BPA/PMAC, ITERACRE, IMAC, PGE, MPE e demais estados da AML	2023-2027	Cruzeiro do Sul, Brasília e Feijó	3 núcleos implementados	Recurso próprio e Captação de recurso externo	5.666.210,55	-
	Fortalecer a implementação do PPCDQ para os municípios (PPCDQMs), conforme criticidade, necessidades e contribuições locais	SEMA	AMAC, Prefeituras Municipais, SEPLAN, PGE e MPE	2023-2027	Estado do Acre	22 PPCDQs municipais atualizados e implementados	Recurso próprio, Programa Rem e Captação de recurso externo	-	2.562.000,00
	Atualizar critérios de repartição de ICMS Ecológico	SEMA, IMC e SEFAZ	Prefeituras municipais, SEPLAN, PGE e MPE	2023-2024	-	Critérios de repartição de ICMS Ecológico atualizados	-	Não se aplica	

Resultado 4.3: Ações do PPCDQ-AC operativas, integradas e transparentes

Indicadores:
Volume de recursos captados

Ação	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Período	Região	Meta	Fonte de recursos	Valor	Valor essencial
Implantação de Centro de Gestão, Monitoramento e Captação de Recursos do PPCDQ-AC	Implementar núcleo estratégico de gestão e monitoramento de resultados do PPCDQ-AC, com diretrizes estabelecidas	SEMA e SECC	CGI	2023-2024	-	Núcleo em funcionamento	Recurso próprio, Programa Rem e Captação de recurso externo	-	R\$ 1.836.179,06
	Instrumentalizar o CIGMA como <i>locus</i> de convergência, integração e compartilhamento de informações sobre o PPCDQ-AC	SEMA	CGI	2023-2024	-	CIGMA instrumentalizado	Recurso próprio, Programa Rem e Captação de recurso externo	-	
	Desenvolver plataforma de transparência, para divulgação e compartilhamento público de dados - incluindo prestação de contas sobre uso de recursos do PPCDQ	SEMA	GIZ	2024-2027	Estado do Acre	8 boletins semestrais compartilhados	Recurso próprio, Programa Rem e Captação de recurso externo	-	
	Montar forças-tarefas para captação de recursos às ações vinculadas ao PPCDQ-AC	SEPLAN e SEMA	CGI	2023-2027	-	Recursos captados	Recurso próprio, Programa Rem e Captação de recurso externo	-	
Fortalecimentos institucionais e integrações interinstitucionais	Realizar o fortalecimento institucional do SEMA	SEMA	SEPLAN	2024-2027	-	Estrutura fortalecida	Captação de recurso externo	-	R\$ 20.000.000,00
	Realizar o fortalecimento institucional do ITERACRE	ITERACRE	SEPLAN e SEMA	2023-2027	-	Estrutura fortalecida	Captação de recurso externo	-	R\$ 50.000.000,00
	Realizar o fortalecimento institucional da sede e dos escritórios locais da SEAGRI	SEAGRI	SEPLAN	2023-2027	Estado do Acre	Estrutura fortalecida	PROAMP/BID e Captação de recurso externo	-	R\$ 545.000.000,00
	Realizar o fortalecimento institucional da EM	SEAGRI	SEPLAN	2023-2027	Estado do Acre	Estrutura fortalecida	Captação de recurso externo	-	R\$ 60.000.000,00
	Realizar o fortalecimento institucional do IMC	IMC	SEPLAN e SEMA	2023-2027	-	Estrutura fortalecida	Captação de recurso externo	-	R\$ 45.000.000,00
	Realizar o fortalecimento institucional do IMAC	IMAC	SEMA e SEPLAN	2023-2027	Estado do Acre	Estrutura fortalecida	Recurso próprio, PROAMP e Captação de recurso externo	R\$ 6.352.775,00	R\$ 14.467.000,00
	Realizar o fortalecimento institucional da FUNTAC	FUNTAC	SEICT, SEMA e SEPLAN	2023-2027	-	Estrutura fortalecida	Recurso próprio e Captação de recurso externo	-	R\$ 7.100.000,00
	Realizar o fortalecimento institucional do CBMAC e a Defesa civil para o combate à queimadas	CBMAC	SEPLAN e SEMA	2023-2027	Estado do Acre	Estrutura fortalecida	Recurso próprio e Captação de recurso externo	-	R\$ 20.000.000,00
	Realizar o fortalecimento institucional do BPA/PMAC, Polícia civil e Delegacias de polícia do interior	BPA/PMAC	SEPLAN e SEMA	2023-2027	Estado do Acre	Estrutura fortalecida	Captação de recurso externo	-	R\$ 45.000.000,00
Elaboração de POAs anuais para cada uma das Ações do PPCDQ-AC	SEMA	CGI	2023-2027	-	POAs elaborados, considerando questões de gênero e juventude	Recurso próprio	-	Não se aplica	



6.6 Indicadores Agregados

Lista inicial para monitoramento

Uma lista de indicadores agregados, de caráter finalístico, foi estruturada no sentido de responder pela visibilidade interna e externa do Plano, devendo funcionar, futuramente, como um painel analítico sobre sua evolução efetiva. Elencada a partir de exercícios participativos com membros do CGI, essa lista/painel deverá se fundamentar na projeção de redução de desmatamento proposto no item anterior, indicando outros referenciais analíticos, coadunados ao modelo de indicadores SMART (**S**, específicos - tem escopo delimitado; **M**, mensurável – é possível medir se foi alcançado ou não; **A**, alcançável - é possível de realizar; **R**, relevante – é relevante para propósito, atrelada a sua missão do projeto; e, **T**, temporal - tem um período para ser realizado, tem prazo final definido). Importante salientar que este conjunto de indicadores está sendo trabalhado para diferentes estados amazônicos, conformando uma proposta de monitoramento conjugado a ser capitaneado pelo CAL, em parceria com a GIZ e outras entidades. Com referencial de marco zero e metas estabelecidas ano a ano, o Plano de Monitoramento do PPCDQ-AC 2023 pode e deve ser entendido também como um compromisso do Estado perante a sociedade regional, nacional e internacional.

Lista de indicadores para monitoramento - PPCDQ-AC 2023-2027

Objetivo do plano: Reduzir em 50% (linha de base: média de 2017 a 2022) as taxas de desmatamento no Acre até 2027, garantindo a proteção e o manejo das áreas naturais protegidas e a gestão sustentável das propriedades rurais

Nível	Descrição do nível	Indicador	Definição
Objetivo do Plano	Reduzir em 50% as taxas de desmatamento no Acre até 2027, garantindo a proteção e o manejo das áreas naturais protegidas e a gestão sustentável das propriedades rurais. Linha de base: média 2017-2022	Taxa de desmatamento	Área média do desmatamento, no período do plano, considerando o corte raso de floresta primária estimada por satélite no período / ano PRODES (agosto a julho), desconsiderando as áreas de silviculturas e com vegetação secundária e estratificado por categoria fundiária e por zonas e subzonas do ZEE
		Desmatamento ilegal	Taxa de desmatamento total suprimida do somatório das áreas com desmatamento autorizado pelos órgãos ambientais competentes (autorização para supressão da vegetação nativa para uso alternativo do solo), segregando entre áreas privadas e áreas protegidas (UCs e TIs) e estratificado por categoria fundiária e por zonas e subzonas do ZEE
		Área com supressão autorizada	Somatório das áreas com desmatamento que possuem autorização de supressão vegetal emitida pelos órgãos ambientais competentes no âmbito estadual e federal, desconsiderando as áreas que foram autorizadas, mas não foram efetivamente suprimidas e considerando questões de gênero e juventude
		Degradação florestal	Somatório das áreas que apresentaram degradação em área de floresta no estado, constatado em cada imagem e de forma amostral para o período de referência, apenas considerando os filtros de classes "degradação" e "corte seletivo desordenado"
		Emissão de CO ₂ florestal	Emissão de gases de efeito estufa (GEE), calculada por meio da subtração da área autorizada para supressão da vegetação (desmatamento total), do incremento de desmatamento a corte raso e da degradação florestal. Deverá ser considerado o setor de "Mudança de Uso da Terra e Floresta" e desconsiderados os "Resíduos Florestais"
Resultado 1.1	Ordenamento fundiário e territorial desenvolvido	Percentual de áreas do estado com documento de regularização fundiária	Somatória das áreas abrangidas pelos documentos de regularização fundiária que foram emitidos no período sobre a área total do estado, considerando questões de gênero e juventude
		Percentual de propriedades com documento de regularização fundiária emitido	Número de propriedades com documentos de regularização fundiária emitidos no período sobre o total de propriedades identificadas no estado, considerando questões de gênero e juventude

Lista de indicadores para monitoramento - PPCDQ-AC 2023-2027

Objetivo do plano: Reduzir em 50% (linha de base: média de 2017 a 2022) as taxas de desmatamento no Acre até 2027, garantindo a proteção e o manejo das áreas naturais protegidas e a gestão sustentável das propriedades rurais

Nível	Descrição do nível	Indicador	Definição
		Projetos de Assentamento ordenados	Número de Assentamentos com documento de regularização fundiária atualizado, estratificando em PAs com CAR analisado nas instâncias necessárias
Resultado 1.2	Áreas Naturais Protegidas estabelecidas	Efetividade das UCs presentes no estado	Somatório das notas de medição do RAPPAM das UCs estaduais dividido pela quantidade de UCs avaliadas no período ou análise das inter-relações dos recursos e valores - RV (o que se busca manter), dos usos (interfaces entre os RV e a sociedade) e das ações de manejo realizadas pelo órgão gestor
		Grau de estruturação dos Territórios Indígenas presentes no estado	Número de Territórios Indígenas com documentos de implementação validados nas instâncias necessárias, publicados e devidamente aplicados sobre o total de TIs presentes no estado
Resultado 1.3	Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) implantado	Projetos e políticas públicas de desenvolvimento socioambiental implantadas para as zonas e subzonas do ZEE	Número de projetos e políticas para o ZEE implantados no estado, estratificado por secretarias e instituições, considerando questões de gênero e juventude
Resultado 2.1	Manejo florestal e sistemas produtivos sustentáveis fortalecido	Autorizações de manejo emitidas	Número de atos autorizativos de manejo florestal, incluindo licenças, emitidos para produtos madeireiros e não madeireiros no estado, considerando questões de gênero e juventude
		Concessão florestal	Somatório total de áreas efetivamente destinadas para concessão florestal em UCs no estado
		Área degradada recuperada	Somatório das áreas alteradas, degradadas ou sem utilização que foram recuperadas em SAFs, ILPFs ou sistemas produtivos sustentáveis, considerando questões de gênero e juventude
Resultado 2.2	Produção sustentável fomentada	Famílias atendidas por ATER	Número de famílias que estão sendo atendidas pela assistência técnica e extensão rural estadual para regularização à legislação ambiental, considerando questões de gênero e juventude

Lista de indicadores para monitoramento - PPCDQ-AC 2023-2027

Objetivo do plano: Reduzir em 50% (linha de base: média de 2017 a 2022) as taxas de desmatamento no Acre até 2027, garantindo a proteção e o manejo das áreas naturais protegidas e a gestão sustentável das propriedades rurais

Nível	Descrição do nível	Indicador	Definição
		Produtividade por área das cadeias produtivas	Somatório do volume comercializado pelas cadeias produtivas sustentáveis apoiadas no estado (avicultura, suinocultura, bovinocultura, grãos, café, mandioca e frutíferas não nativas) sobre o total de área utilizada para essa produção
Resultado 2.3	Bioeconomia fomentada	Produção das cadeias da sociobioeconomia	Somatório do volume comercializado pelas cadeias da sociobioeconomia apoiadas no estado (açai, castanha, óleos florestais, cacau, bambu, mel, borracha, frutíferas nativas, pupunha, sementes e fármacos)
Resultado 3.1	Fiscalização e combate eficiente	Focos de calor em vegetação primária e área antropizada	Número de focos de calor identificados por satélite, considerando o filtro de "vegetação primária" e estratificando por região e porte das propriedades
		Incêndios florestais atendidos	Número de incêndios florestais identificados e devidamente atendidos pelos órgãos estaduais competentes
		Operações de fiscalização realizadas	Número de ações integradas estaduais e federais realizadas para fiscalização das atividades ilegais pelas instituições de comando e controle
		Áreas responsabilizadas por desmatamento ilegal	Áreas autuadas ou embargadas pelo estado em função de desmatamento ilegal no período, considerando questões de gênero e juventude
		Volume de recursos captados por meio das autuações aplicadas	Somatório das receitas geradas pelo pagamento dos autos de infração emitidos (lavrados), presencialmente ou remotamente, contra a flora pelo estado no período
Resultado 3.2	Monitoramento aprimorado	Alertas de desmatamento e queimadas emitidos	Número total de alertas automáticos de desmatamento gerados no período para o estado, estratificado por categoria fundiária e porte das propriedades

Lista de indicadores para monitoramento - PPCDQ-AC 2023-2027

Objetivo do plano: Reduzir em 50% (linha de base: média de 2017 a 2022) as taxas de desmatamento no Acre até 2027, garantindo a proteção e o manejo das áreas naturais protegidas e a gestão sustentável das propriedades rurais

Nível	Descrição do nível	Indicador	Definição
		Fiscalizações realizadas de forma remota	Número total de alertas automáticos de desmatamento gerados pela fiscalização remota do estado
Resultado 3.3	Regularização ambiental desenvolvida no estado	Análise do CAR	Número de CARs analisados sobre o total de CARs ativos no estado, estratificando entre processos associados ou não ao licenciamento, considerando questões de gênero e juventude
		Áreas em processo de regularização ambiental pelas políticas do CAR/PRA	Somatório das áreas de imóveis rurais que tiveram o seu TCA de adesão ao PRA assinado para regularização ambiental, considerando questões de gênero e juventude
Resultado 3.4	Licenciamento modernizado	Percentual de solicitações de licenças, dispensas e autorizações ambientais atendidas	Número de licenças ambientais (LP, LI e LO) emitidas e dispensadas para imóveis sobre o total de processos de licenciamento ambiental iniciados, considerando questões de gênero e juventude
Resultado 4.1	Sociedade sensibilizada sobre desmatamento e queimadas	Indivíduos sensibilizados e capacitados para prevenção do desmatamento e queimadas	Número de indivíduos presentes nos eventos e capacitações realizadas no âmbito do PPCDQ-AC somado ao número de pessoas impactadas pelas campanhas realizadas, considerando questões de gênero e juventude
Resultado 4.2	Institucionalização do comando e controle realizada	Instituições do CGI integradas	Número de instituições federais, estaduais e municipais que são atuantes nas ações do PPCDQ estadual

ANEXOS

Anexo 1

Avanços, Desafios e Lições Aprendidas

A atualização do PPCDQ-AC está embasada numa série de análises e avaliações acerca da implementação dos planos anteriores. Desta maneira, os avanços conquistados, os desafios enfrentados e as lições aprendidas guiaram a construção desta nova fase do Plano, principalmente no que diz respeito às seguintes **nove temáticas**, que configuram aspectos importantes para o PPCDQ-AC:

1. Governança, Monitoramento e Sustentabilidade Financeira;
2. Fiscalização ambiental;
3. Prevenção e combate eficiente de queimadas e incêndios;
4. Monitoramento ambiental e compartilhamento de dados de gestão ambiental;
5. Regularização ambiental e ordenamento fundiário;
6. Gestão e fortalecimento de Áreas Naturais Protegidas (ANP);
7. Fomento às atividades produtivas sustentáveis;
8. Sensibilização social - educação e comunicação ambiental;
9. Desconcentração e descentralização.

A seguir serão sistematizados os principais avanços, desafios e lições aprendidas em cada uma destas áreas.

Governança, Monitoramento e Sustentabilidade Financeira

As entidades colegiadas CEGDRA e CGI, criadas para o gerenciamento do Plano, determinaram em todos os seus atos normativos a Secretaria de Meio Ambiente como entidade central coordenadora das ações. Além de não se especificar o custeio das atividades de coordenação e gerenciamento – que acabavam por recair sobre os gestores e técnicos das unidades executivas afins, em geral envolvidos com outras demandas em suas coordenações – não se avaliava a capacidade de agregação interinstitucional desta Secretaria, ou mais especificamente, de seu “poder de convocação”, cobrança e determinação de alinhamento programático sobre outras secretarias e entidades pareadas.

A demanda por sinergia, celeridade e efetividade de ações interinstitucionais de comando e controle fizeram o Acre criar em 2020 um outro colegiado, que seria o Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente (CAIMA), com atribuição de estabelecer metas para a redução do desmatamento ilegal e queimadas no Estado, fomentar a recuperação de áreas desmatadas e degradadas, estruturar e consolidar cadeias produtivas sustentáveis. Pode-se entender que este comitê, criado por decreto estadual (Decreto 5.866, 29/04/2020), empoderou a SEMA em

sua atribuição de mobilização deste colegiado, que deveria ter, por mérito central, o PPCDQ-AC (ou parte dele) sobre seus auspícios.

Não obstante, a experiência mostra que, sem uma espécie de “secretariado executivo”, com competência técnica e administrativa para apoiar, de forma objetiva e dedicada (exclusiva), o colegiado no gerenciamento da complexa teia de ações vinculadas e no acompanhamento (monitoramento) das respectivas evoluções, o papel do colegiado gestor, seja CEGDRA, CGI, ou CAIMA, mostrava-se comprometido.

O PPCDQ-AC Fase 2 já considerava o monitoramento de impactos como um importante instrumento de gestão, que garantiria a eficiência do plano, subsidiaria a melhoria de sua implementação, otimizando a utilização dos recursos e redução dos custos. Porém, como é sabido, o próprio processo de monitorar compreende entendimentos, custos e demandas de trabalhos específicos. Em 2017, 40 indicadores de resultado finalísticos foram elencados para o Plano e uma plataforma digital específica (Indicar²⁶) foi cedida para esta funcionalidade. Porém, nos relatórios de acompanhamento das ações, é possível observar a prevalência de marcadores operacionais, especialmente de indicadores meio, sem a devida vinculação na cadeia de impactos, ou resultados finalísticos. Em suma, observa-se que o Acre hoje produz uma série de relatórios de monitoramento, vagos e dispersos, ou seja, ainda sem a devida e oportuna vinculação de causalidade.

O entendimento do PPCDQ-AC como um conjunto de ações provenientes, ou pinceladas, de planos, programas e iniciativas diversas, exige um claro e abrangente entendimento sobre as diferentes origens e oportunidades de captação de recursos para suporte de suas ações. A sustentabilidade financeira de ações de interesse público exige uma governabilidade que integre diferentes instrumentos de financiamento, públicos ou privados, dispostos por instituições e pelo mercado, nacionais e estrangeiros.

Fiscalização ambiental

Desde 2015 o Governo do Acre decidiu pelo estabelecimento do modelo de “força tarefa interinstitucional” para intensificar ações de fiscalização em áreas críticas de desmatamento no Estado. Estabeleceu-se que as áreas mais vulneráveis ao desmatamento seriam as Áreas Naturais Protegidas e que missões integradas deveriam acontecer periodicamente.

De início, essas operações, ou missões de fiscalização integrada, que envolviam Polícia Civil, CIOPAER, IMAC, BPA, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, entre outras instituições, sob a coordenação da SEMA, tinham seus resultados discutidos periodicamente junto à Casa Civil e CEGDRA. Mais recentemente, passaram a ser de responsabilidade do CAIMA.

²⁶ Plataforma produzida em parceria com o IPAM.

Em 2018, o BPA passa a gerir recursos do Programa REM Acre Fase II, por meio de cooperação técnico-financeira acordada com a SEPLAG, objetivando maior agilidade nas fiscalizações ambientais realizadas pelo Batalhão, que, em 2020, estrutura seu próprio Núcleo de Geomonitoramento, o que lhe permite mais objetividade no planejamento de ações de fiscalização sob sua responsabilidade.

Em 2022, o programa REM Acre Fase II, previsto originalmente como fonte de suporte ao cumprimento de metas de fiscalização no PPCDQ-AC 2017, reestrutura seus procedimentos, e ancora as operações integradas no Eixo Comando de Controle do Programa, sob a coordenação técnica e administrativa da SEPLAG, fundamentada pelo Grupo Operacional de Comando e Controle do Estado do Acre, instituído através do Decreto 10.996, de 10 de fevereiro de 2022 (vide Figura a seguir).

Por meio do planejamento interinstitucional e interfederativo organizado pela Unidade de Coordenação do Programa - UCP-REM, com apoio do programa federal Guardiões do Bioma, missões de fiscalização com resultados mais efetivos são realizadas neste último ano (2022). O planejamento operacional para o ano de 2023 já foi organizado por esta unidade.

Em 2023, com o Decreto N° 11.271, de 4 de julho de 2023, que declarou situação de emergência ambiental em decorrência do desmatamento ilegal, queimadas, incêndios florestais e degradação florestal em 10 municípios no Estado, a SEMA institui a Sala de Situação no CIGMA, que junto as instituições de Comando e Controle, realizou semanalmente as ações de campo e indução de estratégias para combate ao desmatamento. Órgãos federais (IBAMA e ICMBIO), participaram e compartilharam dados o que subsidiou maior integração e ações conjuntas com IMAC, BPA, SEMA, CBMAC, GEFRON, MPAC, CIOPAER. Esta integração foi de fundamental importância para os resultados obtidos na redução do incremento e da taxa de desmatamento no ano de 2023.

Estrutura do Eixo Comando e Controle do Programa REM Fase 2 montada na SEPLAN



Prevenção e combate eficiente de queimadas e incêndios

Especialmente a partir do projeto “Acre: Incêndios Florestais Zero”, o CBMAC organizou sistema de capacitação de agentes públicos, como militares do BPA e do Exército para atuação na época de queimadas. As capacitações anuais acontecem também para produtores rurais em todas as regionais do estado, incluindo comunidades vinculadas à UCs e demais áreas protegidas, como Tis.

No referido projeto, a capilarização da capacidade de atuação do CBMAC foi prevista com a formação de brigadas de prevenção e combate a queimadas em cada um dos municípios acreanos, porém, não existe registro e controle permanente de brigadas formadas, voluntárias ou não; assim como a incipiente estruturação de “defesas civis municipais” denotam ainda certa fragilidade do Estado no enfrentamento do problema.

Ao distinguir queimadas de incêndios florestais, o CBMAC é assertivo: *“ainda faltam equipamentos e treinamentos para o enfrentamento destes últimos; assim como, sobre os primeiros, as queimadas, sem um permanente processo de conscientização e instrumentalização comunitária, torna-se difícil o alcance da meta: queimadas zero”*.

Monitoramento ambiental e compartilhamento de dados de gestão ambiental

A inteligência geográfica e o repositório informativo criados a partir da evolução do ZEE/AC acabaram por conceber a Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre (UCGEO) em 2008. Por sua vez, esta unidade, guardiã de dados de interesse de diferentes órgãos consumidores de informações georreferenciadas (p.ex. SEMA, IMAC, IMC, BPA, ITERACRE, CBMAC, SESP, PGE, MPAC), desde sua criação a unidade vêm consolidando as estratégias de integração de dados e compartilhamentos, um desafio importante para o objetivo de sua criação.

O PPCDQ-AC 2017 indica a necessidade premente de se “especializar a gestão ambiental e territorial do Estado” e projeta a ampliação da capacidade técnica e operacional da UCGEO. Porém, esta especialização de gestões multiinstitucionais implica na integração, gerenciamento, atualização, compartilhamento e disponibilização de informações e dados gerados pelos diferentes órgãos.

Em 2019, a UCGEO e o IMAC iniciaram a integração de dados do CAR para suporte à fiscalização e licenciamento, onde se incluía, também, o cruzamento de dados de monitoramento remoto do desmatamento e queimadas. A iniciativa objetivava, principalmente, especializar o licenciamento ambiental e viabilizar mais insumos nos mapas das ações de comando e controle.

Outro exemplo de dificuldades de compartilhamento de informações georreferenciadas envolve o IMC, o qual, apesar de melhor estruturado e com possibilidade de gestão mais autônoma, não conseguiu dar transparência aos projetos privados vinculados ao Programa ISA Carbono e os mesmos co-existem no Estado, sem o devido aninhamento ao Sistema, por ainda ser uma etapa em fase de definição. Tal medida é importante, para evitar a dupla contagem em função da existência dos referidos projetos, adotando-se, por convenção nacional, um valor percentual dos seus créditos para essa finalidade.

Em 2019, a UCGEO e o IMAC iniciaram a integração de dados do CAR para suporte à fiscalização e licenciamento, onde se incluía, também, o cruzamento de dados de monitoramento remoto do desmatamento e queimadas. A iniciativa objetivava, principalmente, especializar o licenciamento ambiental e viabilizar mais insumos nos mapas das ações de comando e controle.

Em 2020, com a criação do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - CIGMA, cumulando os conhecimentos, procedimentos e instrumentalizações desenvolvidas na UCGEO, desenvolveu algumas plataformas, como o PCIGMA28, que prevê a centralização e coordenação do monitoramento hidrometeorológico e de algumas atividades de geoprocessamento da SEMA e IMAC com o propósito de elaborar, divulgar e favorecer o compartilhamento de informações técnicas e gerenciais no âmbito das

geotecnologias, incluindo o georreferenciamento, o sensoriamento remoto, visando o monitoramento do uso da terra e das transformações ambientais.

Regularização ambiental e ordenamento fundiário

Como uma espécie de desdobramento do ZZE/AC, que em 2007 definiu sua Zona 3 –que cobria mais de ¼ da área do Estado, ou seja, cerca de 4,3 Mi ha– como prioritária para o ordenamento territorial, devido especialmente à **situação fundiária pouco conhecida**, o Acre passa a tratar a gestão fundiária como prioridade de política pública.

em 2020, com a criação do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - CIGMA, cumulando os conhecimentos, procedimentos e instrumentalizações desenvolvidas na UC GEO, desenvolveu algumas plataformas, como o PCIGMA28, que prevê a centralização e coordenação do monitoramento hidrometeorológico e de algumas atividades de geoprocessamento da SEMA e IMAC com o propósito de elaborar, divulgar e favorecer o compartilhamento de informações técnicas e gerenciais no âmbito das geotecnologias, incluindo o georreferenciamento, o sensoriamento remoto, visando o monitoramento do uso da terra e das transformações ambientais.

Bases cartográficas utilizadas na reorganização do mapa de gestão do ZEE/AC Fase

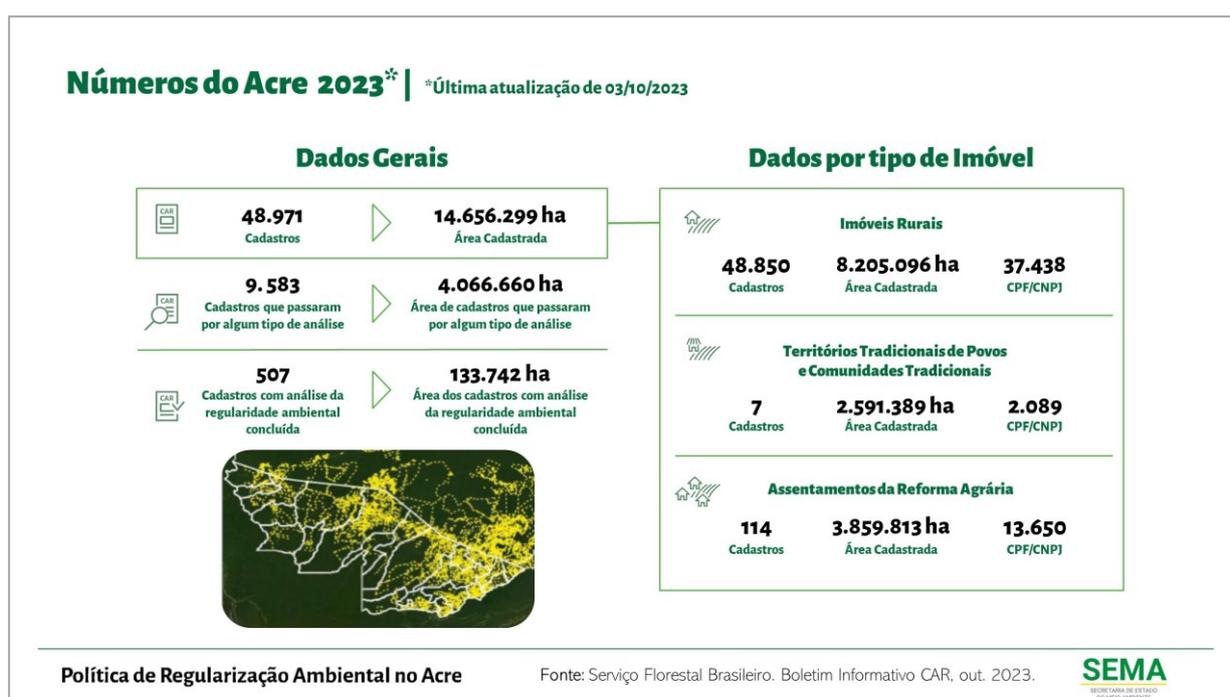
ZEE - BASES	
Terras indígenas	FUNAI (2018)
Unidades de Conservação	MMA (2018), INCRA (2018), ITERACRE, SEMA
Assentamentos	INCRA (2018), ITERACRE, SERFAL, SIGEF (2018)
Glebas públicas Federais	MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário 2018), INCRA (2018), SERFAL, SIGEF (2018)
Glebas públicas Estaduais	ITERACRE, Estado do Amazonas
Propriedades Privadas	INCRA (2018), ITERACRE, IMAC, SERFAL, SIGEF (2018), SNCI
Seringal	INCRA (2018), ITERACRE, IMAC
Imagens sentinel 2	(Ano 2018)
Limite do Estado	IBGE, 2018

Importa observar que um dos objetivos estratégicos do PPCDQ-AC 2017 definido na seguinte sentença, *promover a segurança jurídica através da regularização fundiária e o ordenamento territorial*, tem seu maior conjunto de ações elencados nos Eixos I e II (Comando e Controle Ambiental e Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis) do que no Eixo III, de Ordenamento Territorial e Fundiário, propriamente dito. Isso se deve à priorização do Estado, na verdade, à

Regularização Ambiental, envolvendo o fomento ao CAR e PRA, especialmente, como suporte a etapas subsequentes de ordenamento fundiário²⁷.

O notório avanço na Regularização Ambiental de propriedade rurais posiciona o Acre, hoje, como estado pioneiro no atendimento ao preconizado no Código Florestal brasileiro. Em 2018, mais de 95% da área cadastrável no Estado já estava referenciada com polígonos de CAR nas bases do SICAR-Federal (vide Figura abaixo). Atualmente, quase 1/3 dos polígonos cadastrados já passaram por análises iniciais de validação, sendo importante frisar a definição do governo para priorização de áreas críticas de desmatamento e municípios que apresentaram maiores concentrações de áreas com passivo ambiental e em Unidades de Conservação Estaduais.

Panorama de cadastros no CAR em março de 2023



Além de recursos do Fundo Amazônia (Projeto CAR Acre), PDSA II, REM Fase 2 e, mais recentemente, do Projeto Floresta + Amazônia (PNUD), importante salientar a fundamentação pelo Estado de uma **plataforma normativa** que acompanhou a evolução do programa, iniciando, por exemplo, em 2014 com o decreto²⁸ que cria o "Escritório do CAR e do PRAAC", passando em 2017 pela constituição²⁹ do Programa de Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais no âmbito do Estado do Acre, PRA-Acre, e; em 2022, com decreto³⁰ que instituiu o PCIGMA.

²⁷ Na Nota Conceitual expedida pelo ITERACRE em março de 2020, manifesta-se clara a estratégia de resolução de conflitos fundiários decorrente da análise de sobreposição no Cadastro Ambiental Rural (Acesso: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_559d6ee2d8308f9938b8546675e3e377.pdf)

²⁸ Decreto 7734 de 06/06/2014.

²⁹ Lei 3.349 de 18/12/2017.

³⁰ Decreto nº 11.093 de 26/06/2022.

O avanço no programa PRA-Acre conflagra a criação de um manual, próprio do Estado, de recomposição de vegetação nativa, o qual, por sua vez, permite a articulação de um novo arranjo de distribuição dos projetos de fomento de recomposição florestal com sistemas agroflorestais. Ou seja, a operacionalização do CAR e PRA Acre desdobra-se em outras instâncias da política ambiental do Estado, oportunizando segurança jurídica para o licenciamento e regularização ambiental para todo posseiro ou proprietário, produtores rurais, à luz do Novo Código Florestal brasileiro.

Gestão e fortalecimento de Áreas Naturais Protegidas (ANP)

O Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Estado do Acre – SEANP/AC (Lei 1.426/2001) é composto pelo conjunto de Unidades de Conservação (UCs) Estaduais e Municipais assim como reconhece as UCs Federais, as Terras Indígenas, Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente de todo o Acre. Como política de Estado tem o objetivo de integrar a gestão das unidades de conservação, bem como garantir que o sistema de unidades proteja todos os tipos de fisionomias vegetais e ecossistemas. Visa ainda garantir um meio de comunicação entre os diversos órgãos gestores e o bom funcionamento do mosaico de forma integrada.

Funcionando, literalmente, como “barreiras institucionais” contra o desmatamento e queimadas, as Áreas Protegidas (UCs e TIs) no Estado do Acre são priorizadas dentro dos projetos de desenvolvimento sustentável. Na composição do PPCDQ-AC 2017, ações vinculadas ao REM, PSAM, PDSA II e PROSER são pinceladas e aglutinadas para cumprimento do objetivo estratégico: “*Promover a conservação ambiental, fortalecendo as áreas protegidas e efetivando a gestão e manejo florestal sustentável*”³¹.

Várias ações foram desenvolvidas dentro destes programas, que incluem fortalecimento da capacidade de gestão das ANPs, com a formação e capacitação de seus conselhos gestores, elaboração, revisão e execução de seus Planos de Gestão ou Manejo, aquisição de equipamentos e insumos, produção de mudas, capacitações diversas, pesquisas científicas, formação de brigadas contra incêndios, entre outras iniciativas.

Ações de fiscalização e ordenamento territorial, quando pertinentes, são também conduzidas de forma continuada dentro dessas unidades, com reforço de recursos do PPA estadual, inclusive. Importante frisar, porém, que as UCs e TIs do Acre têm forte caráter de ocupação e uso tradicional, seja por indígenas nas TIs, ou por agricultores e extrativistas familiares nas UCs de uso sustentável, estaduais e federais. Assim, no próprio PPDCQ-AC 2017, o fortalecimento das ANPs não se dissocia de outros dois objetivos estratégicos expressos no Plano, que seriam: a “*promoção da sustentabilidade dos sistemas produtivos extrativistas e agropecuários*”, e; a “*implementação de instrumentos normativos e econômicos para controle do desmatamento ilegal*”.

Os trabalhos com Planos de Desenvolvimento Comunitários (PDC), Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs) e Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) são exemplos de processos amplamente utilizados nas ANPs, logicamente dependendo da tipologia e categoria. Porém, apesar de todas essas iniciativas e articulações multissetoriais e de todo apontamento quantitativo sobre frentes de trabalhos realizadas, um panorama sintético atualizado sobre algumas condições relativas às UCs e TIs do Estado, como demonstrado nos Quadros abaixo, denotam o quanto de trabalho ainda se tem pela frente para consolidação, fortalecimento e garantia de segurança para essas áreas.



Avaliação expedita da situação das Unidades de Conservação no Estado

UC	Questões fundiárias solucionadas	Disposição de recursos humanos e infraestruturais	Conselho gestor/ consultivo da Unidade	Plano de Manejo atualizado	Execução do Plano de Manejo
	<ul style="list-style-type: none"> = 1 muitos problemas = 2 com problemas = 3 início de solução = 4 solução avançada = 5 plenamente resolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> = 1 insipientes = 2 insuficientes = 3 parcial = 4 satisfatórios = 5 plenamente satisfatórios 	<ul style="list-style-type: none"> = 1 inexistente = 2 inativo = 3 parcialmente ativo = 4 ativo = 5 plenamente ativo 	<ul style="list-style-type: none"> = 1 inexistente = 2 desatualizado = 3 em atualização = 4 atualizado = 5 atualização recente 	<ul style="list-style-type: none"> = 1 insipiente = 2 baixa execução = 3 execução parcial = 4 boa execução = 5 plenamente executado
Área de Proteção Ambiental (APA) Igarapé São Francisco	4 As situações fundiárias estão relacionadas ao parcelamento do solo, porém por ser em área particular, a SEMA tem pouca governabilidade no tema	2 A UC possui equipe base insuficiente, não possui base e os equipamentos estão sendo adquiridos a partir do Projeto ASL	4 O conselho da UC está ativo e se reuniu em 2022, porém precisa elaborar seu plano de ação e capacitação	1 Está em fase de contratação a empresa responsável pela elaboração do plano de manejo da unidade, por meio do Projeto ASL	2 Baixa execução, considerando como destaque as ações emergenciais com as brigadas voluntárias de combate a incêndios florestais e visitação das escolas na região
Área de Proteção Ambiental (APA) Lago do Amapá	4 As situações fundiárias estão relacionadas ao parcelamento do solo, porém por ser em área particular, a SEMA tem pouca governabilidade no tema	2 A UC possui equipe base insuficiente, não possui base e os equipamentos estão sendo adquiridos a partir do Projeto ASL	2 O conselho da unidade se reuniu antes da pandemia é necessário retomar a sua efetivação	5 O plano de manejo foi finalizado em dezembro de 2021, apresentado ao conselho gestor da unidade e aprovado em 2022	2 Baixa execução, considerando o pouco tempo de elaboração, destaque para as ações emergenciais como as brigadas voluntárias de combate a incêndios florestais e visitação das escolas na região
Complexo de Florestas do Rio Gregório (Floresta Estadual do Gregório, Floresta Estadual do Mogno e Floresta Estadual do Rio Liberdade)	2 O CDRU emitido pelo Iteracre está desatualizado, existe compra e concentração de lotes	3 A UC dispõe de UGAI, no entanto, a equipe base está com o número insuficiente	2 O conselho da unidade se reuniu antes da pandemia é necessário retomar a sua efetivação	4 O plano de manejo foi elaborado e está sendo implementando, não existe previsão de recursos financeiros para sua atualização	3 Alguns programas de gestão foram implementados, dentre eles, destaque para apoio às pesquisas científicas, comando e controle, apoio no desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade

Floresta Estadual Antimary	2 Existe um quadro grave de ocupação irregular na unidade	3 A UC dispõe de UGAI, no entanto, a equipe base está com o número insuficiente para atender os compromissos do programa.	1 O conselho está desativado, pois existem fortes conflitos socioambientais a serem solucionados	4 A UC possui Plano de Manejo, não existe previsão de atualização	3 A UC realizou a exploração de manejo florestal madeireiro, ações de comando e controle (fiscalização ambiental integrada), produção científica
Parque Estadual Chandless	4 Existe sobreposição em alguns limites com a Resex Cazumbá-Iracema e tratativas em andamento junto ao Icmbio; Além disso, foi identificado pela Frente de Proteção dos Índios Isolados da FUNAI, vestígios de perambulação de indígenas em estado de isolamento.	3 A UC dispõe de recursos financeiros para a implementação dos marcos referenciais do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), equipamentos, sede, no entanto a equipe base está com o número insuficiente para atender os compromissos do programa.	3 O conselho estava desativado e voltou a se reunir em dezembro de 2022. Irá realizar seu plano de ação e capacitação em 2023.	4 A UC possui Plano de Manejo, existe previsão de atualização no POA do Arpa	4 A UC é classificada dentro do Programa ARPA com grau de consolidação II
Floresta Estadual Afluente	2 Está em fase final de transferência da SPU para o Estado do Acre, a área onde se encontra a unidade. No entanto, após sua criação definitiva a SEMA terá que resolver a situação da ocupação irregular da UC.	2 A UC possui uma UGAI para atender as demandas da gestão, no entanto, os recursos humanos são insuficientes	2 A UC conquistou a doação de US\$120 mil dólares por meio do Amazon Andes Fund (AAF) para apoiar algumas linhas de trabalho necessárias para efetivar sua criação. O conselho da UC se reuniu, mas não foi criado, necessita elaborar seu plano de trabalho e realizar capacitação para os conselheiros	2 A UC possui os estudos de diagnóstico para sua criação, no entanto, não dispõe de recursos financeiros para a elaboração do seu plano de manejo	2 A gestão da UC está implementando ações de comando e controle (fiscalização ambiental integrada), sinalização, melhoramento de ramais para acesso e escoamento da produção

Avaliação expedita da situação das Terras Indígenas no Estado

TI	Processo de homologação	Status de elaboração do PGTIs	Implementação de PGTI	Capacidade de auto-gerenciamento
	<ul style="list-style-type: none"> = 1 muitos problemas = 2 com problemas = 3 início de solução = 4 solução avançada = 5 plenamente resolvido 	<ul style="list-style-type: none"> = 1 inexistente = 2 em contratação = 3 em elaboração = 4 atualizado = 5 atualizado e publicado 	<ul style="list-style-type: none"> = 1 insipiente = 2 baixa execução = 3 execução parcial = 4 boa execução = 5 plenamente executado 	<ul style="list-style-type: none"> = 1 inexistente = 2 inativo = 3 parcialmente ativo = 4 ativo = 5 plenamente ativo
Cabeceira do Rio Acre	5	4 (Atualizado, mas não validado e publicado)	4 (Receberam investimentos do Estado em 2021)	3
Mamoadate	5	3	4 (Receberam investimentos do Estado em 2021)	3
Riozinho do Iaco	1	3	1 (Receberam investimentos do Estado em 2011)	1 (Não possuem associação)
Alto Rio Purus	5	4	5 (Receberam investimentos do Estado em 2022)	5
Katukina / Kaxinawa	5	4	5 (Receberam investimentos do Estado em 2022)	4
Kaxinawa do Seringal Curralinho	1	1	5 (Receberam investimentos do Estado em 2022)	4
Kaxinawa Nova Olinda	5	4	5 (Receberam investimentos do Estado em 2022)	5

Kulina do Igarapé do Pau	5	2	1 (Receberam investimentos do Estado em 2015)	
Jaminaua-Envira	5	2	1 (Receberam investimentos do Estado em 2015)	1
Kulina do Rio Envira	5	2	1 (Receberam investimentos do Estado em 2015)	1
Riozinho do Alto Envira	5	2	3 (Receberam investimentos do Estado em 2018)	4
Kampa e Isolados do Rio Envira	5	2	1 (Receberam investimentos do Estado em 2015)	4
Kaxinawa da Colonia	5	4	3 (Receberam investimentos do Estado em 2018)	4
Igarapé do Caucho	5	4	3	4
Kaxinawa do Rio Humaitá	5	3	3	4
Kaxinawa da Praia do Carapanã	5	4	3	4
Kampa do Igarapé Primavera	5	4	3	1
Kaxinawa do Seringal Independência	5	2	2 (Receberam investimentos do Estado em 2011)	4
Kaxinawa do Baixo Rio Jordão	5	2	2 (Receberam investimentos do Estado em 2011)	4
Kaxinawa do Rio Jordão	5	2	2 (Receberam investimentos do Estado em 2011)	4
Rio Gregório	4	3	3	4
Campinas Katukina	5	4	2 (Receberam investimentos do Estado em 2022)	4

Poyanawa	5	4	4	4
Nukini	5	4	4	4
Nawa	1	4	4	4
Jaminawa do Igarapé Preto	5	4	3 (Receberam investimentos do Estado em 2018)	4
Arara do Igarapé Humaita	5	4	3 (Receberam investimentos do Estado em 2020)	4
Kontanawa	1	4	2	4
Jaminawa Arara do Rio Bagé	5	3	2	4
Arara do Rio Amônia	4	1	2	4
Kampa do Rio Amônia	5	4	3	4
Kaxinawa-Ashaninka do Rio Breu	5	3	4	4

Fomento às atividades produtivas sustentáveis

Pode-se dizer que o Acre vem desenvolvendo, há alguns anos, inúmeras (na ordem de centenas) frentes relacionadas à produção rural sustentável, tanto ligadas ao extrativismo, quanto à processos produtivos agrícolas, florestais ou pecuários sustentáveis, ou diferentes modelos que os fundem, total ou parcialmente, como por exemplo, os diferentes processos tecnológicos de integração lavoura pecuária floresta – ILPF.

Além do SISA e respectivas autarquias vinculadas, pela própria estrutura da SEMA evidencia-se o quão importante é para a sociedade acreana a política da “produção com sustentabilidade” em favor da proteção socioambiental (*lato sensu*) e preservação dos serviços ambientais. Esta secretaria dispõe de uma Diretoria de Meio Ambiente que se divide em frentes de Silvicultura, Desenvolvimento Rural Comunitário e Desenvolvimento Florestal³², onde são trabalhados o planejamento, a execução e o monitoramento de projetos de melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, com inclusão econômica e social. É dentro dessa estrutura que projetos como o PDSA II, PROSER e REM/KfW tiveram próspero espaço de articulação e apoio mútuo para múltiplas ações fundamentadas no PPCDQ-AC 2017.

Compartilhando iniciativas junto com a SEPA³³, as frentes produtivas, comerciais ou de articulação social da SEMA, envolveram:

trabalhos com:

- extrativistas, indígenas, agricultores familiares, médios produtores, profissionais técnicos e multiplicadores;

posicionados em:

- projetos de assentamentos, projetos de assentamentos especiais, territórios ribeirinhos, áreas rurais comunitárias, prefeituras, cooperativas, associações, TIs e UCs;

produtos como:

- borracha, açaí, castanha, murmururu, laranja, mel, mandioca, banana, abacaxi, melancia, leite, carne, ovos, artesanatos;

modelos como:

- pecuária diversificada sustentável, sistemas agroflorestais, ILPF, extrativismo tecnificado; cadeias de valor da sociobiodiversidade, planos de gestão florestal madeireiro, recuperação de áreas, recuperação de pastagens, manejo florestal não madeireiro, energia renovável, gestão etnoambiental, valorização cultural, turismo de base comunitária, associativismo e cooperativismo, gestão comercial e marketing socioambiental.

³² Incorporadas funções da antiga SEAPROF.

³³ Atualmente SEAGRI, Secretaria Estadual de Agricultura.

Toda uma articulação de assistência técnica e extensão rural e agroflorestal foi desenvolvida dentro dos programas e respectivas ações vinculadas ao PPCDQ-AC. O estado dispõe hoje de significativo capital intelectual formado por meio de todos esses trabalhos, com extensionistas rurais treinados em diferentes frentes de produção rural sustentável, dispostos em diferentes entidades, governamentais e não governamentais, em diferentes pontos do Estado.

Vale destacar também o investimento do Estado no processo de habilitação de florestas públicas para concessão de Unidades de Manejo Florestal (UMF), que deve envolver aproximadamente 240 mil hectares em Florestas Públicas Estaduais (FPE) nos próximos anos. A SEMA já tem experiência com manejo florestal em nível comunitário por meio de Planos Operativos Anuais (POA), em especial nas áreas de assentamentos, no Antimary e RESEX-CM. E, desde 2017, vem desenvolvendo estudos técnicos, nas áreas de engenharia e economia florestal, organização de processos administrativos-financeiros –que incluem, por exemplo, a preparação de municípios que devem receber dividendos–, como de toda base normativa fundamentadora do sistema, que inclui minuta de Edital de chamamento público, como o Projeto de Lei de Gestão de Florestas em análise na Assembleia Legislativa - ALEAC, para aporte maiores à iniciativa privada de concessões florestais.

Sensibilização social - Educação e comunicação ambiental

Em 2010, o PPCDQ-AC foi planejado para desenvolver uma **rede de comunicação unificada**, considerada como fator primordial para o sucesso das operações, devido, especialmente, aos vários órgãos componentes do sistema. Na referida rede, além da comunicação estratégica e de comando administrativo-operacional, foi projetada uma **rede de comunicação social** (preventiva), onde se planejavam ações com ciclos de palestras orientadoras em escolas da rede pública e particular, além de campanhas educativas e de sensibilização ambiental. Segundo o PPCDQ-AC 2010: *“É imprescindível o envolvimento das comunidades locais, bem como das prefeituras para se ter maior controle do monitoramento e das atividades vinculadas ao desmatamento e queimadas, atuando de forma preventiva por meio de ações de educação”*.

Apesar de não versar de forma literal no PPCDQ-AC 2017, trabalhos de comunicação, educação e sensibilização ambiental, assim como de descentralização da gestão ambiental, vêm sendo desenvolvidos pelo Estado. Mutirões Ambientais, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e a Carreta Ambiental (Programa de Capacitação e Atendimento Ambiental Itinerante), são exemplos de atuação na linha de educação ambiental.

No caso da Carreta Ambiental, que percorreu vários municípios do Estado mais recentemente, além de difusões e capacitações temáticas, dispôs-se serviços múltiplos de ajuda direta aos produtores, como: apoio nas inscrições do CAR; adesão ao programa de regularização ambiental; assinatura de Termos de

Compromisso Ambiental; licenciamentos ambientais; regularização fundiária e apoios jurídicos diversos.

Em 2023, a SEMA criou a Coordenação de Educação Ambiental – CEA que tem como missão: promover a participação, sensibilização e capacitação de representantes da sociedade e de instituições públicas em relação à temática ambiental, bem como a difusão de políticas públicas de meio ambiente, junto à sociedade acreana. Também é responsável pela elaboração de instrumentos de gestão tendo como referência a “Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA”, de forma a incorporar as suas diretrizes, contribuindo com o atendimento da legislação ambiental vigente, a adoção de práticas sustentáveis de produção, consumo e modos de vida, visando garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica no Estado. Como ações principais previstas, ou em andamento, neste tema, apresentam-se:

Elaboração do Plano Estadual da Educação Ambiental;

Atualização do instrumento de articulação institucional da Comissão Estadual de Educação Ambiental – COMEEA - atualização de Portaria e membros (em curso);

O Acre considera que a Comunicação, bem como a transparência de dados, como elementos indispensáveis às políticas públicas implementadas. O componente de comunicação objetiva o direcionamento e um fluxo contínuo e qualificado de informações, por meio de diferentes ferramentas, com a finalidade de aproximar e engajar os mais diferentes atores e qualificar as discussões necessárias ao andamento da Política, em todas as suas fases.

A gestão comunicacional será realizada a partir de diferentes ferramentas que devem observar o público-alvo, o nível de linguagem compatível com o receptor da mensagem, o canal adequado para o fluxo de informações, os canais de feedback do receptor da mensagem e a periodicidade das informações. Esta instrumentalização deve ocorrer em diferentes frentes, para um número amplo e diversificado de receptores e deve contemplar diálogos, aperfeiçoamento de sistemas de informação, portais e redes de compartilhamento de dados e informações, publicação sistemática de orientações sobre o PPCDQ-AC e suas aplicações para os diferentes territórios e públicos que acessam os serviços prestados pela Secretaria e parceiros. A forma de divulgação será por meio de matérias informativas, pelas redes sociais, via rádio e demais maneiras de passar uma informação.

Serão elaboradas diferentes estratégias de abordagem e de divulgação, dependendo do público alvo:

- Elaboração do Plano Estadual da Educação Ambiental;
- Comunidades tradicionais;
- Populações ribeirinhas;
- Extrativistas;
- Indígenas;

- Populações inseridas ou no entorno de Unidades de Conservação (UCs);
- Assentados da reforma agrária;
- Pequenos produtores rurais, inclusos os classificados em agricultura familiar, mas não pertencentes aos grupos dos itens anteriores;
- Médios e grandes produtores rurais;
- Sindicatos e representantes de associações formais;
- Técnicos e autoridades de órgãos públicos estaduais, municipais e federais;
- Equipes técnicas de órgãos públicos estaduais, municipais e federais, atuantes direta ou indiretamente;
- Tomadores de decisão de órgãos públicos estaduais, municipais e federais, atuantes direta ou indiretamente;
- Autoridades legislativas;
- Autoridades judiciárias;
- Membros de organizações não-governamentais;
- Instituições representantes de segmentos empresariais;
- Pesquisadores;
- Extensionistas;
- Membros de iniciativas nacionais de potencial apoio, técnico ou financeiro;
- Membros de organizações internacionais de potencial apoio, técnico ou financeiro;
- Representantes de grandes corporações, nacionais ou multinacionais.

As diferentes formas de comunicar vão ser pensadas e avaliadas em comum acordo com suporte das equipes que estão à frente do PPCDQ, bem como do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (CIGMA). Para que isso ocorra, é necessário, além da utilização sistemática de facilitadores do processo comunicativo junto a estes atores, estimulando para além da transparência, a participação, controle e disponibilização de dados pertinentes a serem divulgados por meio de notas técnicas disponibilizadas em tempo hábil com a divulgação da notícia.

A estratégia comunicacional para divulgação do trabalho a ser executado a partir do PPCDQ tem como expectativa publicizar a implementação dos instrumentos do Plano, seus objetivos estruturantes, acompanhamento de metas, ferramentas de desenvolvimento, resultados alcançados, limitações, oportunidades, parcerias, entre outros assuntos.

Desconcentração e descentralização

Se por um lado a **desconcentração**³⁴ da gestão ambiental no Estado vem sendo concebida de maneira mais permanente em período mais recente, com a

³⁴ Importante distinguir a **desconcentração da gestão**, esta que trata da organização ou estruturação de postos avançados para atuação de secretarias e órgãos diversos, da **descentralização da gestão**, esta que prevê o

montagem de cinco UGAIs (Unidades de Gestão Ambiental Integradas) e de três Centros Integrados de Meio Ambiente (CIMAs) –estes posicionados estrategicamente nas Regionais do Acre, previstos para envolverem e apoiarem a atuação multiinstitucional de entidades como SEMA, IDAF, IMAC, ITERACRE e outros– por outro, desde 2009 que o Acre atua em processos de **descentralização** da gestão ambiental, buscando o fortalecimento da atuação de Secretarias Municipais de Meio Ambiente (SEMMA).

Inicialmente, as principais ações desenvolvidas junto aos municípios se deram por meio da elaboração dos Planos de Ordenamentos Territorial, criação da Lei do ICMS Verde, incentivo a criação ou reestruturação dos conselhos municipais de meio ambiente; capacitação de conselheiros em legislação ambiental, elaboração das políticas municipais de meio ambiente (Lei Ambiental), capacitação de técnicos e adequação da estrutura administrativa (incluindo disponibilização de mobiliários e equipamentos de informática).

Não obstante, importante frisar que alternâncias políticas nos poderes públicos municipais influenciam sobremaneira o valor ou a importância dada às questões ambientais ou de sustentabilidade nos municípios. Por exemplo, alguns municípios do Acre hoje não dispõem nem mesmo de SEMMA específica, ou seja, apoios e estruturações anteriormente realizadas se perdem, praticamente, por completo.

Em 2012, o Estado do Acre iniciou a promoção do desenvolvimento de Planos Municipais de Prevenção e Controle de Desmatamentos e Queimadas (PPCDQm). Com recursos do PROACRE e depois do projeto VAAF, em 2014, praticamente todos os municípios acreanos passaram a dispor de seus próprios PPCDQm, contemplados com um objetivo comum: *“Prover ações de prevenção, controle e combate aos desmatamentos e incêndios florestais, de forma a consolidar uma estratégia municipal integrada aos planos estadual e federal que possibilite a redução do desmatamento e das queimadas, causando impactos positivos no campo social, econômico e ambiental para o desenvolvimento sustentável do município”*.

Todos os PPCDQm foram atualizados em 2018, porém, apesar de diagnósticos bem detalhados sobre cada um dos municípios e uma estruturação clara dos programas e ações a serem desenvolvidas, onde as prefeituras versavam como protagonistas em boa parte delas, esses planos não traziam uma análise de efetividade ou desempenho de suas versões anteriores. Em 2022, a SEMA vislumbrando a necessidade de nova atualização dos PPCDQm iniciou um processo de diagnóstico participativo em cada município buscando destacar, em especial, quatro aspectos sobre esses planos:

- pontos fortes/oportunidades;
- pontos fracos/ameaças;

compartilhamento e/ou divisão de responsabilidades entre secretarias e órgãos, em geral, de níveis federativos distintos.

- fatores que induzem o desmatamento e as queimadas e;
- estratégias de enfrentamento dos problemas.

No Quadro seguinte dispõe-se a **síntese das oficinas** realizadas em dois dos municípios³⁵, de onde é possível depreender algumas reflexões básicas e importantes, considerando tratar-se da visão de atores locais, que vivenciam o dia-a-dia dos problemas em suas regiões:

A despeito de expressivas diferenciações intermunicipais no Estado, as dificuldades de atuação dos poderes públicos municipais se fazem evidentes em decorrência da falta de planejamento e insuficiência de recursos humanos e materiais.

A parceria de atuação com entidades da sociedade civil organizada (i.e., nos dois casos o STTR) é destacada como ponto positivo dentro dos planos locais.

Agricultura e pecuária predatórias (não sustentáveis) são apontadas como causas comuns de desmatamento e queimadas, assim como a falta de conscientização (sensibilidade e conhecimento) da população local.

A presença, ou não, de instituições estaduais ou federais fazem diferença ao se relatar problemas, ou se sugerir a resolução destes (ex. ATER, licenciamento e fiscalização). Os municípios ainda expressam grande dependência de entidades e instâncias federativas superiores, ou seja, demonstram baixa capacidade de autogoverno, ou autoadministração no âmbito da temática de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas.

O município 1, com maior capacidade estrutural de sua SEMMA, consegue expressar, como estratégia de resolução de problemas, a oportunidade que pode ser auferida com a descentralização da gestão ambiental, enquanto que o município 2 parece ainda transferir toda a responsabilidade por melhorias aos apoios externos (de recursos e entidades).

Conclui-se que os PPCDQm, mesmo coadunados aos planos estadual e federal de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas, podem transformar-se em, ou estarem representando, instâncias ineptas ou volúveis aos municípios, especialmente àqueles que ainda não se apropriaram de uma autonomia ou autossuficiência mínima da política ambiental local, que pode ser proporcionada (ou tornar-se menos instável) com a descentralização da gestão ambiental.

³⁵ Selecionou-se um município com indicação de Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) mais bem estruturada (município 1) do que o outro (município 2). A identificação dos municípios foi propositalmente suprimida.

Síntese da avaliação de PPCDQ em dois municípios do Acre

Município 1	Município 2
Pontos fortes / oportunidades	
<ul style="list-style-type: none"> ● SEMA municipal com equipe técnica atuante; ● Presença de brigadistas capacitados no município; ● Existência de Plano Municipal da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo; ● Apoio e parcerias com órgãos municipais e estaduais formalizadas por meio de termos de cooperação; ● Programa de reaproveitamento de terras; ● Financiamento para áreas degradadas via Sindicato STTR. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Existência de representação das Instituições no município; ● Regularização fundiária; ● Acesso fácil aos meios de comunicação; ● Existência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR, associações e cooperativas; ● Acesso terrestres às comunidades rurais.
Pontos fracos / ameaças	
<ul style="list-style-type: none"> ● Rotatividade da equipe técnica; ● Falta de técnicos efetivos; ● Falta de Equipamentos de Proteção Individual - EPI ● Corpo técnico insuficiente; ● Plano de ação inexistente; ● Falta de infraestrutura para trabalhos administrativos. ● Ausência de atendimento à população na Regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Falta de planejamento das instituições; ● Sucateamento das instituições; ● Poucos maquinários; ● Falta de articulações interinstitucionais; ● Ingerência política nas ações de fiscalização.
Fatores que induzem o desmatamento e as queimadas	
<ul style="list-style-type: none"> ● Avanço da produção agrícola e pecuária (criação de gado); ● Avanço da piscicultura; ● Moradias irregulares nas áreas de Preservação Permanente – APP; ● Falta de sensibilização dos moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Falta de assistência técnica e extensão rural ATER; ● Agricultura e pecuária predatórias; ● Exploração de madeira ilegal; ● Falta de tecnologia; ● Cultura de queimadas urbanas; ● Desconhecimento do potencial econômico da floresta; ● Mecanização deficiente; ● Invasão da Reserva Legal coletiva nos Projetos de Assentamentos.
Estratégias de enfrentamento dos problemas	
<ul style="list-style-type: none"> ● Uso adequado das terras produtivas; ● Revitalização das áreas degradadas; ● Utilização e manejo da piscicultura; ● Uso de recursos tecnológicos; ● Políticas públicas habitacionais; ● Planejamento e descentralização da gestão para o município; ● Efetivação da equipe técnica; ● Educação Ambiental nas escolas e comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Capacitação para os produtores; ● Fortalecimento do licenciamento ambiental, fiscalização e da Educação Ambiental; ● Contratação e capacitação dos técnicos; ● Ampliação da mecanização; ● Fiscalização e plano de manejo madeireiro; ● Efetividade em difundir alternativas de desmatamento e queimadas; ● Fortalecer o extrativismo não madeireiro; ● Desburocratizar o Plano de Manejo Florestal; ● Aquisição de maquinário e planejamento; ● Fiscalizar e fortalecer quadro técnico do INCRA; ● Educação Ambiental através dos meios de comunicação (rádio)

Fonte: Relatório SEMA, 2022

Anexo 2:

Quadros sintéticos dos grandes Projetos Internacionais relacionados aos Eixos e Resultados do PPCDQ-AC

Quadro 1

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - PDSA II

Período: 2013 - 2021

Vinculação institucional:
Governo do Estado do Acre e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Valor executado:
US\$ 95,6 milhões

Escopo (síntese)

No ano de 2013, o Estado do Acre firmou um contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID, para o financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA - Fase II, no valor de US\$ 120 milhões de dólares, sendo 72 milhões de responsabilidade do BID e 48 milhões de contrapartida do Estado.

O objetivo geral do PDSA II consiste em aumentar a contribuição do setor florestal e agroflorestal ao crescimento econômico e à redução da pobreza no Estado do Acre, mantendo o controle sobre o desmatamento no estado.

O programa possui três componentes básicos:

1. Expansão e Consolidação de áreas protegidas e florestas comunitárias para uso sustentável;
2. Promoção de Cadeias de Valor Florestais e Agroflorestais Competitivas e Sustentáveis; e
3. Fortalecimento da Gestão Pública Florestal e Agroflorestal.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA desenvolve, dentre outros eixos do Programa, atividades de Promoção de Cadeias de Valor Florestais e Agroflorestais Competitivas e Sustentáveis, inseridas como mecanismo de valorização da Cadeia de Valor de Produtos Florestais Madeireiros e Não Madeireiros.

Atividades e resultados (principais)

Foram firmados entre a SEMA e comunidade (associações e cooperativas) no total de 12 Planos de Gestão para apoio a Promoção de Cadeias de Valor Florestais e Agroflorestais Competitivas e Sustentáveis, inseridas como mecanismo de valorização, da Cadeia de Valor de Produtos Florestais Madeireiros e Não Madeireiros. Para acessar a subvenção econômica, comunidades organizadas ou não devem submeter um plano de gestão à aprovação por meio Edital para Apoio às Cadeias de Valor Madeireira Comunitária e de Produtos Florestais Não Madeireiros, que já tiveram duas publicações, em 2015 e 2017, e totalizam doze comunidades conveniadas junto à SEMA.

Os Planos de Gestão aprovados foram voltados para implementação ou fortalecimento de cinco Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros: Cadeia de Valor do Cação (*Attalea tessmannii*); do Buriti (*Mauritia flexuosa*); do Murmuru (*Astrocarium ssp.*) e de Sementes Florestais Nativas, atendendo diretamente 654 beneficiários.

Localização: Tarauacá - cação (*Attalea tessmannii*); Mâncio Lima - buriti (*Mauritia flexuosa*); Rodrigues Alves – murmuru (*Astrocarium ssp.*); Marechal Thaumaturgo - sementes florestais.

No caso dos Produtos Florestais Madeireiros, foram apoiadas as cadeias de valor voltadas ao manejo comunitário e aproveitamento de resíduos.

Aproveitamento de Resíduo Floresta: Acrelândia, no Projeto de Assentamento Extrativista Porto Dias. Manjo Florestal Comunitário: Alto Acre (Assis Brasil, Brasília e Epitaciolândia) na Reserva Extrativista Chico Mendes; Juruá _Rodrigues Alves e Mâncio Lima) no Projeto de Assentamento Florestal Havaí; e Tarauacá no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório, atendendo diretamente 537 beneficiários.

ATER

Através do contrato com empresa especializada foi prestado assistência técnica as associações/cooperativas beneficiárias do PDSA, BID/FASE II, onde foi realizado os Plano de Fortalecimento Organizacional, Plano de Composição de Custos e Precificação dos principais produtos ofertados nos PdGs aprovados, Plano de Gestão de Processos Produtivos e melhoria contínua, e, Plano de Gestão Comercial e Marketing Socioambiental, atendendo diretamente 1.191 beneficiários dos PdGs.

Construção de 3 Centros Integrados de Meio Ambiente - CIMA: CIMA de Cruzeiro do Sul; CIMA de Feijó; e CIMA de Brasília.

Manutenção de infraestrutura de ramais para escoamento da produção da sociobiodiversidade:

- Floresta Estadual do Afluentes – 23 km (Manoel Urbano);
- Icuriã – RESEX CM 36 km (Assis Brasil);
- São Pedro – 15 km (Acrelândia);
- Nova Cintra – 31 km (Rodrigues Alves)
- Mucambo – RESEX CM 11 km (Brasília)
- Filipinas – RESEX CM 16 km (Xapuri)

Unidade de Gestão Integradas - UGAIS, reformas e contratação de serviços administrativos.

Temos atualmente 4 unidades:

- UGAI da Florestal do Antimary, localizada no município de Sena Madureira;
- UGAI do Afluyente, localizada no município de Manoel Urbano;
- UGAI do Acuraua localizada no município de Tarauacá; e
- UGAI do Liberdade, localizada no município de Tarauacá.

Principais desafios e aprendizados

A execução do programa buscou envolvendo as famílias beneficiárias diretamente e indiretamente das ações do PDSA II, com prioridade para o fortalecimento das cadeias de produção e habilitação das famílias para a gestão autônoma de suas atividades produtivas.

De modo geral, os PdGs de responsabilidade desta Secretaria foram positivos, onde a SEMA disponibilizou corpo técnico, atuantes nas cadeias de valores em pauta, de modo a orientar as organizações no processo de resolutividade através de oficinas de alinhamento e/ou reuniões junto aos beneficiários. Foi feito planejamento das ações estratégicas executórias para os convênios, buscou elencar as ações para instrução processual, acompanhamento e assistência técnica junto as organizações envolvidas com proposição de soluções que visem o alcance de metas. A execução das ações efetivas propostas (reuniões/oficinas), considerou os PdG's que apresentaram pontos críticos quanto a capacidade de gestão das associações/cooperativas, priorizando aqueles que apresentaram número de metas, significativas, para serem alcançadas.

Quadro 2

Projeto de Inclusão Social e Econômica e Desenvolvimento Sustentável do Acre – Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER

Período: Acordo de empréstimo assinado em 17/03/2016. Término 31/12/2021

Vinculação institucional:
BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD e o ESTADO DO ACRE

Valor executado:
U\$ 150 milhões

Escopo (síntese)

O Programa PROSER (Acordo de Empréstimo nº 8442-BR) refere-se ao financiamento adicional ao Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE (Acordo de Empréstimo nº 7625-BR), o qual foi implementado pelo Governo do Estado do Acre com financiamento do Banco Mundial desde 2009, estando este estruturado no Planejamento Territorial Integrado, tendo como referência o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE do Estado. O Programa foi financiado pelo Banco Mundial, que teve como objetivo ajudar o Governo do Estado a melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade ecológico-econômica das comunidades.

O PROACRE teve suas ações executadas prioritariamente em áreas urbanas, nas regiões de fundos de vale, e em áreas rurais através da ampliação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços básicos de saúde e educação, aumento da especialização técnica e melhor organização dos métodos de produção sustentável, assim como do desenvolvimento de setores produtivos selecionados.

O PROSER teve como objetivo geral promover a inclusão socioeconômica e ambiental de áreas isoladas e vulneráveis, assegurando o desenvolvimento econômico comunitário sustentável das famílias acreanas em situação de pobreza.

São objetivos específicos do PROSER:

- Prover de infraestrutura urbana com ênfase no saneamento ambiental nos municípios isolados e esgotamento sanitário em Cruzeiro do Sul- AC;
- Incluir populações isoladas em sistemas produtivos locais com foco no desenvolvimento comunitário e em pequenos negócios;
- Ampliar a oferta com qualidade da Estratégia da Saúde da Família para comunidades, bem como do sistema de cuidado materno neonatal do Estado;
- Promover a educação para comunidades e para todas as etapas de formação do aluno, com atividades da educação infantil à educação profissional de jovens e adultos.

Atividades e resultados (principais)

No âmbito do subcomponente 2.3.4. Produzir 1 milhão de mudas para atender o PRA e o PGTI.

Valor Planejado R\$ 6.977.333 – Valor Executado R\$ 889.534,42

- Previsto 1.000.000 e realizado 634.252 mudas.

- Contratação de serviços técnicos;
- Reforma do prédio administrativo do Viveiro da Floresta, reforma dos Galpões do Viveiro da Floresta e reforma do prédio da Biofábrica de mudas;

- Aquisição de Insumos, para produção de mudas florestais e frutíferas;
- Aquisição de equipamento para produção de mudas florestais e frutíferas;
- Aquisição de material biológico para produção de mudas frutíferas (Plântulas de banana).

No âmbito do subcomponente **2.3.5. Implementar 7 Incrementos a Produtividade Comunitária (IPC's)**: tem por objetivo, promover o fortalecimento a vocação produtiva das comunidades, fortalecendo eixos da produção agrícola de base familiar bem como o desenvolvimento empreendedor nos processos de comercialização das comunidades beneficiadas. De maneira que possibilite incrementar a cadeia de valor, tornando a propriedade mais produtiva e rentável, integrando-os ao mercado de forma eficaz e eficiente. Para a realização dos projetos de incremento produtivo comunitário - IPCs foram realizadas atividades direcionadas para a elaboração do diagnóstico das comunidades e assistência técnica rural - ATER. Neste programa foram atendidas aproximadamente 346 famílias distribuídas em 7 comunidades no Estado do Acre.

Valor planejado R\$ 6.226.072 – Valor Executado R\$ 4.259.993

- Contratação de serviços técnicos;
- Aquisição de material permanente (mesa inox, tenda piramidal, caixa térmica, filtro para poço artesiano e caixa plástica agrícola) e eletrodoméstico (freezer horizontal);
- Aquisição de máquinas e equipamentos para casa de farinha (forno mecanizado, ralador de mandioca com motor acoplado, prensa manual, desintegrador de massa de mandioca, lavador/descascador de mandioca e balança);

- Aquisição de câmara fria para resfriamento e congelamento;
- Aquisição de microtratores e implementos, quadriciclos e carretinhas;
- Aquisição de veículos tipo caminhão com baú refrigerado e caminhão baú;

No âmbito do subcomponente 2.3.6. Apoio ao monitoramento a execução das atividades da SEMA - Valor planejado R\$ 5.458.576:

- Aquisição de Derivados de Petróleo para apoiar as atividades de monitoramento ambiental;
- Aquisição de Passagens aéreas para realizar o monitoramento dos impactos socioeconômico e ambientais dos Planos de Desenvolvimento Comunitário, acompanhamento dos planos de Negócios e Implementação do PGA;
- Contratação de Serviços de Reprografia de Impressão de Mapas Temáticos e Banner para apoiar o monitoramento socioeconômico e ambiental dos PDCS, Subprojetos SEDENS e implementação do Plano de Gestão Ambiental;
- Contratação de Serviços de Consultoria Individual para assessoria na área de geoprocessamento, com a consolidação de relatórios estratégicos de impactos e resultados do PROSER.

2.4.1. Implementação dos PGTIs - O Programa PGTI/Proser envolve a elaboração, revisão/atualização dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas e sua implementação através do atendimento das demandas levantadas junto as lideranças indígenas das 34 Terras do Acre.

Valor planejado R\$ 8.836.500 – Valor Executado

R\$ 2.644.547 complemento financeiro com recurso próprio do estado R\$ 3.453.300

- Contratação de Serviços Gráficos para Impressão de mapas e questionários socioeconômicos para subsidiar oficinas de construção dos PGTIs;

- Contratação de Serviços de Diagramação e Impressão da Versão Didáticas dos PGTIs;
- Aquisição de Derivados de Petróleo, para apoiar as atividades de elaboração, atualização e monitoramento de PGTIs;
- Aquisição de Passagens aéreas para realizar elaboração, atualização e monitoramento de PGTIs;
- Contratação de Consultoria Individual para Apoiar a Revisão, Atualização e Elaboração de 17 PGTIs (que representam a primeira parte de um total de 34) em Terras Indígenas no Estado do Acre;
- Contratação de Serviços de Consultoria para elaboração da Versão Didática dos PGTIs;
- Contratação de Consultoria Individual para Apoiar a Revisão, Atualização e Elaboração de 17 PGTIs (que representam a segunda parte de um total de 34) em Terras Indígenas no Estado do Acre;
- Contratação de Assistência Técnica para Implementação dos PGTIs;
- Implementação de 34 Subprojetos PGTIs - Aquisição de Equipamentos (barcos, motores, Equipamentos Agrícolas e equipamentos diversos para a produção, Kits de Energia Solar, Eletroeletrônicos e Equipamentos Diversos).

2.5.1. Monitoramento e Fiscalização na Prevenção e no combate ao desmatamento ilegal e queimadas no Acre

Valor planejado R\$ 5.054.352

- Contratação de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica para atender as demandas de apoio administrativo e operacional nas 04 Unidades de Gestão Integrada - UGAIs;

- Contratação de serviços de logística (alimentação, insumos, outros) para apoiar as ações de comando e controle, fiscalização, combate aos incêndios florestais e educação ambiental nas 04 Unidades de Gestão Integrada (UGAIs);

- Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas 4 UGAIs e em 6 Centros Integrados de Meio Ambiente;

- Aquisição de mobiliários para estruturação de 06 Centros Integrados de Meio Ambiente;
- Aquisição de eletrodomésticos para estruturação de 06 Centros Integrados de Meio Ambiente;
- Aquisição de equipamentos de informática para estruturação dos Centros Integrados de Meio Ambiente e para modernização da SEMA (Torres de Internet);
- Aquisição de material de expediente para realização das atividades de educação ambiental, prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal e as queimadas e incêndios florestais;

- Contratação de serviços de logística (combustível) destinados ao abastecimento de veículos e aeronaves voltados as atividades de prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal e as queimadas e incêndios florestais;

- Diárias voltadas para a realização das atividades de prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal e as queimadas e incêndios florestais (2020-2021);

- Aquisição de quadriciclos e reboques destinados a realização das atividades de educação ambiental, prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal e as queimadas e incêndios florestais;
- Aquisição de 1 micro-ônibus e 1 veículo destinados a realização das atividades de educação ambiental, prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal e as queimadas e incêndios florestais.

2.5.2. Estratégias Ambientais de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais

Valor planejado R\$ 4.346.345

- Contratação de serviços de terceiros para elaboração de materiais informativos, diagramação e veiculação de campanhas educativas, voltadas as ações de meio ambiente, fiscalização, educação, produção sustentável e comando e controle:
- Aquisição de cartilhas educativas
- Diárias para realização das atividades de capacitação, formação e campanhas voltadas as ações de Educação Ambiental
- Contratação de serviços de logística (combustível) para atender as atividades de Educação Ambiental
- Contratação de serviços de logística (passagens aéreas) para atender as atividades de Educação Ambiental
- Contratação de serviços de logística (alimentação e hospedagem) para atender as atividades de Educação Ambiental
- Aquisição de equipamentos e materiais de combate aos incêndios florestais destinados as brigadas contratadas
- Contratação de serviços de logística (passagens aéreas) destinados a realização das atividades de prevenção, fiscalização, controle e repressão ao desmatamento ilegal e as queimadas e incêndios florestais
- Contratação de empresa para instalação de infraestrutura de comunicação, capacitação, treinamento, manutenção e logística para o funcionamento e acesso remoto a internet e demais canais de comunicação nas 04 Unidades de Gestão Integrada (Ugais)
- Contratação de empresa de serviços para produção de áudio visual educacional de animação digital, materiais didáticos, interativos, animação e entretenimento, visando atender as ações de Educação Ambiental.

4.1.13. Estruturação e apoio as atividades de produção e meio ambiente

Valor planejado R\$ 1.389.170

- Logística para realização e acompanhamento das atividades realizadas pela SEMA no âmbito do programa - Diárias.
- Despesas retroativas do projeto 8442-BR- SEMA.
- Logística para realizar o monitoramento, validação e pactuação dos PDC's (passagens).
- Contratação de empresa para realizar o fornecimento de combustível e derivados de petróleo para atender a SEMA.
- Contratação de Obra para reforma e Adequação das Instalações da SEMA, a fim Apoiar a Gestão do Projeto na SEMA.
- Aquisição de Licença para pacote Office para atender as demandas da SEMA.
- Logística para realizar o monitoramento, validação e pactuação dos PDC's (passagens).
- Locação de impressoras, para atender as necessidades da SEMA, no âmbito das ações do PROSER.
- Contratação de consultoria para criar o modulo de monitoramento de PDC/PGTIS no banco de dados SCITI.
- Aquisição de veículos (caminhonete/Quadriciclos) para atender as atividades do monitoramento - SEMA Aquisição de veículos (caminhonete/Quadriciclos) para atender as atividades do monitoramento - SEMA.
- Aquisição de veículos (2 Quadriciclos) para atender as atividades do monitoramento – SEMA.
- Aquisição de Licenças Software (Office).
- Diárias para atender a SEMA, no âmbito das ações no âmbito do PROSER.
- Diárias para atender a SEMA, no âmbito das ações no âmbito do PROSER.
- Aquisição de Licenças Software Proprietário (ArcGIS).
- Aquisição de derivado de petróleo, para atender as atividades de levantamento de informações, monitoramento e acompanhamento de PDC.
- Contratação de Logística (Passagens Aéreas).

4.3.1. No mínimo 15 organizações indígenas (associações e/ou cooperativas) implementando o planejamento estratégico e gestão organizacional.

Valor planejado R\$ 594.000

- No mínimo, 15 organizações indígenas (associações e/ou cooperativas) implementando o planejamento estratégico e gestão organizacional Contratação de serviços de logística para apoiar oficinas voltadas às associações indígenas das Tis (intercâmbios e capacitações voltadas a gestão de projetos e fortalecimento comunitário) acompanhadas pela SEMA.

Principais desafios e aprendizados

- Grande rotatividade de lideranças (gestores, diretores e chefes);
- Grande rotatividade de equipe técnica;
- A área técnica acaba tendo que cuidar do todo (administrativo, técnico e financeiro);
- Pouco prazo de execução (pandemia atrapalhou durante o período);
- Comprometimento de todos;
- Investir em capacitação para os técnicos;
- Uso de ferramentas de gerenciamento de projetos.

Quadro 3

Programa REM Acre Fase II

Período: 2018 -2023	Vinculação institucional: Governo do Estado do Acre e os agentes financiadores dos governos da Alemanha (Ministério da Cooperação - BMZ, através do KfW Banco de Desenvolvimento) e do Reino Unido (Ministério para Negócios, Energia e Estratégia Industrial - BEIS)	Valor executado: R\$ 63,7 milhões (executado e contratado até 31/12/2022)
----------------------------	---	---

Escopo

O Programa insere-se na iniciativa global REDD+ Early Movers (REM) do governo Alemão, que apoia programas nacionais e subnacionais de REDD+. No Acre, o Programa está inserido no arcabouço político-jurídico do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA (Lei 2.308/2010), que visa a redução do desmatamento através de incentivos a políticas públicas estaduais, que promovem o desenvolvimento sustentável e fomentam cadeias produtivas, gerando renda e promovendo o desenvolvimento social dos beneficiários do SISA.

A estrutura do Programa é baseada na estratégia de Repartição de Benefícios, implementada por meio de duas linhas de apoio. A primeira, de até 30% do total dos recursos, destina-se às ações do subprograma Fortalecimento e consolidação do SISA e seus mecanismos de REDD+. Os outros 70% são destinados aos beneficiários diretos do Programa, seguindo as diretrizes de proteção florestal e fomento às cadeias produtivas sustentáveis, por meio da implantação de três Subprogramas:

- 1) Territórios Indígenas;
- 2) Territórios de Produção Familiar Sustentável
- 3) Pecuária Diversificada Sustentável.

Atividades e resultados (principais)

O programa está estruturado da seguinte forma:

Subprograma 1 - Territórios Indígenas: tem o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, bem como a redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação, a diminuição do fluxo de carbono, o manejo florestal sustentável e a conservação, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal nas terras indígenas.

Os principais resultados do Subprograma 1: 145 AAFs efetivamente apoiados e remunerados; 19 Planos de Gestão Indígenas implementados; e 82 escolas indígenas atuando com espaços de desenvolvimento intercultural e práticas comunitárias etnoambiental.

Subprograma 2 - Territórios de Produção Familiar Sustentável: Objetiva fortalecer cada Território e Zona definidos pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais, extrativistas e agricultores familiares que possam receber pagamentos monetários pelos serviços ambientais na redução das emissões, manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal.

Neste Subprograma 2 os principais resultados são: 633 famílias de extrativistas incentivadas com pagamento por serviços ambientais na cadeia produtiva da borracha nativa; 253 famílias extrativistas incentivadas com pagamento por serviços ambientais na cadeia produtiva do mururu; 251 meliponicultores e apicultores apoiados com investimentos e assessoria técnica; 185 famílias beneficiadas com SAFs em áreas de florestas; 102 hectares de florestas plantadas em sistema de SAFs.

Subprograma 3 - Pecuária Diversificada Sustentável: Possui como objetivo ampliar tais ações no Estado por meio do incremento da produtividade e diversificação da criação de animais; incentivar a recuperação de áreas degradadas; reduzir a pressão sob novas áreas de florestas, a fim de evitar o desmatamento e/ou queimadas; e fomentar atividades que mantenham e ampliem a oferta dos serviços ecossistêmicos.

Os principais resultados diante do Subprograma 3 são: 18 unidades demonstrativas em pecuária eficiente sustentável implantadas e fortalecidas; 179 hectares de pastos recuperados; 170 produtores familiares apoiados.

Além desses programas, os 30% do total dos recursos são direcionados para o Fortalecimento do SISA através de capacitação para integrantes das instâncias de governança do Sistema (CEVA/CT Indígena e CT Mulher, Comitê Científico, Ouvidoria); estudos e trabalhos para melhorar a base de informações do SISA; geração e gestão de conhecimento, comunicação e produção de material de divulgação; salvaguardas; processos de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV); intercâmbio de experiências em foros nacionais e internacionais para divulgação de lições aprendidas; comando e controle do desmatamento e queimadas; gestão de unidades de conservação (UC); ordenamento territorial; e gestão operacional administrativa, técnica e financeira do próprio Programa.

Tendo os principais resultados: 01 Ouvidoria implantada; 193 operações integradas de comando e controle; 1.362 ações de regularização fundiária

Principais desafios e aprendizados

Enquanto desafios:

Programa REM Acre é o único instrumento financeiro vigente no Estado com rubrica orçamentária limitada para enfrentar o crescimento do desmatamento no Estado, focando o recurso limitado nas ações de comando e controle; retomada do ambiente da instância de Governança Consultiva/Deliberativa, que se encontrava desarticulada até junho de 2022; alinhamento da Governança Executiva: SEPLAG e IMC – IMC com baixa disponibilidade de equipe para a condução técnica das atividades; entendimento, matricialização e implementação do Quadro Lógico do Programa – Repartição de Benefícios

Enquanto aprendizados:

Programa REM restabelecido como projeto de desenvolvimento de gestão ambiental, alinhando seus instrumentos de planejamento à repartição de benefícios, induzindo a prática de monitoramento efetivo;

A gestão do conhecimento e a transparência das ações do Programa são eixos essenciais da estratégia de comunicação do Programa, que precisa ser incentivada em todos os canais de comunicação (mídias, Site, redes sociais, rádio etc.), dedicando-se à eficiência na disseminação dos resultados, especialmente com linguagem simples que atinja todos os níveis de conhecimento dos beneficiários do Programa REM Acre.

Após a Avaliação de Meio Termo (março de 2022) o Programa foi reestruturado, para que os recursos e as ações chegassem com mais agilidade nos beneficiários finais dos projetos e que as metas definidas fossem cumpridas. A UCP-REM foi reestruturada, os Planos Operacionais Anuais - POAs foram atrelados às metas e a Consultoria Internacional apoiou o realinhamento de todos os projetos junto às instituições subexecutoras.

Quadro 4

PROJETO CAR - ACRE

Período:

O projeto teve início 13/11/2013 e tem finalização prevista para julho de 2023.

Vinculação institucional:

Projeto CAR – Acre foi celebrado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - **BNDES**, através do **Fundo Amazônia - FA**, por meio do Contrato de Colaboração Financeira não Reembolsável nº 13.2.1114.1, cujo seu objetivo é “apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental”.

Valor executado:

R\$ 16,1 milhões
Valor total: **R\$ 16,8 milhões**

Escopo (síntese)

O Projeto CAR – Acre, teve suas ações iniciadas em 2014, tendo por objetivo “Apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural e a Adesão ao Programa de Regularização Ambiental”. O Projeto foi estruturado em quatro componentes:

1. Adequação da base legal estadual;
2. Aprimoramento da infraestrutura e capacitação dos órgãos ambientais e de assistência técnica estaduais para a implantação e gerenciamento do CAR e do PRA;
3. Promoção e apoio à inscrição no CAR; e,
4. Promoção e apoio à adesão das propriedades e posses rurais ao PRA. Atualmente estamos dando ênfase neste componente, instruindo ações de fomento, dando escala na elaboração e análise de Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADAS e Termos de Compromisso Ambiental – TCA's, oportunizando aos proprietários/possuidores a regularização ambiental de acordo com a Lei 12.651/2012 (Novo Código Florestal).

Atividades e resultados (principais)

Nesses quase 10 anos tivemos vários resultados importantes, criamos o arcabouço legal para implementação do Programa de Regularização Ambiental – PRA, desde o final de 2014, o estado do Acre abriu a possibilidade de aderir ao PRA -Acre, realizando as primeiras análises ainda de forma analógica, dos imóveis rurais inscritos no CAR. Com isso, o Acre se tornou o primeiro estado da federação a realizar o desembargo ambiental com base no novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

Em 2018, de acordo com boletins do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, o Acre já havia na base do SICAR- Federal mais de 95% da área cadastrável.

No ano de 2017 criamos o SICAR-Análise customizado, para análise dos imóveis cadastrados no CAR, teve início no sistema e foi possível consolidar o fluxo da regularização ambiental e os avanços com estratégias de monitoramento, temos cerca de 12.000 imóveis já analisados, entretanto, cerca de 80% destes em status de notificação e cumprimento de pendências. Um arranjo importante de destacar é que atualmente mesmo de forma analógica todos os processos de licenciamento passam inicialmente por uma análise prioritária do CAR, o que tem impulsionado a análise do CAR e médio e grandes imóveis.

Segundo dados do Setor de Regularização do Escritório do CAR, temos 369 Termos de Compromisso Ambiental -TCA`s, firmados no estado do Acre, o que nos possibilita ter mais de 2.325,08 hectares de Áreas de Preservação Permanente - APP, em recuperação e 4.748,48 hectares de Área de Reserva Legal - ARL em recuperação na modalidade regeneração natural.

No ano de 2019, a SEMA reestruturou em seu planejamento estratégico referente aos anos de 2020 a 2023, no âmbito da implementação do Código Florestal e do Programa de Regularização Ambiental - PRA-Acre, um novo arranjo de distribuição dos projetos de fomento de recomposição florestal com sistemas agroflorestais, nos municípios e regiões que apresentam os maiores percentuais de áreas desmatadas e em áreas de passivo ambiental localizadas nas Unidades de Conservação Estaduais de Uso Sustentável.

Apoio do Programa REM Fase 2 (KfW), com AÇÃO: 2.1.9.1 Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), e Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – PSAM (GEF ASL) Projeto Nº P158000 - Componente: 3. Políticas Públicas e Planos para a Proteção e Recuperação da Vegetação Nativa: Fortalecer políticas públicas, planos e ações voltados à proteção e recuperação da vegetação nativa e a gestão das florestas. . Neste componente temos recibo apoio para continuidade das análises do CAR e nossas estratégias de fomento para recomposição florestal/restauração.

Um outro aporte importante para a consolidação do CAR e PRA-AC tem sido o Projeto Floresta + Amazônia, no ano de 2022, foi celebrado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (“PNUD”) e Governo do Estado do Acre, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Política Indígenas – SEMA (“Governo”), Plano de Trabalho, cujo objetivo específico é estabelecer ações necessárias a serem realizadas em cooperação entre as partes, para dinamizar o processo de análise do Cadastro Ambiental Rural, e conseqüente, a regularização ambiental dos imóveis rurais com até quatro módulos fiscais, para assim termos maior engajamento dos proprietários e possuidores rurais ao Projeto Floresta+ Amazônia, que realiza em duas modalidades o pagamento por serviços ambientais.

Na consolidação dos dados do CAR e da necessidade de integração dos mesmos para a gestão ambiental do Estado, tivemos o Decreto nº 11.093, 26 de julho de 2022, que instituiu a Plataforma de Integração e Monitoramento de Dados Ambientais do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - PCIGMA, com objetivo de gerenciamento, armazenamento, integração e atualização da base de dados gerada no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE/AC e do Cadastro Ambiental Rural - CAR/AC, esta plataforma desenvolvida com recursos do PDSA, possibilitou uma análise integrada tendo como referência a unidade do imóvel rural, as zonas do ZEE/Acre Fase II, e conseqüentemente as outras bases de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos da Reforma Agrária, entre outras classificações fundiárias, realizando análises com sistemas de alertas e de monitoramento de uso do solo (Iniciativa MapBiomass), criando assim informações precisas para comando e controle, gestão ambiental e monitoramento da cobertura florestal e áreas regularizadas no Estado.

Foram muitos avanços na área ambiental alicerçados pelo Projeto CAR - Acre, com desdobramentos na política ambiental do Estado, que tem oportunizado segurança jurídica para o licenciamento e regularização ambiental a luz da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal).

Principais desafios e aprendizados

Nossos principais desafios estão ancorados na integração de ações com órgãos parceiros, principalmente de Assistência Técnica, na implementação do Programa de Regularização Ambiental - PRA, que temos como estratégia a recomposição florestal com adoção de Plantio de SAF`s, esse é um desafio que temos que superar e trazer a EMATER para essa agenda da restauração. O aprendizado foi amplo no desenvolvimento da política de Regularização, temos que ter mais divulgação da política, seus benefícios e não adianta apenas ter sistema, precisa que a área técnica absorva essa tecnologia. Um outro aprendizado foi integração com outras políticas de produção, pagamento dos serviços ambientais isso impulsiona o convencimento do proprietário/possuidor a se regularizar.

Quadro 5

Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia - PSAM

Período: Início em 2018 - em andamento.

Vinculação institucional:

GEF e Banco Mundial (BIRD)

O Projeto é coordenado pelo MMA em parceria com os OEMAs dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A iniciativa conta com o FUNBIO e Conservação Internacional – CI-Brasil como entidades executora de componentes específicos.

Valor total do projeto:
U\$ 60 milhões

Escopo (síntese)

Objetivo promover a gestão integrada de paisagens por meio da conservação, uso sustentável e recuperação dos ecossistemas. A iniciativa de trabalhar a temática das paisagens sustentáveis faz parte do programa regional voltado especificamente para a Amazônia, envolvendo Brasil, Colômbia e Peru. O Banco Mundial é a agência implementadora do programa.

O GEF é um financiador público de projetos para conservação da natureza. Reúne 183 países em parceria com instituições internacionais, organizações da sociedade civil e o setor privado. O GEF direciona o financiamento por meio de agências, que são responsáveis por auxiliar governos e organizações sem fins lucrativos elegíveis para desenvolver, implementar e gerir os projetos da iniciativa.

Agência implementadora: Banco Mundial. Agências Executoras: Funbio (componente 1 – ARPA). Conservação Internacional - CI-Brasil (componentes 2, 3 e 4). A CI-Brasil executa três componentes desta iniciativa: a Gestão Integrada da Paisagem; Políticas Voltadas para Paisagens Produtivas Sustentáveis e Recuperação da Vegetação Nativa; Capacitação e Cooperação Regional.

Atividades e resultados (principais)

No âmbito do Componente 2:

- Aquisição de equipamentos e materiais para apoiar a efetividade da gestão das UCs estaduais (barcos, motor, notebooks etc.);
- Revisão e atualização do Plano de Gestão da APA Lago do Amapá;
- Elaboração do Plano de Uso Público das APAS Lago do Amapá e Igarapé São Francisco e ARIE Japiim Pentecoste; (em andamento);
- Elaboração do Plano de Gestão da APA Igarapé São Francisco (em andamento);
- Apoio na formação e funcionamento de 03 brigadas voluntárias de combates a incêndios florestais, por meio de capacitação, instrumentalização (EPIs e equipamentos de combate), ajuda de custo (remuneração) e combustível para deslocamento durante o período crítico de queimadas;
- Apoio a Associação SOS Quelônios, no médio rio Abunã, no município de Acrelândia – AC, com apoio na ajuda de custo para 05 manejadores, aquisição de ração para os quelônios, combustível para coleta de ovos e monitoramento das praias;
- Apoio na reforma e estruturação do laboratório de sementes da FUNTAC;
- Viabilização da contratação da equipe de viveiristas do Viveiro da Floresta;
- Apoio na estruturação da rede de sementes florestais do Estado do Acre;
- Apoio ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do Acre; Apoio na participação em eventos de capacitação, encontros técnicos e de interface com o projeto (comunitários/beneficiários do projeto e equipe técnica).

Principais desafios e aprendizados

A execução do Projeto no Acre, encontra-se numa fase de amadurecimento, com a institucionalização de seus processos no sistema eletrônico de informações do Estado do Acre, criando uma memória de sua implementação, considerando que a execução é realizada pela Conservação Internacional.

Por contar com duas sub-executoras, além da SEMA, Funtac e CDSA, estabeleceu-se em portaria a nomeação dos representantes dentro de cada um dos órgãos.

A conciliação dos aspectos administrativos e gerenciais do projeto, requer uma dedicação intensa por parte da equipe envolvida, pois além de participar diretamente da ação finalística (em campo), precisamos elaborar TDRs, avaliar empresas que concorrem, elaborar relatórios (individual e técnico) após a realização de cada atividade.

Além disso, há um desgaste na gestão do projeto, uma vez que, sua execução não está disponível em um sistema, não sendo possível acompanhar os saldos de aquisição, os valores atualizados por atividade e meta.

Outro fator que tem gerado desgaste é que todas as solicitações devem ser realizadas com antecedência de 15 dias antes da atividade de campo por e-mail e algumas vezes foi necessário adiar a programação de campo por problemas de comunicação.

Anexo 3

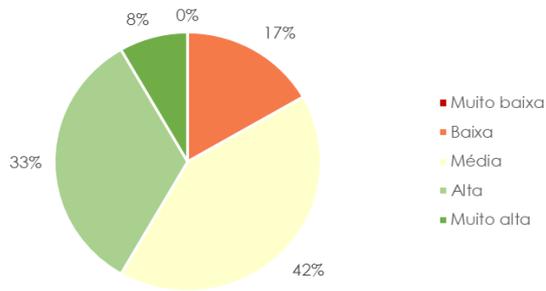
Análise das Capacidades Institucionais e dos Riscos

Por meio de exercício autoavaliativo, os representantes institucionais do CGI posicionaram-se a respeito das capacidades atuais de suas entidades, nos seguintes aspectos:

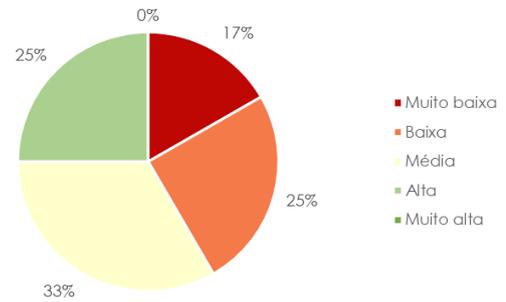
- **Gestão** - capacidade para realizar as atividades de gestão voltadas ao planejamento, organização, direção e controle;
- **Força de trabalho e conhecimento técnico** - relação entre a quantidade de pessoas disponíveis e necessárias para execução dos processos e projetos da instituição assim como nível de conhecimento da equipe relacionado aos principais temas, métodos e ferramentas para realização do trabalho técnico;
- **Recursos financeiros** - orçamento financeiro disponível para realização das atividades de responsabilidade da instituição;
- **Infraestrutura** - abrange todo espaço físico, veículos, equipamentos e mobiliário disponível para desempenho das atividades;
- **Tecnologia** - abrange os sistemas, estrutura de rede e de internet disponíveis para desempenho das atividades;
- **Governança** - conjunto de regulamentos, costumes e processos que direcionam a maneira como a instituição irá gerenciar as atividades;
- **Legislação** - conjunto de leis, normativas, regras e demais definições que regem a atribuição das atividades a serem realizadas;
- **Política** – nível de influência e capacidade de articulação da instituição junto aos demais atores com os quais se relaciona.

Análise das capacidades atuais dos principais órgãos estaduais envolvidos com o PPCDQ-AC

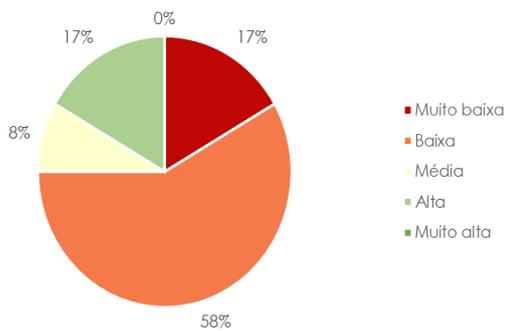
Capacidade de gestão



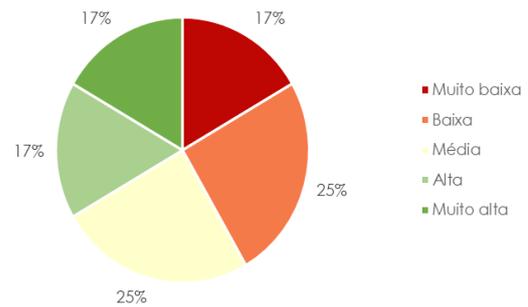
Força de trabalho



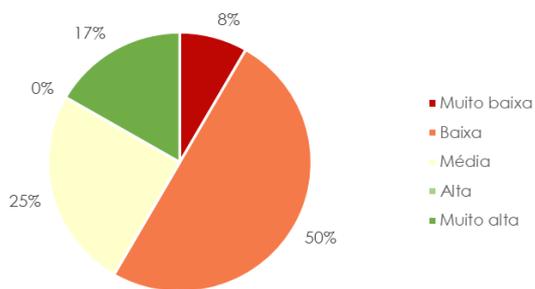
Recursos financeiros



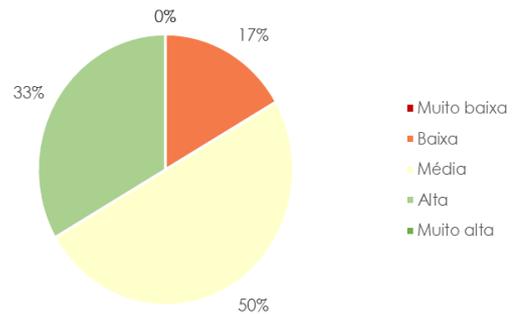
Infraestrutura



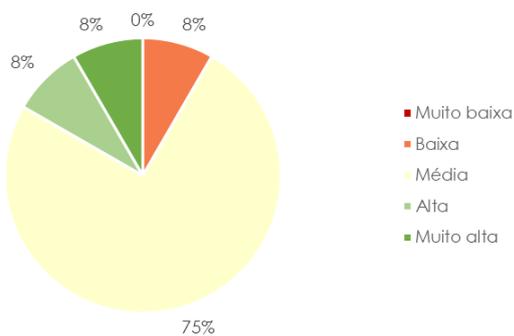
Tecnologia



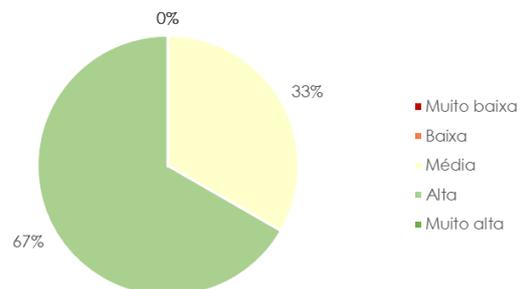
Governança



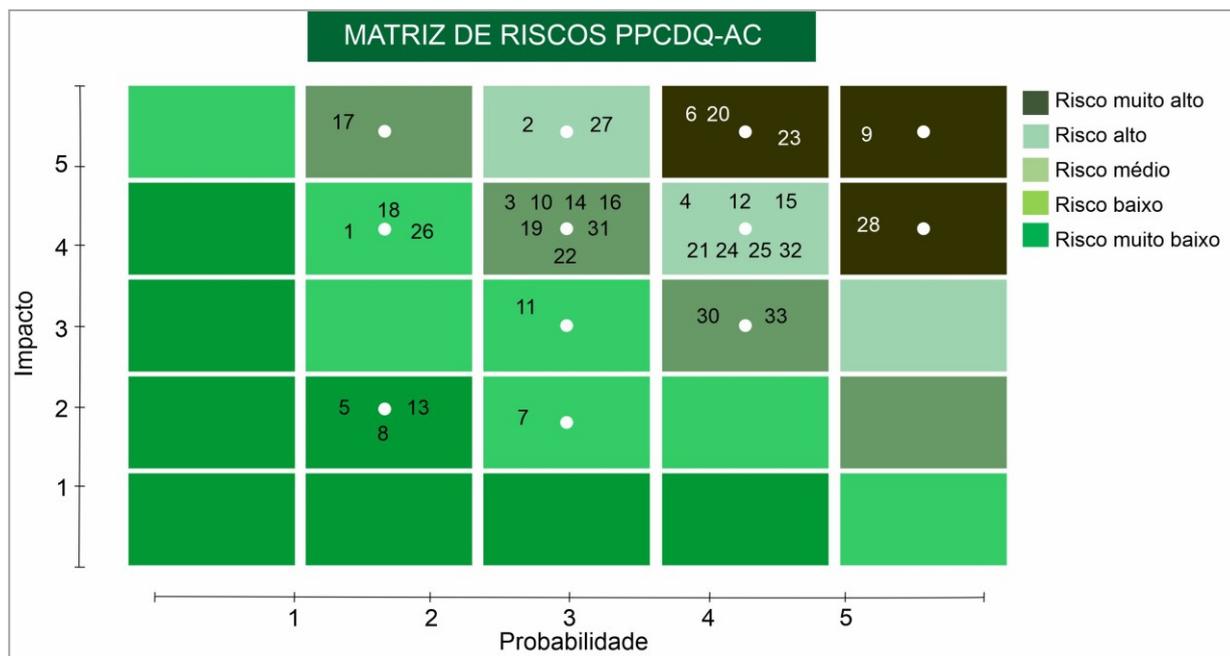
Legislação



Política



Distribuição dos riscos segundo probabilidade de ocorrência e grau de impacto



Enquanto medidas de tratamento preventivas ou mitigadoras de risco, avaliou-se que deverão ser realizadas ações que envolvem a elaboração de relatórios e planos de comunicação para **divulgação de informações e resultados**, a realização de **capacitações** e **eventos de engajamento**, o desenvolvimento de **sistemas para regularização fundiária**, a realização de **consultorias** para apoio aos produtores, a articulação política para acelerar a homologação de estudos, a realização de projetos de infraestrutura, a **captação de recursos** externos para desenvolvimento de **sistemas informatizados** e a elaboração de projetos para aquisição de **equipamentos** e **capacitações**.





PPCDO ACRE



PLANO ESTADUAL
DE PREVENÇÃO E
CONTROLE DO
DESMATAMENTO E
QUEIMADAS NO ACRE



GOVERNO DO
ACRE

TRABALHO PARA
CUIDAR DAS PESSOAS



UK Government



Por meio do:

KFW



SEPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

SEMA
SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE



GOVERNO DO
ACRE

Trabalho para cuidar das pessoas